



Projeto MOVA-Brasil

Desenvolvimento & Cidadania - 5ª Etapa

PEPP – PROJETO ECO-POLÍTICO-
PEDAGÓGICO

POLO PE/PB



AGRADECIMENTOS

A todos os participantes do Projeto MOVA-Brasil de maneira geral, desde coordenadores, parceiros e equipe do Polo PE/PB.

Em especial a todos os monitores, sem os quais não seria possível alcançar o objetivo de alfabetizar de maneira plena.

A eles que dedicam seu tempo, envolvidos na certeza de que o outro é capaz de se tornar um cidadão letrado e crítico, consciente do mundo em que vive, podendo assim mudar verdadeiramente a realidade de nosso País.



DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho a todos que integram a equipe do Polo PE/PB. Sabemos das nossas lutas e desafios constantes enfrentados no decorrer do dia a dia para levarmos adiante esse grandioso projeto.



O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz”.

Paulo Freire



Expediente

Instituto Paulo Freire (IPF)

São Paulo - SP

(11) 3021-0670

www.paulofreire.org

Federação Única dos Petroleiros (FUP)

Rio de Janeiro - RJ

(21) 3852-5002

www.fup.org.br

Petrobras

Rio de Janeiro - RJ

www.petrobras.com.br



Sumário

1. Marco Referencial	07
2. Leitura do Mundo do Polo PE/PB	103
3. Caracterização do Território de Pernambuco e Paraíba	106
4. Caracterização dos Núcleos do polo PE/PB	107
Referências	187



1. Marco Referencial

Apresentação

O Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) é o documento que expressa a compreensão teórico-metodológica do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, articulando as questões relacionadas tanto aos conceitos quanto às práticas desenvolvidas em cada polo, e traduz o sonho coletivo dessa comunidade da alfabetização para a cidadania planetária, na qual os educandos e educandas atuam como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, com responsabilidades políticas, socioambientais, culturais, locais e globais.

O PEPP do MOVA-Brasil contém duas grandes partes: uma geral, comum a todos os nove polos; e uma específica, que contempla a diversidade de cada polo. Na parte comum, encontram-se o marco referencial e as ações gerais do Projeto. Na parte específica, encontram-se a caracterização do polo e o plano de ação de cada núcleo.

Este documento retrata a construção coletiva de um processo, orientador e mobilizador das ações dos polos, o qual envolveu os sujeitos: educandos(as), monitores, coordenadores locais, equipes de coordenação de polo, parceiros locais, articuladores sociais, comitê gestor e representantes das comunidades onde o Projeto atua.

No PEPP do MOVA-Brasil encontramos o que entendemos por Educação Popular, conhecimento, ensino e aprendizagem, alfabetização, metodologia, socioambiental, jovem, adulto e idoso, diversidade, cultura, educação, trabalho e economia solidária. Todos esses fundamentos teóricos constituem o marco referencial do Projeto e subsidiam a construção do plano de ação, elaborado a partir da caracterização de cada um dos nove polos.

Esperamos, com esta construção a várias mãos, sob diferentes olhares, que todos os integrantes do MOVA-Brasil possam tomá-lo como referência, tanto para apresentar o Projeto em diferentes espaços e situações quanto para o desenvolvimento dos trabalhos em sala de aula, buscando garantir a unidade na diversidade e estabelecer os diálogos necessários com outros agentes e programas educacionais na consolidação de iniciativas educacionais de qualidade social.



Introdução

A perspectiva metodológica adotada neste Projeto é fundamentada na Educação Popular e na teoria de Paulo Freire e em experiências anteriores dos demais Movas, as quais relacionam a leitura da palavra à Leitura do Mundo. Nesse sentido, a ação pedagógica se desenvolve a partir da realidade do educando, identificando-se as situações significativas presentes no contexto em que ele está articulado à teoria do conhecimento e à concepção de educação, fazendo o diálogo entre a teoria e a prática.

A metodologia não se restringe a um conjunto de métodos ou técnicas a serem utilizados nas nossas ações, mas envolve a articulação entre questões de natureza teórica, de métodos, técnicas e procedimentos mobilizados em diferentes atividades. Podemos afirmar que o movimento da práxis expressa essa concepção de metodologia por se tratar de uma ação refletida por uma determinada teoria, ressignificando a ação anterior, transformando-a numa nova ação; ou seja, é o diálogo entre teoria e prática, numa relação de interdependência.

É a partir do estudo da realidade que emergem os temas geradores que orientam a escolha dos conteúdos a serem problematizados no processo ensino e aprendizagem, para a compreensão dessa realidade e busca de alternativas de intervenção social. Leva-se em consideração o percurso pedagógico traçado por Freire, de maneira articulada e interdependente: a Leitura do Mundo, a problematização e a intervenção na realidade.

Para tanto, partir da realidade concreta significa reconhecer que são as necessidades práticas que motivam educadores e educandos à busca do conhecimento teórico. Teorizar a prática significa pensar sobre ela, problematizar as necessidades, levantar questões que indaguem a realidade, que façam os educandos pensarem juntos com seus educadores sobre suas ações. Para isso, é preciso buscar embasamentos teóricos que nos auxiliem a pensar a prática social, a compreender dimensões que não estão claras. E voltar à prática para transformá-la, o que requer retomar o exercício de suas ações diárias, com referenciais mais elaborados, e agir de modo mais competente, mais compreensivo e mais comprometido com a transformação social. E a verificação, por meio da Leitura do Mundo inicial, é a nossa porta de entrada para tentar apreender a realidade à nossa volta.



A Leitura do Mundo inicial, como procedimento metodológico pautado na dialética e em uma nova razão, é o ponto de partida para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico do Projeto MOVA-Brasil. A primeira aproximação da leitura que educandos e educadores fazem de suas realidades é feita a partir de questões orientadoras e atividades de pesquisa, relatos de história de vida, debates, dentre outros que possibilitam a identificação das situações significativas e a definição dos temas geradores, subtemas e conteúdos abordados.

Daí a importância da criação de estratégias para o estudo e problematização da realidade, do desenvolvimento de atividades diversificadas articulando as diferentes áreas do conhecimento e utilização dos mais variados recursos facilitadores. Estes momentos são primordiais para intensificar a construção da identidade e fortalecimento da cidadania dos(as) educandos(as), para possibilitar o processo de reflexão a partir da realidade que faz extrapolar o dado imediato, como também a aquisição e domínio do código escrito durante todo o desenvolvimento do trabalho.

O Projeto MOVA-Brasil se pauta pelos princípios da dialogicidade, da democracia, do respeito a diversidade, da convivência com a diferença, da participação ativa e da autonomia dos sujeitos.

No Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, os diversos momentos da Leitura do Mundo são constitutivos de seus procedimentos metodológicos. Como forma de contribuir para a operacionalização da Leitura do Mundo inicial, sugerimos os seguintes procedimentos:

- sensibilização e esclarecimento aos educadores e educandos sobre a importância da Leitura do Mundo inicial;
- elaboração coletiva do planejamento;
- decisão coletiva sobre a realização da Leitura do Mundo inicial;
- delimitação do espaço a ser investigado;
- elaboração de um roteiro de investigação;
- observação de alguns aspectos relevantes do espaço geográfico;
- definição das pessoas da localidade a serem entrevistadas (liderança comunitária, parlamentar, liderança religiosa, comerciante, morador antigo, rezadeira, parteira, enfermeira, policial);



- elaboração do roteiro de entrevista, considerando-se as dimensões socioeducacional, sociocultural, socioambiental, socioeconômica, sociopolítica;
- seleção e organização do material a ser utilizado na saída a campo;
- sistematização dos dados resultantes da saída;
- exposição dos dados de cada grupo e comentários gerais sobre a saída a campo;
- problematização dos dados;
- formação de blocos de assuntos;
- análise dos dados e levantamento de possíveis temas geradores;
- relação de subtemas;
- votação do tema gerador;
- o tema gerador e a organização do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar ou intertransdisciplinar;
- relação entre as áreas do conhecimento e o tema gerador;
- seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos a partir do tema gerador;
- processo avaliativo.

Histórico do Projeto MOVA-Brasil

O Projeto MOVA-Brasil tem um passado que remonta a 1989. Foi neste ano que Paulo Freire, secretário de Educação do Município de São Paulo, lançou o Movimento de Educação de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 28 de outubro de 1989, afirmando que iria “respeitar os Movimentos Sociais Populares”, sem os quais “fracassaremos”. Ele dava origem, assim, a uma concepção nova de programa de Educação de Jovens e Adultos, tendo a parceria entre Estado e organizações da sociedade civil como intuição original. Ele afirmava que o Estado sozinho não iria acabar com o analfabetismo no Brasil e que era preciso envolver a sociedade civil. Ele conseguiu firmar cerca de 100 convênios com ONGs, universidades, movimentos sociais e populares.

Depois de quatro anos de construção, o MOVA-SP deixou um saldo positivo não apenas no campo da Educação de Jovens e de Adultos, mas, principalmente, no campo da



organização popular. Ele contribuiu para o fortalecimento das organizações da sociedade civil que se constituíram, a partir do “Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Jovens e de Adultos”, num importante ator social na cidade de São Paulo.

Depois da experiência de Paulo Freire, várias Prefeituras, inspiradas no MOVA-SP, criaram seus Movas e muitos educadores e instituições se envolveram na continuidade do movimento. Entre as instituições e organizações que deram continuidade ao Mova estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Instituto Paulo Freire e o Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC de São Paulo.

Movas foram sendo criados em vários estados (Acre, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) e numerosos municípios (Ipatinga-MG, Porto Alegre-RS, Belém-PA, Diadema-SP, Ribeiro Pires-SP, Santo André-SP, São Bernardo do Campo-SP, Guarulhos-SP, Embú-SP).

Inicialmente, esses vários Movas não tinham espaço comum de discussão. Em comum apenas o sonho de construir uma alternativa educacional ao neoliberalismo e uma metodologia, uma filosofia de Educação de Jovens e Adultos, que ia se constituindo na dinâmica do próprio movimento. Em outubro de 2001 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Movas. Os encontros dos Movas, a partir de junho de 2004 passariam a integrar uma rede nacional chamada “Rede MOVA-Brasil”.

O Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, no Caderno Temático “Uma escola do tamanho do Brasil” (p. 20), assume como proposta de governo o “MOVA-Brasil” a ser “implantado” para “erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais”. No entanto, o Ministério da Educação instituiu em seu lugar o programa Brasil Alfabetizado. O “MOVA-Brasil” não foi implantado como política pública, mas a mobilização em favor de um programa mais amplo, de caráter nacional, com a Metodologia Mova continuou.

Conversas já estavam acontecendo desde 2001, em diversas reuniões, com diversos atores sociais, inclusive no Fórum Social Mundial, mas não se conseguia viabilizar o Projeto por falta de recursos, até que uma iniciativa conjunta entre IPF, FUP e Petrobras permitiu dar origem a um Projeto com a Metodologia Mova no contexto do Programa Fome Zero Petrobras. O sonho tornou-se realidade e o Projeto MOVA-Brasil foi iniciado em



agosto de 2003.

O Projeto MOVA-Brasil

A Metodologia Mova, com mais de duas décadas de existência, está mais do que consolidada e é hoje uma referência internacional quando se trata de Educação de Adultos. É uma das grandes e originais contribuições de Paulo Freire à pedagogia universal. A “Metodologia Mova” resume a trajetória de Freire no campo da alfabetização de adultos, na qual incorporou não só o letramento e a conscientização, mas, igualmente, a necessidade de associar o aprendizado da cultura letrada e do cálculo à cidadania, ao trabalho, à geração de emprego e renda e aos direitos humanos. O Projeto MOVA-Brasil visa também a formar a população para que reivindique e tenha acesso às políticas públicas, muitas vezes negadas às populações mais empobrecidas, em particular o direito à educação.

O Projeto MOVA-Brasil, portanto, insere-se na tradição freiriana da Educação Popular. Seus princípios metodológicos, bem como sua estrutura, organização e funcionamento, sua concepção da formação inicial e continuada, inserem-se na tradição da educação libertadora. Ele mexe com as causas do analfabetismo ligadas à pobreza. O sucesso desse Projeto deve-se ao trabalho de numerosos educadores e educadoras, verdadeiros militantes, extremamente empenhados nessa causa e nessa concepção da educação. Ele tem sido um êxito onde outras iniciativas fracassaram ou tiveram um desempenho menor. Ele faz parte hoje da “Rede MOVA-Brasil”.

Ao longo de quase 10 anos de existência, o Projeto MOVA-Brasil acumulou grande experiência e muitos saberes no campo da alfabetização, da administração, da gestão participativa e compartilhada. Até agora todos os trabalhos foram executados com extremo cuidado, com muito diálogo e empenho ético-político. Nesses anos, o Projeto em parceria deu também enorme contribuição ao desdobramento da própria metodologia do Mova, constituindo-se numa modalidade própria e exitosa, enriquecendo-a. Trata-se de uma experiência sem precedentes na história da Educação Popular da região. O Projeto MOVA-Brasil é um caso particular e exemplar da Metodologia Mova.

O Projeto incentiva a participação em eventos sociais e populares, nacionais e internacionais, a inserção comunitária, a mobilização e intervenção social e as parcerias locais (governamentais e não governamentais). O Mova tornou-se um ponto focal de



articulação social e de mobilização. Suas ações vão muito além da alfabetização, da aquisição da cultura letrada incluindo a economia solidária, a agricultura familiar, o artesanato, o reflorestamento, o desenvolvimento local e regional, o desenvolvimento sustentável, redes sociais e interfaces com os temas: juventude, pontos de cultura, questão de gênero, portadores de deficiências, indígenas, negros, quilombolas e outros.

Uma das causas do êxito do Projeto é a clareza em relação aos objetivos gerais e específicos do Projeto e a clara definição de responsabilidades do comitê gestor (IPF, FUP e Petrobras), da articulação social, da coordenação nacional (técnico-pedagógica, pedagógica e administrativa), de coordenadores de polos e seus assistentes (pedagógicos e administrativos), da coordenação local (coordenadores e monitores). A avaliação, permanente e em processo, tem sido outro ponto forte do Projeto. Como previa Paulo Freire, os articulares sociais teriam uma importância vital para o dinamismo da metodologia e do Projeto.

As orientações básicas para o processo de articulação das turmas, os procedimentos para firmar parcerias locais e para a divulgação do Projeto, têm sido importantes para a unicidade do Projeto, num país de dimensões continentais e com grande diversidade regional. Muito importante tem sido a clareza em relação aos cargos, funções, carga horária, tipo de trabalho e salário de cada pessoa contratada, inclusive em relação ao perfil de cada um e ao processo de seleção. Isso nos dá enorme tranquilidade em relação à continuidade do Projeto daqui para frente.

A Metodologia Mova ganhou em extensão e qualidade com o Projeto MOVA-Brasil, atingindo um alto grau de elaboração teórica, fundamentada em numerosas práticas, sendo reconhecida hoje nacional e internacionalmente, tanto pela quantidade de trabalhos publicados sobre o Projeto quanto pelo número de referências que podem ser encontradas na Internet sobre ele.

Estamos hoje diante de um novo contexto nacional e internacional. No nível internacional, enfrentamos uma crise econômica que certamente trará reflexos no plano interno, embora estejamos mais preparados hoje para enfrentá-la, como nos tem dito a presidenta Dilma Rousseff. No nível interno, passamos por um ciclo virtuoso de crescimento que demanda cada vez mais mão de obra qualificada. É natural, portanto, que nossos alunos estejam demandando cada vez mais atenção para certos temas ligados ao mundo



do trabalho e do emprego.

Diretrizes para o Projeto:

- respeitar a diversidade;
- dar prioridade à juventude;
- atuar em sinergia com políticas públicas;
- realizar ações estratégicas, sistêmicas e multi-institucionais.

O Projeto MOVA-Brasil vem sendo desenvolvido numa parceria entre o IPF, Petrobras e FUP. Cada parceiro tem sua função. A Petrobras é patrocinadora, a FUP é articuladora e o IPF o executor do Projeto. O Projeto tem um Comitê Gestor composto por dois representantes de cada parceiro.

Nos estados e municípios onde são desenvolvidas as ações do Projeto, são estabelecidas outras parcerias, com entidades e governos locais, para garantir a concretização dos objetivos propostos. Estas parcerias podem se dar tanto para o fornecimento do espaço físico e infraestrutura para a formação e para as salas de aula, como para a composição da equipe de coordenadores, alfabetizadores e turmas de alfabetizando. Fica a cargo do Comitê Gestor o estabelecimento de parcerias locais para a gestão parcial das ações do Projeto no polo.

O Projeto, ao estabelecer uma relação de parceria nos locais onde será implantado, busca fortalecer as comunidades, entidades e rede pública, para que possam multiplicar e continuar a metodologia. Em 2013, o Projeto está sendo desenvolvido em doze meses, sendo 9 meses ininterruptos de aula, com a seguinte proposta de implantação:

1. Cada polo do Projeto é formado por: coordenador de polo; assistentes pedagógicos; auxiliares administrativos; coordenadores locais (1 para cada 15 alfabetizadores); alfabetizadores (1 para cada 25 a 30 alunos).

2. Em cada polo, daremos os seguintes passos: reunião entre o Comitê Gestor e os parceiros locais; definição dos municípios participantes e núcleos, pelos parceiros locais; seleção e contratação dos coordenadores de polo, dos assistentes pedagógicos, dos



auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; definição da formação inicial dos coordenadores de polo, dos assistentes pedagógicos, dos auxiliares administrativos, dos coordenadores locais e dos alfabetizadores; implantação e implementação do Projeto.

3. De 2013 a 2014 o funcionamento do Projeto compreende a seguinte dinâmica:

✓ Contratação dos monitores e coordenadores locais: cada alfabetizador poderá permanecer no Projeto por duas etapas de dez meses cada e será contratado por CLT prazo determinado; cada coordenador local poderá permanecer no Projeto por duas etapas de onze meses cada e será contratado por CLT prazo determinado;

✓ Formação inicial e continuada da coordenação de polo: formação inicial em quarenta horas aos coordenadores de polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos. No desenvolvimento desses encontros, estão previstos estudos relacionados às especificidades do Projeto MOVA-Brasil, planejamento, avaliação permanente, organização de encontros e eventos, gestão administrativa, elaboração e produção de subsídios, propiciando a sistematização das experiências vivenciadas com o objetivo de aprimorar a ação desencadeada. A formação será realizada pela equipe técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF, contando com a integração de profissionais especializados em temas específicos; formação continuada, em quatro encontros de 24 horas, totalizando 96 horas, aos coordenadores de polo, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos do MOVA-Brasil.

✓ Formação inicial e continuada dos coordenadores locais e alfabetizadores: formação inicial em 24 horas aos coordenadores locais, realizada pelas coordenações dos polos e acompanhada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação inicial em quarenta horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelas coordenações dos polos e acompanhadas pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF. Essa formação poderá ser desenvolvida em duas etapas: 24 horas para fundamentação sobre a proposta político-pedagógica e dezesseis para a dinâmica de funcionamento, instrumentais de registro e sistematização; nos polos novos ou com equipe de coordenação nova, a formação inicial será realizada pela coordenação técnico-pedagógica do Projeto



MOVA-Brasil e equipe pedagógica do IPF; formação permanente, em quatro encontros de dezesseis horas, totalizando 64 horas, aos alfabetizadores e coordenadores locais, realizadas pelos coordenadores de polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, contando com a integração de profissionais de outras ações; realizar dez encontros mensais de oito horas, com os coordenadores locais. Os encontros serão de responsabilidade dos coordenadores de polo juntamente com os assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos, totalizando oitenta horas. Esses encontros visam à elaboração e preparação dos cursos de formação dos alfabetizadores, acompanhamento da frequência dos alunos e alfabetizadores, elaboração de cronogramas e de relatórios das atividades, prestação de contas e avaliação.

✓ Responsabilidades da equipe de coordenação nacional: assegurar a concretização dos princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; incentivar o registro pelos alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades, no sentido de fazer desse material uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação; garantir a interface entre o Projeto MOVA-Brasil e os demais Projetos e áreas do Instituto Paulo Freire; manter interface com Comitê Gestor no que diz respeito à execução do Projeto; elaborar os relatórios e as sistematizações demandadas pelo Projeto; participar de espaços de discussão da Educação de Jovens e Adultos, de forma a integrar o Projeto em discussões.

✓ Responsabilidades de alfabetizadores, coordenadores locais, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos e coordenadores de polo: assegurar a

concretização dos Princípios Político-Pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil e a qualidade do trabalho educativo realizado com as turmas; desenvolver conteúdos relativos à especificidade da EJA e ao processo de ensino e aprendizagem; desenvolver temas geradores voltados à realidade local: participação cidadã, economia solidária, segurança alimentar, entre outros; possibilitar a alfabetizadores e coordenadores se apropriarem de instrumentos básicos para o desenvolvimento de suas atividades no MOVA-Brasil; executar as ações de solicitação de numerário e prestação de contas para o desenvolvimento das



ações do Projeto; incentivar o registro pelos alfabetizadores e coordenadores locais de suas atividades no sentido de fazer desse instrumento uma ferramenta essencial para o conhecimento da prática e sua reformulação.

✓ Conteúdo da formação inicial: realizar encontros de formação inicial com coordenação de polo: coordenador, assistentes pedagógicos e auxiliares administrativos; com coordenadores locais e alfabetizadores, de quarenta horas, com o seguinte conteúdo: contexto da EJA no Brasil; sujeitos da EJA: educadores(as) e educandos(as); diagnóstico da leitura, escrita e matemática: perfil de letramento dos(as) educandos(as); cultura e conhecimento; Leitura do Mundo, Leitura da Palavra; atualização do Projeto Eco-Político-Pedagógico; cidadania e políticas públicas. Instrumentos de trabalho pedagógico: planejamento, registro e avaliação; gestão do polo e do Projeto; encaminhamentos das atividades em cada polo.

✓ Conteúdo das formações continuadas: cada grupo desenvolverá a formação continuada com seu grupo local. Os temas serão definidos no processo, de acordo com as necessidades detectadas na prática dos alfabetizadores, de sua leitura da realidade e das dificuldades encontradas.

✓ Encontro de educandos(as) do Projeto MOVA-Brasil – Ação de Mobilização Social com o objetivo de intensificar as ações de mobilização social, o Encontro de Educandas e Educandos do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania pretende ampliar a participação dos(as) educandos(as), no processo de reflexão e proposição sobre as políticas de Educação para Jovens e Adultos. Esta ação começa na sala de aula, passa pelo núcleo e se conclui com o Encontro Estadual dos(as) Educandos(as). Em todas as etapas, a comunidade e os parceiros envolvidos participam na construção do processo. A relevância dessa construção se constitui na mobilização local, regional e estadual, tendo em vista que as secretarias municipais e estaduais de educação, gradativamente, vêm se envolvendo com o Projeto e buscando diálogos efetivos para a travessia dos(as) educandos(as) do MOVA-Brasil para a EJA. Foram realizados, no ano de 2012, dez encontros estaduais de educandos(as);

✓ Projeto MOVA-Brasil e a formação profissional: A educação profissional no Projeto MOVA-Brasil, não duplica esforços de outros Projetos. Ao contrário, soma-se a eles, se articula com eles, levando em conta a política nacional de qualificação profissional do



Ministério do Trabalho e Emprego, consagrada no Plano Nacional de Qualificação, em vigor desde 2003.

O programa Brasil sem miséria, criado pela Presidenta Dilma em 2010, incluiu como um dos três eixos estruturantes a “formação profissional”, respondendo positivamente a essa demanda. Essa é também a visão do Marco de Ação da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), da Unesco, realizada em Belém, em 2009. E também a política defendida pelo MEC para essa modalidade da educação básica em seus parâmetros curriculares para EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação estabelecem como eixos estruturantes da Educação de Jovens e Adultos o trabalho e a cidadania.

Dessa forma, o Projeto MOVA-Brasil vem oferecendo relevante contribuição em nível nacional, consolidando, cada vez mais, a cada ano, “desenvolvimento” e “cidadania”. Nas suas inúmeras salas de alfabetização, a “cidadania” vem se fortalecendo na medida em que homens e mulheres – jovens, adultos e idosos deste País – compartilham suas “Leituras do Mundo”, aprendem a ler e a escrever, e se preparam para reescrever suas histórias, reinventando e construindo novas realidades e, para isso, para ampliar a cidadania, o “desenvolvimento” precisa caminhar junto, inserindo-os no mundo do trabalho, abrindo novas oportunidades de ressignificar suas existências.

Alguns polos do MOVA-Brasil, ao longo desses anos de atuação, já vem desenvolvendo ações profissionalizantes, tanto relativas ao mercado formal quanto aquelas ligadas à economia solidária.

A economia solidária tem se constituído numa grande estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social. Ela também exige uma qualificação sócio-profissional específica.

Na formação profissional em economia solidária, os educandos participam desde o início do processo de construção dos conteúdos, no planejamento das aulas, na execução e na avaliação do programa de formação. (ÂNTUNES, NERI, STANGHERLIM, 2011, p.29).

Há que se considerar, ainda, que muitos dos educandos do Projeto MOVA-Brasil já trabalham. Por isso, a alfabetização que defendemos precisa articular com a formação



profissional e com o exercício da cidadania ativa, para assegurar uma educação integral.

A necessidade de garantir maior reflexão e aprimoramento dessa prática na perspectiva de um currículo aberto às necessidades locais e assegurar o reconhecimento, a certificação formal desses saberes e competências adquiridas ao longo da vida.

A profissionalização do educando é um elemento que irá estimular a adesão ao programa e, principalmente, a permanência, evitando a evasão. A própria Petrobras poderá beneficiar-se, contando com trabalhadores melhor qualificados.

Os articuladores sociais do Projeto, com isso, podem ter mais possibilidades de encontrar parceiros para, vinculando ações concretas, como estágios em diferentes áreas.

O Instituto Paulo Freire adquiriu grande experiência na formação profissional no convênio que executou com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008-2009, assumindo, em nível nacional, o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq-Ecosol), em parceria com seis entidades do setor: a União e Solidariedade de Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (Unisol), a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas em Autogestão (Anteag), o Grupo Colmeia de Projetos, Assessorias e Serviços, a Associação dos Empreendimentos Solidários em Rede (Emrede), o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Aplicada (Irpaa), a Fundação Produzir, Desenvolver e Preservar (Modert). Essa experiência será muito útil agora nessa nova fase de desenvolvimento do Projeto MOVA-Brasil.

Fase/etapa	Período	Abrangência
1ª fase	janeiro a outubro (2004)	BA, CE, RJ, RN e SP
2ª fase	novembro (2004) a julho (2005)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
3ª fase	agosto (2005) a abril (2006)	BA, CE, RJ, RN, SE e SP
4ª fase	agosto (2006) a junho (2007)	BA, CE, PE/PB, RJ, RN, SE/AL e SP
1ª etapa (2008)	agosto (2007) a junho (2008)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
2ª etapa (2009)	dezembro (2009) a novembro (2010)	AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE/AL
3ª etapa (2010)	dezembro (2010) a dezembro (2011)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE
4ª etapa (2011)	dezembro (2011) a dezembro (2012)	AL, AM, BA, CE, MG, PE/PB, RJ, RN, SE



Função Social da Educação

É necessário oferecer escola pública para todos, adequada à realidade onde está inserida, para que seja de qualidade. Neste sentido, ela deve ser democrática pela gestão participativa, que integre a comunidade e os movimentos populares na construção e definição de sua identidade. Enfim, ela deve ser autônoma, isto é cidadã. (GADOTTI, 2008, p. 59-60).

Entender a educação como ato político e como prática da liberdade, que busca desenvolver um processo de emancipação e humanização dos sujeitos, como se pretende aqui, exige pensá-la para além da lógica do mercado, substituindo, em grande medida, a competição pela colaboração, o papel do indivíduo – isolado em seu próprio mundo – pelo papel do cidadão, atuando numa coletividade e comprometido com a sociedade da qual participa, fazendo sua própria história e por ela sendo condicionado.

Paulo Freire sempre acreditou na possibilidade de uma educação em que educador(a) e educando(a) fossem vistos como sujeitos do processo num movimento de colaboração respeitosa entre ambos, contrário à tese segundo a qual o(a) educador(a) detém o conhecimento e o transmite ao educando, que recebe esses conhecimentos, memoriza-os e os reproduz ao longo da vida.

Para Paulo Freire, a relação entre educador e educando é de compartilhamento de saberes diferentes, cada um com uma carga de conhecimento e sua parcela de responsabilidade na construção de novos conhecimentos. Cabe ao educador lançar mão de procedimentos metodológicos para que os educandos reconheçam que sabem um conjunto de coisas e ajam para saber o que ainda não sabem. Esses saberes devem ser sempre contextualizados a fim de que os educandos percebam a importância desses conhecimentos para suas vidas e possam, desse modo, saber mais e viver melhor.

Essa concepção de educação do Projeto MOVA-Brasil, como não poderia ser de outra forma, está diretamente vinculada ao conceito de Educação Popular expresso a seguir:

A Educação Popular possibilita que educadores(as) e educandos(as)



situem-se e ajam reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida. O ato de conhecer se dá num contexto social em que o diálogo é o mediador e o fertilizador deste processo. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 51).

Por isso é que a Educação Popular dialoga com os saberes da comunidade e dos educandos. Eles são considerados de grande importância para a humanidade por fazerem parte do conjunto de conhecimentos que as pessoas construíram ao longo da vida; estão baseados nas experiências concretas do seu dia a dia. Portanto, esses saberes foram fundamentais para a vida de milhões de pessoas que desempenham diferentes funções na sociedade, de uma maneira geral, e no mercado de trabalho formal ou informal, em particular. São saberes relacionados à química, física, matemática, biologia, língua materna, agronomia, artesanato, medicina, economia, cultura e outros domínios do conhecimento humano.

O reconhecimento e a valorização desses saberes são constitutivos da Educação Popular e da educação como prática da liberdade, visando-se a estabelecer a devida articulação entre esses conhecimentos e os saberes historicamente sistematizados pela humanidade, na perspectiva da qualidade social que buscamos com a prática pedagógica, que tem como principal finalidade contribuir para a construção da autonomia de todos os envolvidos.

Como afirma Brandão (2011 apud PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 63),

As diferentes expressões e dimensões das “culturas populares” não devem ser apenas “levadas em conta” como fragmentos folclóricos de modos de ser, pensar, viver e agir populares, mas devem ser assumidas como a



substância social que fundamenta nossa proposta de educação.[...] Ao partir das comunidades, dos movimentos, dos grupos e dos setores populares, ela (a educação) reconhece que os seus modos de vida, suas formas sociais de ser e, enfim, suas culturas, são não algo a apagar, a transcender ou a transformar de fora para dentro. Elas são, ao contrário, a matéria-prima fundadora. São unidades, teias e redes de símbolos, de saberes, de significados únicos e essenciais. São “aquilo” através do que pessoas educandas e comunidades populares aprendentes entram em relação dialógica com “educadores populares intertransculturais” para realizarem, com eles e através deles, a construção de seus próprios, novos e inovadores saberes.

Na concepção libertadora de educação, o educando não pode ser visto como uma caixa vazia que recebe os depósitos dos educadores. O educador Paulo Freire denominou essa concepção de bancária, pela semelhança que há entre ela e um banco. Na concepção bancária, a relação que se estabelece entre educador e educando é de sujeito e objeto, sendo o educando um mero recipiente pronto a receber os saberes do educador. Nesse caso, não há diálogo e a relação entre os participantes é vertical, ficando marcada a hierarquia entre educador e educando.

Essa concepção de educação defendida por Freire perpassa a compreensão da incompletude e inacabamento do ser humano. Desse modo, todo tempo é tempo de aprender, pois não é um ato finito, mas de constante renovação. Essa perspectiva dialoga com a noção de alfabetização assumida em Jomtien (1990), associa-se a uma visão ampla de educação, que se estende ao longo de toda vida e que considera, portanto, que as pessoas estão permanentemente se educando em diversos âmbitos sociais, para além da escola.

A educação passa a ser entendida como uma condição necessária ao desenvolvimento pessoal e social. Como educador popular, Paulo Freire (1987) defende que a educação sozinha não pode transformar a sociedade, mas, sem ela, tampouco, a sociedade muda, pois ela jamais é neutra, mas, sim, impregnada de intencionalidade.

Deste modo, o ato de educar pressupõe estar consciente das escolhas realizadas em relação aos conteúdos, às metodologias, à avaliação, à comunicação, à convivência



etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribuir para a manutenção da organização e dinâmica social.

No caso do Projeto MOVA-Brasil, busca-se a concretização da concepção crítico-libertadora cuja principal referência é o educador Paulo Freire, criador, juntamente com os movimentos populares da cidade de São Paulo, do Programa MOVA-SP. A materialização desse conceito de educação e um pouco da organização do Programa pode ser resumido nas palavras da coordenadora do MOVA-SP (1989-1992), Silvia Telles (2012), em seu artigo *Paulo Freire e o Projeto Mova-SP*:

O MOVA-SP teve por princípio uma educação libertadora, emancipatória, em que a ação educativa objetivava a construção da identidade de sujeitos/educandos como cidadãos de direitos; portanto, exigiu um processo substantivo de formação permanente, dos educandos, dos educadores e supervisores populares e dos educadores da Secretaria de Educação, para a garantia de sua qualidade político-pedagógica e “qualidade de suas ações sociais”, motivo de avaliação e processo de sistematização do trabalho realizado.

Em que pesem esses mais de vinte anos que separam a criação do Mova na cidade de São Paulo e a terceira etapa do Projeto MOVA-Brasil, em dez estados da federação, podemos considerar que a concepção de educação permanece atual e servindo de parâmetro para as práticas desenvolvidas nas salas de aula no MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania. Como afirma a educanda do polo Sergipe, Dona Ana, de 68 anos:

Quando entrei no Mova, já tava entrando em depressão, hoje já lê e escreve. Ninguém deixe o MOVA-Brasil, aproveite e chame outras pessoas, o Mova não ensina só a ler e escrever, a gente aprende outras coisas também.

A prática educativa do Projeto é regida pelos princípios básicos freirianos. Dentre



eles, destacam-se a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, de que o conhecimento deve ser mediado pela problematização constante da realidade, estabelecendo assim uma educação da pergunta e da pesquisa. Compreende-se ainda que a problematização consista na busca da superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica, capaz de transformar o contexto vivido. Deste modo, o conhecimento se constrói a partir da ação-reflexão-ação, ou seja, da práxis.

Como prática educativa libertadora, a nossa ação deve proporcionar aos sujeitos envolvidos a compreensão de que a forma como o mundo está sendo não é a única possível: conscientização. O conhecimento construído nessa perspectiva tem a função de motivar e impulsionar a ação transformadora. O ser humano deve entender a realidade como passível de modificação e a si mesmo como capaz de modificá-la.

A partir desta concepção de educação, é possível educadores(as) e educandos(as) situarem-se e agirem reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O(A) educador(a) é o(a) provocador(a) no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do mundo que o cerca, estimulando o(a) educando(a), por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e intervir na realidade. Para Paulo Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida.

Nesse sentido, a formação do(a) educando(a) requer um fazer pedagógico sensível e imerso na sua realidade, de forma que aborde suas problemáticas, reconhecendo seus desafios e potencialidades. É na sua existência concreta (pessoal e coletiva) que os indivíduos se constroem e reconstróem constantemente, ora afirmando o já existente ora a ele se contrapondo, mas sempre reconstruindo a si e o contexto em que atua.

A educação transformadora deve ser necessariamente dialógica, não dominadora, com relações horizontais, de cooperação entre os sujeitos. É necessário que tenhamos clareza de que democracia só se consegue com participação, é algo que se aprende vivenciando.

Essa compreensão é fundamental para nos assumirmos como sujeitos críticos e criadores de nossos mundos, da vida cotidiana e dos rumos de nossos destinos e da história. Nesse sentido, o Projeto Eco-Político-Pedagógico é pensado e construído com a participação dos diversos segmentos, como um processo de mudança e de antecipação do futuro, em que se estabelecem princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor



organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pelo movimento, processo este que se faz fundamental à concretização dos objetivos propostos.

Princípios da Educação Popular

Educação Popular é uma noção que remete às diferentes experiências e conhecimentos pedagógicos, que foram e continuam se acumulando no seio dos movimentos e das lutas populares, como ferramentas para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social; democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito-parte do processo e centro da atuação.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do indivíduo. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma ferramenta de transformação social; num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades, é o exercício da “Educação como Prática de Liberdade”.

Diferente da educação formal, a Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção histórico-crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- Ético: que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- Político: que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- Educativo: educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a



construção do conhecimento, instiga à pesquisa. Por isso, e também porque a própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa.

A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relacionam os educadores e educandos, devem se dar em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de construção coletiva de um conhecimento.

Em suma, podemos dizer a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para uma transformação social. (LIU; PINI; GOES, 2011, p. 34)

Concepção de Cultura

Agora sei que sou culto”, disse, certa vez, um velho camponês chileno ao discutir, através de codificações, a significação do trabalho. E ao se lhe perguntar porque se sabia culto, respondeu seguro: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo (FREIRE, 1976, p. 21)

Quando nos deparamos com percepções como a que teve o camponês chileno, vemos que a concepção de cultura que esse homem simples do povo apresenta insere-se na dimensão antropológica de cultura, como declara Paulo Freire, 1963, p. 17,

Pareceu-nos, então que o caminho seria levarmos o analfabeto, através de reduções, ao conceito antropológico de cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido da mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um

26



grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cancionero popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.

Quando um dos mais importantes antropólogos e educadores do Brasil, Darcy Ribeiro, fala sobre como ele compreende a *cultura* ao listar os fundamentos da evolução humana. Segundo ele:

(...) a interação entre esses esforços de controle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber, que se manifestam, materialmente, nos artefatos e bens, expressamente, através da conduta social e, ideologicamente, pela comunicação simbólica e pela formulação da experiência em corpos de saber, de crenças e de valores (RIBEIRO, 1998, p.40)

Observem como o foco central da ideia de *cultura* não está no que os seres humanos fazem. Está no que eles sabem, está no que e no como aprendem, está no como coletivamente criam algo que vai da culinária típica até uma ampla visão de mundo. E está no que e no como transmitem uns para os outros: saberes, sentidos, sensibilidades, significados, socialidades.

A partir daí, uma *cultura* existe presente dentro das pessoas que a partilham e, em diferentes círculos sociais de suas convivências, através do que-e-como elas pensam, como criam suas práticas, éticas, ideias e ideologias, envolvendo no seu todo e em cada dimensão os seus “fazeres” coletivos. E tanto aqueles que têm a ver com o manejo da natureza, do meio-ambiente, quanto os que têm a ver com a própria compreensão, a ordenação e a transformação da sociedade.

Na verdade, tudo o que em uma escala mais ampla, mais diferenciada e mais complexa, ocorre no cotidiano de uma ampla sociedade ou de uma pequena comunidade, ocorre também no interior de um de seus sistemas culturais chamado *educação*. E, nela, ocorre dentro de uma de suas mais importantes instituições sociais, chamada *escola*. Porque tudo o que acontece na *educação*, na escola e na sala de aulas faz parte de um *mundo de cultura*.



Assim, a língua que se fala e através da qual as pessoas trocam sentimentos, saberes, e valores entre elas. E, assim também, todos os sistemas complexos interconectados e intercomunicados de maneiras de compreender o mundo, de atribuir um sentido à vida, de pensar o destino humano, de estabelecer uma ou diferentes identidades.

Deixada num livro, a gramática da nossa língua ou um poema de Adélia Prado é parte do que poderíamos chamar de “cultura morta”. Está ali, feita, realizada e deixada de lado. Mas elas retornam à vida, elas se reacendem como um momento de “cultura viva” quando uma professora toma um livro de gramática e trabalha um tema dela com seus estudantes. O poema renasce quando um grupo de estudantes de EJA o toma e lê em conjunto. Melhor ainda, quando se anima a preparar algo de arte em sala-de-aula, a partir do poema lido, dialogado, sentido e aprendido.

Esta é uma das razões pelas quais o mestre, a professora, educadoras e educadores são sujeitos de culturas quase sempre estimados e mesmo reverenciados entre os mais diferentes povos, de uma pequenina tribo indígena a uma complexa sociedade pós-moderna. Ao lado de sermos aquelas e aqueles que ensinam-saber-que-aprenderam, somos também aqueles e aquelas que não somente transmitem o saber-sentido de uma cultura, de uma geração para a outra. Somos as pessoas que, ao realizarem isto, estão continuamente “despertando o saber”, “acordando o sentido”, trazendo de volta à vida, nos pequenos e grandes círculos onde pessoas se reúnem para, juntas, viverem o mistério e o milagre do *diálogo do saber*, frações de valor inestimável do conhecimento humano.

Podemos duvidar dos inúmeros milagres que nos são anunciados pela mídia todos os dias. Mas como duvidar do milagre que resulta de se estar diante de uma turma de sete mulheres e cinco homens analfabetos e, ao final de oito meses, vê-los alfabetizados? Isto é, ascendidos culturalmente ao mundo da palavra escrita. O que significa trabalhar com uma “Turma de EJA” durante um período de meses e anos e descobrir em cada educando-aprendente um alguém que ascende a esferas cada vez mais densas e interligadas do saber de sua cultura?

Temos uma tendência a pensar a *cultura* como o *folclore*. Como o domínio quase residual dos costumes, das crenças, das criações artísticas e artesanais de nossos povos. Ela é “também” isto, mas é muito mais do que apenas isto. A *experiência humana* de criar e



viver *culturas* envolve a totalidade da vida coletiva de uma comunidade ou de todo um povo. Todas aquelas dimensões do que aprendemos – as práticas do fazer, as éticas do agir, as políticas do viver e os universos simbólicos – são dimensões interligadas de um mesmo complexo processo cultural.

Paulo Freire, em sua metodologia deu destaque especial à cultura. Ele criou o Círculo de Cultura, que colocava o educando no papel de investigador durante o processo de ensino e aprendizagem, criou as fichas de cultura, que eram imagens para problematizar a realidade e introduzir as palavras geradoras.

Hoje, ao nos depararmos com o desafio de reinventar Paulo Freire, não podemos desconsiderar que somos, assim como os educandos e educandas com os(as) quais trabalhamos, produtores de cultura, pois assim como o camponês chileno, transformamos o mundo com o nosso trabalho e por meio dele nos transformamos também. Essa é a dimensão antropológica da cultura.

Concepção de Educação e Trabalho

Trabalho, emprego e renda

Educador(a), você percebeu que ora falamos de trabalho e ora de emprego. Eles significam a mesma coisa? O que é trabalho? O que é emprego?

Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX (1996), o trabalho é o esforço humano dotado de um propósito, que implica a transformação da natureza por meio do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Para Marx (2002, p. 211),

[...] o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade [...] Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza.



O homem no mundo e com o mundo



Natureza e cultura. Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos o da natureza e o da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade. Com perguntas simples, tais como: quem fez o poço? Por que o fez? Como o fez? Quando? Que se repetem com relação aos demais “elementos” da situação emergem dois conceitos básicos: o de necessidade e o de trabalho e a cultura se explica num primeiro nível, o de subsistência.

O homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objeto de seu conhecimento. Submetendo-o, pelo trabalho, a um processo de transformação. Assim fez a casa, sua roupa, seus instrumentos de trabalho. A partir daí, discute com o grupo, em termos evidentemente simples, mas criticamente objetivos, as relações entre os homens que não podem ser de dominação nem de transformação, como as anteriores, mas de sujeitos.

Em outras palavras, podemos afirmar que o trabalho é a ação transformadora que o ser humano realiza sobre a natureza, sobre o meio ambiente em que vive e, ao modificar a natureza, ele modifica também a sua maneira de pensar, de agir e de sentir, transformando



não só o meio ambiente, mas também a si mesmo como ser humano.

Pela realização do trabalho, o ser humano se modifica, se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua cultura. Antes do emprego veio o trabalho. Este existe desde que o ser humano começou a intervir na natureza e nos seus ambientes de vida, fazendo uso de ferramentas e utensílios criados por ele. É por meio do trabalho que produzimos a nossa existência. Produzimos alimentos, roupas, máquinas e tantos outros produtos necessários, sejam necessidades efetivamente reais ou criadas. Trabalho é cultura. Em cada contexto histórico, social, econômico, político e cultural, a classificação, os tipos e o valor do trabalho se diferenciam.

Economia Solidária

Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Em comunidades indígenas, o trabalho é compreendido e realizado de uma forma; na sociedade feudal, de outra. No contexto do próprio mundo capitalista – da primeira, segunda e terceira revolução industrial – houve e há diferentes formas de valorizar e organizar o trabalho. Quando as condições econômicas, políticas ou tecnológicas se alteram, o trabalho também se altera. Muda a forma como ele é realizado: manual, mecânica, elétrica, eletrônica etc. Mudam os instrumentos que são utilizados, as relações, o modo de produção. Cada sociedade varia na forma como organiza, interpreta e valoriza o trabalho. O emprego é algo recente na história da humanidade. Podemos afirmar que se trata de um conceito que surgiu no contexto da Revolução Industrial.

Ele consiste numa relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. Caracteriza-se por uma relação estável, com períodos mais ou menos prolongados, estabelecida entre quem organiza o trabalho e quem o executa. É uma espécie de contrato.

O possuidor dos meios de produção, ou seja, o dono dos meios e dos objetos de produção (os donos das fábricas, das indústrias, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas) pagam, por meio de contratos, pelo trabalho de outros, de pessoas que não possuem meios de produção, por isso vendem sua força de trabalho, para que os objetos, serviços e produtos esperados sejam produzidos.



Trabalho como princípio educativo

Dentre as inúmeras relações que homens e mulheres estabelecem com a sociedade, o trabalho é, sem dúvida, a mais perene. É por meio do trabalho que o ser humano se reconhece como produtor de cultura.

Não é a toa que na experiência realizada por Paulo Freire, na década de 1960, em Angicos, a questão do trabalho estava presente nas discussões por meio das imagens criadas por Francisco Brenan, para problematizar o conceito de cultura, uma vez que para Paulo Freire trabalho e cultura são categorias indissociáveis. Como um ser criador e recriador, o ser humano vai, por meio do trabalho, alterando a realidade e a matéria da natureza, produzindo cultura. Nessa perspectiva, “seu trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar – e ajudar o mundo a ser melhor” (FREIRE, 2011, p. 132-151).

Paulo Freire concebe o trabalho como uma prática humana de intervenção no mundo e, por isso mesmo, prazerosa, contribuindo para a satisfação pessoal e o bem estar coletivo. No entanto, o que temos, historicamente, é a força do capital criando modelos cada vez mais competitivos e relações de trabalho pautadas pela exploração, exigindo que homens e mulheres produzam cada vez mais e consumam mais do que produzem, tornando-se presas fáceis da exploração capitalista. O trabalho nessa lógica mercantilista apresenta-se como um fardo, castigo, sofrimento.

Concordamos com Frigotto (1989, p. 4) quando diz que a ideologia cristã e positivista prega a ideia de que todo trabalho dignifica o homem: “Nas relações de trabalho onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido, usado, constrói-se uma relação educativa negativa, uma relação de submissão e alienação, isto é, nega-se a possibilidade de um crescimento integral”. Nessa lógica mercantilista concebem-se expressões que definem homens e mulheres como “capital humano”.

Contrapondo-se a essa visão alienante e embrutecedora do trabalho, propomos o trabalho como princípio educativo, humanizador, entendendo que os trabalhadores têm direito, não só à apropriação da técnica, mas aos fundamentos científicos do trabalho com vistas à formação humana.

O MOVA-Brasil, com sua proposta educativa comprometida com a superação de



toda e qualquer situação de opressão, concebe o trabalho como ação transformadora, emancipadora e a economia, nesta perspectiva não pode ser pensada de modo exploratório, mas solidária. Assim sendo, é necessário entender a formação profissional como parte da formação integral dos educandos.

À medida que o trabalhador aperfeiçoa a sua prática, ele adquire uma postura menos servil nas relações com seu empregador, adquire maior autonomia e amplia sua visão de mundo. Ao propor a formação profissional aos educandos em processo de alfabetização, busca-se inserir os alfabetizandos no universo da cultura letrada e inseri-los ou reinseri-los no mundo do trabalho com maior autonomia. Ao propor essa ponte ligando a formação intelectual à profissional, procuramos possibilitar uma travessia mais segura da exclusão à inserção social. A formação permanente e continuada ao longo da vida é um caminho para a libertação de homens e mulheres e para a transformação da sociedade que temos para aquela que sonhamos ter num futuro próximo. Para avançar nessa direção é preciso que tenhamos claro a nossa concepção acerca de educação profissional e a importância de integrar essa à educação básica.

Etimologicamente a palavra educação (do latim *educare*) significa nutrir, criar algo e trazer esse algo para fora da pessoa, explicitando o que mais existe além dela mesma. Essa definição contrapõe-se ao conceito de educação bancária, onde o conhecimento é depositado de fora para dentro. Educar, na perspectiva freiriana é, segundo Gadotti, (2005, p. 38) “impregnar de sentido cada ato da vida cotidiana”, portanto, é um movimento de dentro para fora.

Nesse contexto, podemos entender a educação profissional como modalidade da educação que permite ao trabalhador ampliar seus saberes profissionais adquiridos ao longo da vida, de modo a tornar-se mais qualificado para o exercício de sua profissão. A qualificação nesse sentido, apresenta-se como caminho, mas também como resultado do processo educativo. Qualificado profissionalmente é o trabalhador que encontra-se preparado técnica e politicamente para lidar com os desafios e demandas que a sociedade atual, altamente tecnológica apresenta.

A introdução de novas tecnologias e técnicas de gestão aponta para uma formação integral dos trabalhadores, que, para possibilitar a sua inserção e permanência no mundo do trabalho, devem considerar: maior conhecimento científico e tecnológico; raciocínio



lógico e capacidade de abstração; capacidade de redigir e compreender textos; maior iniciativa, sociabilidade e liderança; maior capacidade de lidar com problemas novos, criatividade e inovação; solidariedade, capacidade de organização e de atuação em grupo, consciência dos próprios direitos e capacidade de tomar decisões (BRASIL, 2007, p. 28).

Educação profissional na perspectiva socioambiental

Vivemos hoje o período em que mais encontramos oferta de formação profissional. O governo federal até 2014 espera investir 24 bilhões nessa área. Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs); Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, ETCs) e diversas instituições públicas e privadas oferecem cursos gratuitos de formação profissional, com o intuito de melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho.

Alinhada a nossa concepção de formação profissional, a Economia Solidária se apresenta como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar, enfim, gerar renda. Deixando de lado as práticas puramente mercantilistas a Economia Solidária sem explorar, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, entende que a cooperação e a solidariedade, fortalecem o grupo, onde cada um pensa no bem de todos e no próprio bem.

Com base no Caderno de Formação sobre Economia Solidária do Projeto MOVA-Brasil (2011), são dez os princípios dessa forma de economia:

- Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
- Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;



- Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual;

Podemos resumir esses princípios em: igualdade, que é o seu princípio básico, o cooperativismo, o consumo consciente e a defesa da natureza e do trabalhador. A Economia de Mercado, por sua vez, é pautada pelo lucro, pelo individualismo, pela competitividade, gerando desigualdade social, poluição, desmatamento, consumismo, entre outras coisas. A educação tem papel fundamental na busca de superação desse modelo.

A educação profissional na perspectiva socioambiental identifica-se com os princípios da Economia Solidária na medida em que reconhece o trabalho como elemento capaz de promover a inclusão social e a preservação da vida por meio de práticas sustentáveis.

Por isso, nossa perspectiva de formação profissional não concebe a possibilidade de adoção de propostas aligeiradas que formam os trabalhadores apenas para executar tarefas. Defendemos propostas que formem profissionais para agir e transformar a realidade e, por isso, devem ser pautadas na ética e na justiça social, garantindo aos educandos trabalhadores o exercício consciente da cidadania.

Desse modo, consideramos fundamental que o processo de formação profissional articulado à alfabetização deve levar em consideração os saberes que os educandos já trazem para o espaço da sala de aula, tanto relacionado à aquisição da leitura e da escrita quanto relativo às atividades profissionais, pois, muitos educandos já desenvolvem algumas atividades profissões, mas, não possuem o devido reconhecimento por não possuírem a respectiva certificação, seja de pedreiro, eletricista, encanador, mecânico e outras.

A nossa proposição é de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania por meio da articulação entre alfabetização e formação profissional, como maneira de consolidar o processo de aquisição da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, bem como contribuir para o reconhecimento das habilidades profissionais dos educandos participantes conferindo-lhes certificação por instituições e instâncias legitimadas historicamente pela sociedade no desempenho de cursos de diferentes profissões relacionadas a economia de mercado e à economia solidaria, como são os



casos do SESI, SENAI, SEBRAE e Fórum de Economia Solidária. Apresentaremos a seguir algumas possibilidades de concretização da Economia Solidária, transcritas do Caderno de Formação Economia Solidária do MOVA-Brasil (2011).

Exemplos das práticas na economia solidária

Para ficar mais claro como a economia solidária está presente em nosso dia a dia, destacaremos alguns exemplos que nos ajudam a reconhecer estas práticas:

Empreendimentos de Economia Solidária

(EES) – grupos produtivos coletivos por meio dos quais as pessoas, em união, organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão, nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, de gênero, de raça e etnia. Podem estar ou não com registro, por exemplo, formalizadas em cooperativas e associações, e mesmo grupos informais. Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de

atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços. Também podem ser grupos sociais minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pessoas com deficiência.

Redes de produção, comercialização e consumo – as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria economia solidária, com melhor qualidade e um valor acessível. Na venda, organizam-se para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

Bancos comunitários e fundos rotativos da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender de grandes bancos.

Feira de trocas – as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelos participantes, a chamada moeda social.

Empresas recuperadas autogestionárias – quando os(as) trabalhadores(as) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falência da empresa. Deixam de ser empregados(as) com patrão, para se tornarem cooperados(as), com gestão igualitária e coletiva do trabalho.



Entidades de apoio e assessoria – desenvolvem diversas ações para apoio direto junto aos empreendimentos de economia solidária, como capacitação, assessoria, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência a técnica organizativa.

Rede de gestores públicos de economia solidária – gestores de nível municipal, estadual ou federal, organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária.

Associações e entidades de representação dos empreendimentos de economia solidária.
(FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 5 e 6).

Concepção de Jovem

O jovem no MOVA-Brasil: a ousadia de saber e a humildade para aprender

Segundo documentos oficiais, jovem é a pessoa que se encontra entre os 15 e os 29 anos de idade. Entretanto, sabemos que ser jovem não se resume à faixa etária, mas trata-se de um conjunto amplo e complexo de fatores que se entrelaçam na constituição das características da juventude.

Inúmeras visões sobre os jovens foram se constituindo ao longo do tempo. Não há um conceito único e perene. Trata-se, pois, de uma concepção construída histórica e culturalmente, que incorpora cenários sociais locais e globais, além de elementos relativos a gênero, etnia, condição social, diálogo geracional, criando não apenas uma juventude, mas várias juventudes, conforme vemos em José Machado Pais (1997 apud ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 23-24), que declara haver duas grandes linhas na sociologia da juventude:

Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isto é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a



prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência. Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria.

Na sociedade atual, o jovem ainda é alvo de discriminação e preconceito. Muitas vezes são vistos como demasiadamente infantis e imaturos para algumas coisas e considerados adultos para outras (ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007). Essa oscilação demonstra claramente a dificuldade de se conceber o jovem como sujeito de direitos, com identidade própria.

Sabemos das inquietações típicas dessa etapa do desenvolvimento humano, muitas são as certezas, as dúvidas, os conflitos que invadem a cabeça do jovem, provocando uma série de atitudes ora bastante refletidas, ora completamente movidas por impulso, produzindo vários momentos de instabilidade e insegurança.

Esse comportamento muitas vezes não refletido, aliado às situações de desigualdade presentes em nossa sociedade, leva milhares de jovens ao caminho da criminalidade, gravidez juvenil, dependência química e outras situações de vulnerabilidade social.

No entanto, há uma busca por afirmação. Prova disso são os movimentos juvenis. Mas essa busca que mobiliza as juventudes precisa ser potencializada no campo educativo. Isso nos alerta para a necessidade de oferecer novas oportunidades de aprendizado. Os adolescentes, com suas linguagens próprias, seu dinamismo e curiosidade, requerem do educador uma abordagem metodológica diferenciada. A identificação com esse dinamismo, a predisposição em compreender a postura irreverente do jovem, são fatores fundamentais na relação educador-educando. Desverticalizar essa relação é o primeiro passo em busca dessa compreensão.



Nesse sentido, é possível mobilizar as juventudes, em prol da construção de processos formativos emancipadores, capazes de transformar contextos de opressão e de violação de direitos em situações de protagonismo juvenil e participação social.

Cabe aos educadores potencializar a curiosidade, a vontade de se aventurar em diferentes áreas do conhecimento, que acabam por se constituir aos jovens como necessidade inadiável, uma vez que o atrativo das descobertas se impõe como algo irresistível. Os estudos contemporâneos sobre juventude nos mostram o importante papel da educação na socialização dos jovens.

Essa é uma preocupação do Projeto MOVA-Brasil, uma vez que os jovens representam 18,28% do total de educandos, segundo os dados da terceira etapa, 2011, sendo assim distribuídos nos nove polos, conforme a tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	23,89	22,28	16,48	21,70	08,71	20,46	14,24	16,28	18,52
Total	18,28%								

No Projeto MOVA-Brasil, o monitor tem a complexa tarefa de explorar todo esse potencial de descoberta e construção no desenvolvimento das atividades de sala de aula, de forma que esses educandos se percebam como corresponsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem. Acreditamos que potencializar a presença jovem, sua capacidade criadora e inventiva é anunciar um futuro melhor. Concordamos com Arroyo (2005, p. 21) quando diz:

[...] o que há de mais esperançoso na configuração da EJA como campo específico de educação é o protagonismo da juventude. Esse tempo da vida foi visto apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta. Um tempo provisório. Nas últimas décadas, vem se revelando como um tempo humano, social, cultural, identitário que se faz presente nos diversos espaços da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura... Um tempo que traz suas marcas de socialização e



sociabilidade, de formação e de intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação.

Para que não naturalizemos a negação dos direitos a esses jovens, faz-se necessário que cada educador e cada educadora do MOVA-Brasil busque novos elementos metodológicos e culturais que contribuam com o enfrentamento dessa questão. Se conseguirmos articular adequadamente, nas ações do Projeto, essa potencialidade da juventude com a experiência de vida e os saberes dos adultos e idosos, possivelmente, teremos resultados ainda melhores das nossas práticas pedagógicas.

Concepção de Adulto

A hegemonia dos adultos em meio aos conflitos de geração e à solidariedade

Segundo os dados da terceira etapa, os adultos, faixa etária entre 30 e 59 anos constitui a grande maioria das educandas e educandos do Projeto MOVA-Brasil, representando 64,38%, assim distribuídos nos nove polos:

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	65,23	62,88	65,68	63,07	65,28	64,1	59,72	66,11	67,99
Total	64,38%								

Esse número de pessoas exige o desenvolvimento de uma metodologia que contemple ao mesmo tempo essa hegemonia dos adultos e a heterogeneidade etária pela presença também dos jovens e dos idosos que, somados, atingem mais de 35% das educandas e educandos presentes nas salas de aula do Projeto.

O adulto, pela sua constituição psicossocial, pode representar o equilíbrio necessário ao convívio entre jovens, adultos e idosos, inclusive pelo seu grau de maturidade e sua capacidade de compreensão dessas relações por vezes conflituosas motivadas pela diferença de idade entre aqueles que têm entre 15 e 29 anos, os jovens, e os que têm

40



idade a partir de 60 anos, os idosos.

Essa parcela hegemônica do Projeto pode desempenhar um papel fundamental para equacionar as diferenças entre os jovens e os idosos que, em certa medida, representa algum grau de dificuldade no desenvolvimento da prática pedagógica.

Cabe ao monitor mediar essas relações e lançar mão da compreensão e contribuição dos adultos na superação dos obstáculos que se apresentem, convocando todas e todos para uma convivência harmoniosa, apesar das diferenças de idade, de interesses e desejos. Isto é, compete ao monitor coordenar o processo educativo nas salas de aula com essa heterogeneidade, de forma que todas e todos tenham seus direitos de aprender e compartilhar seus saberes num clima de cooperação e solidariedade mesmo, e principalmente, nos momentos em que haja algum nível de tensão durante as aulas.

Acreditamos que os educandos adultos, até mesmo por se tratar de pessoas com objetivos em sala de aula, muitas vezes motivados pelas questões relacionadas à sua atividade profissional, tendem a contribuir significativamente para que as aulas atendam às suas necessidades práticas cotidianas, trazendo, inclusive, muitos elementos do seu trabalho que devem ser tratados como conteúdos das aulas.

O mesmo tratamento também deve ser dispensado aos saberes trazidos pelos jovens e idosos, como forma de reconhecimento da importância desses conhecimentos e respeito por essas pessoas, contribuindo assim para que se sintam e se percebam valorizados pela aproximação com os saberes populares historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade, apesar de, em grande medida, historicamente acumulado, mas ainda carente de sistematização com a rigorosidade metódica necessária.

Concepção de Idoso

Segundo o texto de apresentação do Estatuto do Idoso, Lei Federal n.º 10.741, é considerada idosa pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto, no Brasil, tem aumentado muito os anos de vida da população e isso tem provocado algumas medidas necessárias por parte da sociedade e do poder público diante desse novo quadro. Segundo



o documento, o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um “país de jovens” e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas.

Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos). Embora o envelhecimento populacional mude o perfil de adoecimento dos brasileiros, obrigando-nos a dar maior ênfase na prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, nossa maior atenção precisa se voltar para as políticas que promovam a saúde, que contribuam para a manutenção da autonomia e valorizem as redes de suporte social.

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3.º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004).

Tomando como referência as informações da 3ª etapa do Projeto MOVA-Brasil, as pessoas idosas representam um total de 17,34%, distribuídas assim nos nove polos, conforme tabela a seguir.

Polo	AL	AM	BA	CE	MG	PE/PB	RJ	RN	SE
%	10,89	14,84	17,85	15,23	26,01	15,45	26,04	17,61	13,49
Total	17,34%								



No Projeto MOVA-Brasil, olhamos para o idoso como uma pessoa de muita experiência de vida e muitos saberes a serem compartilhados com outros idosos, com os adultos e, principalmente, com as pessoas mais jovens que constituem as nossas salas de aula, estabelecendo uma relação de colaboração e solidariedade entre as diferentes faixas etárias, com a certeza de que todas têm muito a contribuir com as outras e muito o que aprender entre elas.

Temos a compreensão de que essas pessoas com 60 anos ou mais são portadoras dos mais variados tipos de conhecimentos já testados nas atividades práticas do cotidiano da vida. Além disso, entendemos que elas apresentam desejos e necessidades específicas de sua faixa etária, devendo ser contempladas na seleção, organização e abordagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula, fazendo valer o direito à educação ao longo da vida.

Para o Projeto MOVA-Brasil, a inclusão é um princípio fundamental. Por isso não concordamos com a afirmação segundo a qual o idoso é uma pessoa de outra época, vivendo fora do seu tempo histórico. Entendemos o mundo heterogêneo por natureza, constituído por crianças, jovens, adultos e idosos, cada um devendo ser tratado como integrante e construtor dessa sociedade e respeitado nas suas particularidades. Essa riqueza de interesses, desejos e saberes, dessas diferentes faixas etárias, pode significar um grande aprendizado na constituição da individualidade, a partir da convivência com a alteridade, tendo esta como referencial na construção da subjetividade. Para isso é determinante o trabalho que realizamos dentro e fora das nossas salas de aula em todas as ações do Projeto.

Nesse sentido, a exploração das múltiplas inteligências é imprescindível para que os aspectos cognitivos, sociais, culturais, afetivos e outros sejam contemplados na prática pedagógica trabalhada no Projeto, como forma de respeitar as especificidades da pessoa idosa e contribuir para que elas, além de terem voltado a estudar, continuem frequentando as nossas salas de aula até o final de cada etapa do MOVA-Brasil, numa demonstração clara da determinação da busca pela dignidade humana, materializada no exercício da cidadania, no qual a educação ocupa lugar de destaque.

O educando idoso do MOVA-Brasil não deve ser tratado nem como pobre coitado, nem como quem já sabe de tudo da vida, mas antes como pessoas que, apesar de muito já



saberem, ainda têm muito o quê aprender, motivados pela convicção da experiência e pela humildade de que o horizonte do conhecimento é inalcançável, como qualquer horizonte.

O respeito às especificidades dos nossos educandos idosos não pode significar o reforço à lógica individualista e egoísta ou às suas idiossincrasias, mas a consideração às particularidades do coletivo das pessoas dessa faixa etária nas diferentes dimensões da vida na sociedade contemporânea, tendo em vista, inclusive, as conquistas sociais e culturais voltadas à dignidade humana, cabendo aos educadores do Projeto trabalhar essas conquistas no sentido de fazer valer na prática cotidiana o que já está garantido nas letras das normas e das leis, por exemplo.

Acreditamos que a nossa compreensão de currículo, expressa neste documento, contribui para a concretização da nossa ideia de inclusão na perspectiva de ultrapassagem de fronteiras entre povos, conhecimentos e faixas etárias que caracterizam a heterogeneidade das salas do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, uma vez que o limite dessa lógica é a realização do nosso Projeto de sociedade alicerçada no respeito às diferenças, às diversidades e na afirmação da radicalidade democrática em busca da liberdade da espécie humana e da sustentabilidade do planeta. Só assim poderemos realizar nosso sonho de justiça e de paz na Terra.

Concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem

Conhecimento

Partimos do pressuposto segundo o qual não existe verdade absoluta e que o objeto nunca aparece para nós de forma completa e direta, nunca é a coisa em si que percebemos, mas sempre uma imagem de que acreditamos ser a coisa, imagem essa construída sob a mediação de nossa subjetividade. Portanto, a verdade aqui é entendida como aproximação da realidade e jamais o próprio real. Mesmo que o campo de investigação seja o das ciências tidas como positivas, como são os casos da física, da biologia ou da química. Nesses casos podemos afirmar que as hipóteses e boa parte do trabalho do cientista são marcadas pelas escolhas e rejeições do cientista, ainda que essas seleções e recusas estejam condicionadas por determinadas realidades históricas. A



decisão é tomada por um sujeito ou um conjunto deles, diferindo aí apenas a subjetividade individual ou coletiva. Como afirma Miriam Limoeiro Cardoso (1978, p. 25):

O mundo à nossa volta, fora da nossa consciência enquanto nós próprios estamos dentro dele, aparece como um desafio que o nosso conhecimento se faz em relação a ele. As evidências a indicarem que o mundo real aí está como objeto à mostra, passível de ser compreendido através delas mesmas. Quanto mais o conhecemos, todavia, e quanto mais conhecemos que o conhecemos – pela ciência e sua história – mais claro se torna, embora não seja evidente que não é o mundo como tal que se constitui no objeto do nosso conhecimento, que ele não se mostra, que as evidências são sistematicamente enganadoras. E que, como consequência, o conhecimento não é absoluto e que a verdade que ele nos dá é sempre uma verdade aproximada.

Não se pretende aqui, por um lado, negar o rigor necessário a todo processo de pesquisa de qualquer área, inclusive da educação, e cair no relativismo segundo o qual tudo vale, nem, por outro, supervalorizar os procedimentos tidos como científicos pelo grau de veracidade que eles supostamente engendram. Acreditamos na força do questionamento, da problematização como atitude inalienável no processo de construção do conhecimento, constituindo-se num amplo movimento cuja base relacional dos sujeitos envolvidos é o diálogo, conforme nos orienta Bachelard (1996, p. 14), em relação à produção do conhecimento científico:

Uma hipótese científica que não esbarra em nenhuma contradição tem tudo para ser uma hipótese inútil. Do mesmo modo, a experiência que não retifica nenhum erro, que é monotonamente verdadeira, sem discussão, para que serve?

Acreditamos que o conhecimento não se dá por um processo de acumulação sequencial de etapas e sim por rupturas e saltos, quando um novo conhecimento é confrontado com o conhecimento anterior a ele.

Ou seja, o novo, parte do velho e busca superá-lo num movimento constante e



antropofágico no qual, muitas vezes, a novidade depende da desconstrução do antigo para o seu nascimento. Isso significa que, por diversas vezes, temos que abrir mão de velhos paradigmas em relação aos nossos conhecimentos e aos educandos para abraçarmos os novos paradigmas, não pelo simples fato da novidade, mas por se mostrarem mais amplos, mais adequados e coerentes com os nossos princípios, sem perder de vista a história do conhecimento nas diversas áreas.

Segundo Possenti (2005 *apud* MUSSALIM; BENTES, 2005, p. 355):

O conhecimento não se produz por acumulação, mas por saltos e mudanças de rumo em relação às etapas anteriores. As novas teorias não são vistas como desenvolvimento e sofisticação das anteriores, mas como efeito, em boa medida, de seu abandono, seja por estarem “esgotadas”, seja porque novas problemáticas, novas vontades de verdades tomam seu lugar, tanto teórica como politicamente. Havendo saltos ou rupturas, também deixa de haver “finalidade”, concebida como uma corrida em relação a um ideal (de conhecimento absoluto). A suposta corrida é mais bem entendida se for vista como feroz competição, seja por espaços teóricos, seja por financiamentos, seja pelo poder que deriva do conhecimento.

No caso do Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, partimos do pressuposto de que as educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e que esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade.

O conhecimento não está na realidade, apartada dos sujeitos, nem nos sujeitos separados da realidade. Acreditamos que o conhecimento é uma construção dos sujeitos inseridos no mundo e mediados pela realidade mais próxima e mais ampla. Nesse sentido, a aquisição da leitura e da escrita por parte das educandas e educandos passa, necessariamente, por uma intervenção do monitor na condição do par mais experiente, como preconiza Vygotsky (1991), e pelas hipóteses desses educandos a respeito de suas construções diante do desconhecido à sua frente e da novidade que começa ser gestada



em suas mentes. Trata-se do conhecimento do educador sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), conceito desenvolvido pelo psicólogo russo Lev Vygotsky.

No conflito entre o desconhecimento e a possibilidade de conhecer, os papéis de educador e educando precisam estar bem definidos para que a aprendizagem seja construída, cada um intervindo com sua parcela de responsabilidade. O papel do educador não é o de facilitador, e sim o de mediador, uma vez que ele dialoga com o educando, problematizando as hipóteses deste, e suas problematizações podem deixar o educando em conflito diante do código escrito. Porém, esses questionamentos, se postos adequadamente, considerando a capacidade dos educandos de superá-los, podem levar a novos conhecimentos, confirmando ou modificando as hipóteses levantadas.

Trabalhar com a perspectiva do conhecimento como aproximação e de verdades relativas é o que pode levar o educador a considerar as variantes linguísticas presentes nas salas de aula do Mova e os diferentes processos de construção e utilização da linguagem matemática por parte dos educandos. É o que possibilita ao educador trabalhar com diferentes formas de expressão da língua portuguesa sem desqualificar nenhuma delas e ressaltar a variante de prestígio social, explicando, inclusive, as razões desse prestígio. Trata-se não de um gesto de bondade com o objetivo de facilitar o processo de aprendizagem dos educandos, mas sim de reconhecer que *não existem saberes melhores nem maiores, mas saberes diferentes*, como nos ensina a obra do educador Paulo Freire.

Aprendizagem

É muito comum, quando se pensa em ensino no ambiente escolar, imaginarmos a figura da professora colocando lições na lousa e ao pensar em aprendizagem nos vir a imagem de textos decorados, provas orais e escritas, questionários e outras verificações do conhecimento. Mas nem sempre essas situações representam ensino, tampouco aprendizagem. Estas duas práticas podem se dar dentro e fora do contexto escolar, mas é no ambiente educativo, seja numa turma de alfabetização ou em uma sala de EJA nas unidades escolares que o ensino e a aprendizagem acontecem de forma articulada, por isso a importância de compreender o sentido de ambas.

No processo de ensino, cabe ao educador, em suas atividades junto aos educandos,



contribuir para a construção da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), de acordo com Vygotsky, e atuar como mediador justamente nessa área, fazendo com que o educando que se encontra no nível pré-silábico avance para o nível silábico, com base nas pesquisas de Emília Ferreiro, por exemplo.

Criar condições em sala de aula para que o próprio educando saia das aparências e consiga mergulhar num nível mais profundo de conhecimento da realidade à sua volta a partir das várias etapas da Leitura do Mundo, por meio de problematizações que levem a reflexões sobre as desigualdades sociais existentes e possibilidades de transformação da realidade por se tratarem de questões históricas e não naturais, sendo o próprio educando produto e produtor do meio social mais específico e mais amplo em que vive. Em relação à aprendizagem, concordamos com Paulo Freire (1997, p. 77), quando diz:

Aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Pelas palavras de Freire, percebemos que a aprendizagem é um processo que incorpora diferentes dimensões (cognitivas, culturais, sociais etc.), e que se dá por meio do movimento constante de construção e reconstrução do conhecimento. Aprendemos a partir do que sabemos, com vistas à ampliação e ressignificação do sabido. Nesse sentido, a **aprendizagem** é meio e é fim.

As educandas e os educandos trazem para as salas de aula um conjunto de saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e esses conhecimentos devem ser considerados, desenvolvidos e ampliados no trabalho pedagógico, e a eles sejam acrescentados outros saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade. A tarefa de acrescentar esses conhecimentos, sem anular os saberes dos educandos, é o que podemos definir como **ensino**. Nessa perspectiva, ensinar exige um exercício constante de ação-reflexão-ação. Mais do que isso, exige pesquisa, conforme anuncia Paulo Freire (1997, p. 32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto



ensino, continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar; constatando, intervenho; intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Para Feitosa (2008, p. 45)

O educador pesquisador, mais do que um transmissor de conhecimento, é aquele que deve acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando. Esse acompanhamento pressupõe saber como o educando aprende, quais as hipóteses que constrói, os conflitos cognitivos e os caminhos que encontra para superar esses conflitos. Pressupõe também a observação, o registro e a avaliação desse processo, a fim de possibilitar as intervenções necessárias e provocar situações desafiadoras que ajudem os educandos a questionar suas certezas, para que possam considerar a existência de diferentes formas de pensar e, com isso, ampliar seu conhecimento. Essa atuação do educador exige pesquisa e reflexão crítica sobre a prática. Não há lugar para o espontaneísmo.

O Projeto MOVA-Brasil busca fortalecer o diálogo e a interação entre o sujeito que ensina (e aprende ao ensinar) e o sujeito que constrói sua aprendizagem. É nessa relação dinâmica que se dá a construção do conhecimento e a verdadeira aprendizagem.

Concepção de Alfabetização

Se levarmos em conta a historiografia dos métodos de alfabetização desde meados do século 19 até os dias atuais, principalmente quando se trata da alfabetização de jovens, adultos e idosos, vemos que sempre houve a busca por um método de alfabetização que



conseguisse agregar eficiência e rapidez. As pessoas que chegam à idade adulta sem se alfabetizar, ao começar a fazê-lo, têm pressa.

Os adultos e idosos que interromperam seus estudos quando crianças, ao voltar a estudar, trazem uma imagem que muito se assemelha à escola do seu período de infância, como se pudessem retomar os estudos do jeito que pararam, sem levar em consideração todas as aprendizagens que acumularam ao longo dos anos. Mesmo os que nunca frequentaram a escola trazem esse imaginário.

Em geral, essas pessoas esperam encontrar, na escola de hoje, a mesma do passado, que remonta a um período em que a aprendizagem estava relacionada à memorização, repetição, treino ortográfico, cópias e atividades mecânicas com o intuito de “fixar” o conhecimento.

Os métodos que melhor traduzem essa concepção, ao nosso ver, são os métodos denominados “tradicionais”, dentre eles o fônico (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 22), pautado na correspondência entre letras e sons. Essa correspondência se dá na lógica aditiva: primeiro estuda-se o alfabeto à exaustão, memorizando sua sequência; depois começa-se a juntar as letras para formar sílabas, num extenso trabalho de relacionar os fonemas aos grafemas; depois juntam-se as sílabas para formar a palavra, desmembrando-a várias vezes com o intuito de formar outras palavras com os mesmos fonemas; depois juntam-se as palavras para formar a frase e estas juntas formando o texto (método sintético).

Entendemos que o trabalho com a cultura escrita não precisa se dar de forma fragmentada, das partes para o todo e que podemos considerar o texto como unidade básica no ensino da língua materna. Com isso, muda-se a lógica, partindo do todo para as partes (método analítico), buscando respeitar, principalmente no educando adulto, o nível de consciência fonológica e de familiarização com a escrita que ele tem em função da sua vivência com as escritas do mundo.

Essa abordagem metodológica é uma das características do Construtivismo, que surge a partir dos anos de 1990, com as pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. Segundo Feitosa (2008, p. 56-57),

O Construtivismo não é um método, mas uma concepção de



conhecimento, um conjunto de princípios. Supõe uma determinada visão do ato de conhecer. Segundo Piaget, todo conhecimento consiste em formular novos problemas, à medida que resolvemos os precedentes. Para ele, o conhecimento é compreendido como atividade incessante e se constrói, incessantemente, por meio de permutas entre o organismo e o meio.

No entanto, embora o Construtivismo tenha revolucionado a concepção de como se aprende, mostrando que a aprendizagem se constrói à medida que somos desafiados a saber mais e não pela mera repetição de exercícios mecânicos, o método fônico tem garantido presença entre as práticas dos educadores, ora explicitamente, ora mascarado, ou embutido em outras roupagens.

Mas, falar de concepção de alfabetização exige que falemos de Paulo Freire. Para ele, o conceito de alfabetização tem um significado abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, como prática discursiva, possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais, que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social (FREIRE, 1998, p,32).

Um procedimento metodológico básico, nesse sentido, é a “Leitura do Mundo”: partir do conhecimento do educando, do seu contexto para compreender o contexto mais amplo. O trabalho de Leitura do Mundo é feito cotidianamente por educadores e educandos, no desenvolvimento de cada tema discutido em sala de aula, ao olharem para exemplos concretos de sua realidade. Nesse sentido, mais adequado é falarmos em Leituras do Mundo, assim, no plural, para que se entenda melhor a importância de diferentes olhares em momentos distintos da realidade na qual os envolvidos estão inseridos como constitutivos das ressignificações que o processo pedagógico exige para não se distanciar da realidade que nos cerca e envolve.

A realidade desvelada é relacionada com os temas apreendidos das Leituras do Mundo, e debatida, identificando-se as grandes questões a serem discutidas. Com a problematização, provoca-se a compreensão mais aprofundada e crítica sobre cada questão, o que pode levar a ações de intervenção: discutir como resolver, perceber os limites, buscar alternativas. Coerentes com essa visão, os programas de alfabetização



precisam orientar-se para a criação de múltiplas e variadas oportunidades de aprendizagem, para valorização dos saberes prévios e cultura dos jovens e adultos. Para Gadotti (2008, p. 73):

A alfabetização tem sido entendida tradicionalmente como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve. O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito. Enquanto prática discursiva, para Freire (1991, p. 68), “a alfabetização possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”. Freire defendia a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, fundamentando-se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos, já lia o seu mundo. Para ele, o processo de alfabetização, como de resto toda a educação, vai muito além do aprendizado das letras. Insistia que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra: “a prática da alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de leitura do mundo, de como os alfabetizados estão lendo sua realidade, porque toda leitura de mundo está grávida de um certo saber” (FREIRE, 2001, p. 134).

O conceito de alfabetização em Paulo Freire é muito claro. Por isso, em momento algum, na implementação do Programa MOVA-SP havia qualquer dúvida em relação ao papel da educação no processo de emancipação e a importância do domínio dos códigos da leitura e da escrita no processo de alfabetização. Maria José do Vale Ferreira, apresentando os princípios político-pedagógicos do MOVA-SP, afirma:

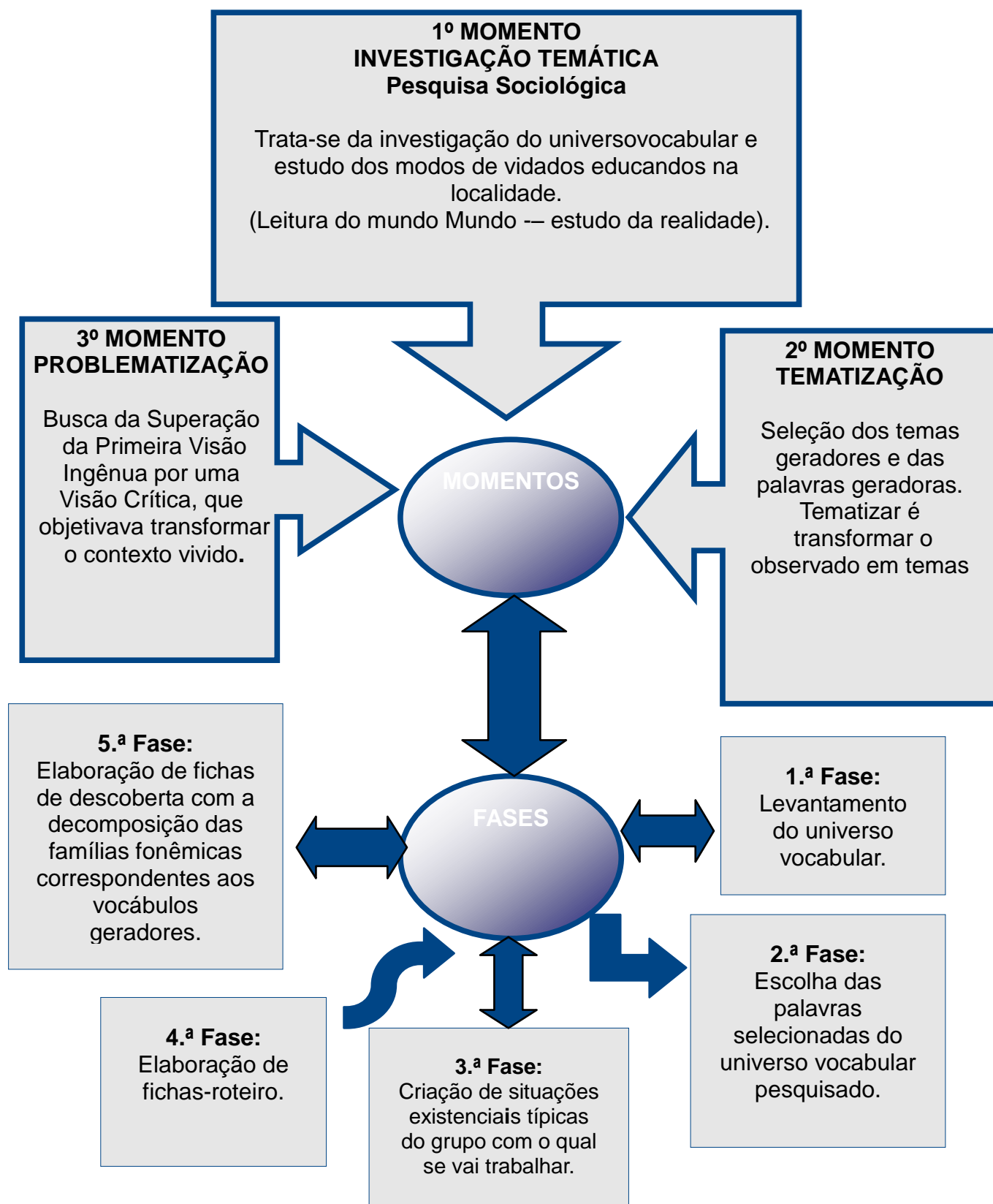
[...] alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (apud GADOTTI, 1996, p. 59).



A concepção de alfabetização do MOVA-Brasil ratifica a opção pela metodologia freiriana, por entender que a alfabetização, ao promover a emancipação dos sujeitos pela possibilidade de acesso ao universo letrado, possibilita também a libertação desses sujeitos para além do campo cognitivo, mas, essencialmente, nos campos social e político (FEITOSA, 2008, p. 82). Para melhor entender este processo, explicitaremos os **momentos e fases** que constituem a metodologia freiriana, por meio do esquema elaborado a partir de sínteses do Livro *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*, (FEITOSA, 2011, p. 89-96) a seguir:



Momentos e fases do “Método Paulo Freire”, adotado por ele na década de 1960.





As fases aconteciam concomitantes aos momentos, procurando relacionar a dimensão pedagógica à dimensão política. As palavras e os temas geradores possibilitavam o estudo da língua e a reflexão crítica da realidade.

Atualmente, atendendo ao desejo de Paulo Freire, explicitado em muitos momentos em que ele se reuniu com os membros do IPF, buscamos não reproduzir o método adotado há cinquenta anos. Porém, muito de sua metodologia permanece atual, mas levando em conta as transformações pelas quais a sociedade passou nesses anos, as realidades locais e as contribuições dos estudos e pesquisas nesta área, dentre eles o Construtivismo e mais especificamente o Socioconstrutivismo.

Acreditamos que é possível, em lugar da silabação do passado trabalhar na perspectiva da construção do conhecimento partindo do texto, sem deixar de considerar a importância da Leitura do Mundo, do Círculo de Cultura, do tema gerador, da dimensão política do ato educativo, enfim, sem perder a essência da alfabetização, que é possibilitar que, por meio da aprendizagem da leitura da palavra, os alfabetizados ampliem a sua Leitura do Mundo e possam compreender e intervir na realidade em que vivem.

Por todos esses motivos, tomamos essa concepção como referência no Programa MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania.

Dimensão socioambiental do MOVA-Brasil: a ecorresponsabilidade na e da educação

O Projeto Eco-Político-Pedagógico congrega preocupações e proposições relacionadas aos aspectos pedagógicos, administrativos e políticos e às dimensões sociais, ambientais e econômicas para uma vida mais sustentável do nosso planeta do qual somos integrantes, constituindo uma totalidade indissolúvel. Nós não só habitamos na Terra, mas, fundamentalmente, nós também somos a Terra. Nos dias atuais, tornou-se lugar-comum falar em sustentabilidade do planeta.

Entretanto, como não poderia ser diferente, os diversos significados que possam ser atribuídos a essa expressão aproximam ou afastam muitos setores da sociedade. Se considerarmos, como o faz a Ergologia, o mundo do trabalho dividido em três polos:

55



político, econômico e uso de si, podemos afirmar que a prevalência hegemônica do polo econômico tem comprometido enormemente a saúde de todas as espécies de vida do planeta, e a vida humana tem pagado um preço muito alto por isso, para usarmos expressões condizentes com o próprio mercado.

A sociedade tem vivido a ditadura do discurso único, o discurso do mercado. Todas as outras vozes que soem estranhas à lógica do lucro, dos ganhos de capital, das vantagens financeiras (talvez, mais adequado fosse falar da ganância), são tidas como atrasadas, retrógradas, fora da realidade. São até mesmo ridicularizadas como algo que nem merece ser considerado com o mínimo de seriedade pelos “donos da verdade” única, absoluta. Num movimento oposto, em que pesem as enormes dificuldades, estão as vozes dos movimentos sociais que ainda persistem na ideia do sonho de uma sociedade mais democrática, mais solidária, mais justa, mais humana.

Para esses setores, a sustentabilidade do planeta não pode prescindir da devida articulação das dimensões sociais, ambientais e econômicas, buscando garantir o equilíbrio necessário entre elas. Preservar o ambiente deve, necessariamente, contemplar não apenas a sobrevivência das diferentes espécies de vida, mas, também, a qualidade dessas vidas. Pouco adianta termos acesso a uma grande e variada tecnologia se ela não for utilizada para nos libertar e humanizar, ao invés de nos escravizar e robotizar; termos acesso a passagens mais baratas se não temos tempo para viajar; termos a possibilidade de estabelecer contato com pessoas do outro lado do planeta se não conseguimos sequer cumprimentar a pessoa ao nosso lado; de termos melhores condições para ganhar dinheiro e não termos segurança pessoal; de aumentarmos a longevidade se as nossas vidas estão constantemente ameaçadas.

Esses foram apenas alguns exemplos de que a lógica que tem orientado as nossas relações precisa ser alterada para que a sustentabilidade do planeta seja efetivamente garantida e usufruída por todos e todas. Devemos pensar numa forma de inclusão social que não coloca o consumo de toda ordem e sem limites como condição para que as pessoas se sintam pertencentes à sociedade como um todo ou a um grupo social em particular. Devemos pensar o consumo também de forma sustentável para que as pessoas saiam da condição de indivíduos e passem à condição de cidadãos e não de consumidoras, de clientes. Temos que cuidar do planeta com equilíbrio ambiental, no qual as diferentes



espécies de vida sejam preservadas e valorizadas num sistema de convivência tensa e ao mesmo tempo harmônica. Tensa porque as nossas diferenças estabelecem as arenas de nossas vidas, nas quais o debate de ideias e as disputas pela ocupação dos espaços fazem parte da nossa existência como seres vivos. E harmônicas porque as razões que servem de parâmetros para essas disputas e debates devem ser dos acordos necessários para uma convivência pacífica e colaborativa.

Com essa postura crítica a respeito da sustentabilidade do planeta, entendemos as pessoas como cidadãos do mundo e a cidadania como planetária. Isso significa que somos todos responsáveis pela saúde do planeta e, conseqüentemente, pela saúde de todas as espécies de vida e pela nossa própria saúde, uma vez que somos parte do planeta e não seu simples habitante. É por essa razão que devemos articular as questões locais com o global para que nossas ações, por mais insignificantes que possam parecer, adquiram a dimensão do globo terrestre, redimensionando o nosso conceito de cidadania por entender que a atuação na polis, como na Grécia Antiga, repercute do outro lado da Terra. Desse modo, conforme o livro *Educação para a Cidadania Planetária* (PECP), do Instituto Paulo Freire:

A noção de *cidadania planetária* manifesta-se em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma *nova percepção da Terra* como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da *civilização planetária* e da ecologia. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 26, grifo do autor).

Defendemos a Pedagogia da Terra, termo cunhado por Gutierrez, como a que melhor traduz esse sentimento de pertencimento da espécie humana ao planeta como unidade indissociável e de corresponsabilidade pelo presente como estrada para um futuro mais solidário e harmônico, em meio às tensões intrínsecas a qualquer tipo de relação



entre seres vivos.

A dimensão Eco do Projeto Eco-Político-Pedagógico procura instituir a sustentabilidade do planeta para além das questões ambientais. Tão importante quanto a preservação da fauna e da flora são as condições sociais, políticas e econômicas da humanidade. Por essa razão, posicionamo-nos contrários à lógica capitalista do mercado, que instaura um consumo irresponsável com consequências gravíssimas para a saúde do planeta. Defendemos as diversas iniciativas de economia solidária e o consumo com responsabilidade como forma de contribuir, decisivamente, para garantir o tão almejado desenvolvimento sustentável.

Vemos, por meio da educação, uma grande oportunidade de construção coletiva dessa outra lógica da sustentabilidade. Parafraseando o Fórum Social Mundial: *Uma outra sustentabilidade é possível*. E acreditamos que a educação tem um papel de fundamental importância na constituição de uma nova cultura de preservação do planeta, na qual o sentimento de pertencimento não se dê pelo consumo de uma determinada marca de roupa ou de um certo tipo de aparelho eletrônico, mas pela responsabilidade partilhada por todos e todas em relação a um modo de vida mais solidário, mais colaborativo, mais democrático, mais civilizado. E que a competição entre as pessoas só ocorra nos casos estritamente necessários, como num concurso, por exemplo.

A educação não pode perder esse momento histórico de redimensionar as propostas curriculares introduzindo e instigando o debate em torno da sustentabilidade do planeta em suas múltiplas dimensões sob pena de lamentar num futuro bem próximo os danos irreparáveis para o planeta e todas as espécies que dele fazem parte. Como nos afirma o livro do PECP:

O conceito de “sustentabilidade” e de “sociedades sustentáveis” encerra todo um novo projeto de civilização e, aplicado à pedagogia, pode ter desdobramentos em todos os campos da educação, não apenas na educação ambiental (GADOTTI, 2009). Ele se torna, assim, um conceito chave para entender a educação do futuro. Ele supõe novos princípios e valores. Novas referencialidades curriculares são essenciais se quisermos construir com os educandos conhecimento, habilidades e consciência crítica necessários não apenas para a justiça ou a eficácia social, preocupações



importantes da teoria curricular, mas também para avançarmos na busca pela sustentabilidade da Terra e de suas formas de vida. (PADILHA; FAVARÃO; MORRIS; MARINE, 2011, p. 35).

Dessa forma, para a concretização dessa noção pelo coletivo educacional, em todos os níveis e modalidades, temas como *liberdade, igualdade, solidariedade, inclusão social, convivência com as diferenças, respeito à natureza, responsabilidade compartilhada e diversidade étnico-racial*, devem ser desenvolvidos em qualquer proposta curricular de uma educação que se pautar pela dimensão Eco aqui apresentada e vise à cidadania planetária.

Além disso, não podemos deixar também de tratar da importância da Amazônia nesse processo socioeducativo no Projeto MOVA-Brasil: Desenvolvimento & Cidadania, pela riqueza da biodiversidade nela existente.

A região da Amazônia abrange nove países da América do Sul, com 6,9 milhões de quilômetros quadrados: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa região, de incomparável biodiversidade no planeta, é o habitat da metade das espécies da Terra: cerca de cinco mil espécies de árvore, mais de trezentos mamíferos, mais de mil e trezentas espécies de pássaros, 3 mil espécies de peixes, e milhões de insetos. Além de toda essa biodiversidade, trata-se também da maior bacia hidrográfica do mundo, com 25 mil quilômetros de águas navegáveis. O bioma é muitas vezes confundido com a chamada Amazônia Legal – uma região administrativa de 5,2 milhões de quilômetros quadrados definida em leis de 1953 e 1966 e que, além do bioma amazônico, inclui cerrados e o Pantanal.

A maior parte da região da Amazônia está localizada em território brasileiro, com 4,2 milhões de quilômetros quadrados (49% do território nacional), distribuídos entre Amazonas, Pará, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, parte do Tocantins e parte do Maranhão.

Às suas margens, vivem em território brasileiro mais de 20 milhões de pessoas, incluindo 220 mil indígenas de 180 etnias distintas, além de ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Levando-se em conta toda a bacia amazônica, os números crescem: são 33 milhões de pessoas, inclusive 1,6 milhão de povos indígenas de 370 etnias.

Toda essa biodiversidade corre sérios riscos de destruição a partir da campanha desenvolvida durante o Regime Militar, em 1970. Para se ter uma ideia, entre 1550 e 1970,

59



o desmatamento não passava de 1% de toda a floresta. A partir do governo militar, em apenas 40 anos, o número saltou para 17% – uma área equivalente aos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Além de garantir a sobrevivência desses povos, fornecendo alimentação, moradia e medicamentos, a Amazônia tem uma relevância que vai além de suas fronteiras. Ela é fundamental no equilíbrio climático global e influencia diretamente o regime de chuvas do Brasil e da América Latina. Sua imensa cobertura vegetal estoca entre 80 e 120 bilhões de toneladas de carbono. A cada árvore que cai, uma parcela dessa conta vai para os céus.

Os dados e as informações foram baseados no *site* da Organização Não Governamental denominada Greenpeace: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Amazonia/>>.

Por conta de toda essa riqueza de vidas concentrada no território da Amazônia, é imprescindível o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade dessa região como forma de viabilizar a sobrevivência de todas as espécies nela existentes hoje, bem como a contenção de parte do aquecimento global que vem assolando o planeta, com perspectivas devastadoras para a Terra.

Nesse sentido, parece temerário o texto do Código Florestal aprovado no Congresso Nacional, no dia 25 de abril, do corrente ano. O Código assusta em vez de tranquilizar os setores sociais com preocupações para além do lucro imediato, e que buscam uma vida mais saudável e duradora para todas as espécies da Terra, em geral, e do Brasil, em particular, e lutam contra a impunidade daqueles que devastam as florestas e não assumem sua parcela no processo de desenvolvimento com sustentabilidade. Segundo o Senador Jorge Vianna, do PT do Acre, até mesmo setores da UDR foram reticentes ao texto aprovado, por considerá-lo por demais permissivo às agressões ao meio ambiente.

Mesmo com a possibilidade de a presidenta Dilma Roussef vetar o projeto na íntegra, de qualquer forma, essa situação já é suficiente para revelar um pouco do pensamento equivocados, do ponto de vista da sustentabilidade do planeta, das nossas autoridades legislativas sobre o assunto.

Devemos incorporar e aprofundar esse debate sobre a sustentabilidade do planeta em nossas salas de aula para que nossos educandos jovens, adultos e idosos possam compreender esse tema na sua amplitude e complexidade e passem a valorizar mais todas



as espécies de vida existentes na Terra e a contribuir com a construção do *outro mundo possível* – lema do Fórum Social Mundial –, tanto fazendo a sua parte como cobrando das autoridades sua parcela de responsabilidade sobre a sobrevivência do planeta e a qualidade dessa sobrevivência, desde o combate ao consumismo individual na lógica dos três erres (reduzir, reaproveitar e reciclar) ao controle da emissão de gás carbono pelos automóveis e pelas grandes indústrias.

Nesse sentido, as diferentes Leituras do Mundo realizadas em cada polo serão determinantes para a consecução de políticas afirmativas na direção da vida boa, como diziam os gregos da antiguidade. E o Projeto MOVA-Brasil tem uma contribuição importante para a efetivação dessas políticas em cada polo, em cada núcleo e em cada sala de aula, partindo-se das especificidades locais e articulando-as à realidade global.

O desafio de alfabetizar na perspectiva da sustentabilidade, longe de ser pequeno e fácil, exige, por isso mesmo, esforço grande e muita dedicação de todos e todas para que juntos possamos oferecer um planeta melhor para as pessoas e pessoas melhores para o planeta, numa relação de reciprocidade meritória. Sejamos todos e cada um de nós cidadãos do mundo e cobremos das autoridades governamentais, empresariais, acadêmicas etc. sua parcela de responsabilidade, na justa medida do que compete a cada um.

Dimensão da diversidade como direito humano

Desde o início da década de 1990 tem se ouvido falar no termo *diversidade*. No Brasil, esse tema começa a ecoar a partir da Constituição de 1988, chamada por muitos de “constituição cidadã”, por ter agregado em seu texto as lutas e reivindicações de muitos grupos, como os direitos das crianças e adolescentes, das mulheres, dos idosos, das pessoas deficientes, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dentre outros.

O Estado brasileiro, a partir de então, foi provocado, através dos variados movimentos sociais, a elaborar políticas públicas de atendimento às “diversidades”. A partir de então, têm-se elaborado instrumentos legais que garantam os direitos aos sujeitos da diversidade, como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do



Idoso, a Política Nacional de Educação Especial, dentre outras.

No campo da diversidade cultural, em 2002, a Unesco elaborou material intitulado “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural” tornando esse debate sobre a diversidade ainda mais presente, dando mais visibilidade à questão. O Brasil, signatário de muitas declarações internacionais voltadas à garantia dos direitos dos povos tradicionais, das pessoas deficientes, das populações indígenas, começa a elaborar instrumentos legais que efetivem orientações até então apenas escritas em nossa carta maior.

A expressão acerca do *respeito e da valorização da diversidade* tomou corpo e pôde ser ouvida em muitos contextos a partir da emergência das lutas de muitos movimentos que reivindicam políticas identitárias (movimento negro, indígena, quilombola, de mulheres, de pessoas com deficiência, gays, lésbicas, transexuais, dentre outros). Mas, de fato, é necessário que perguntemos, para além da celebração do multiculturalismo, das belezas e das cores que as variadas culturas imprimem ao nosso planeta, do *slogan* de “educação inclusiva”, qual o espaço político ocupado por esses grupos na efetivação de seus direitos.

Em outras palavras, é necessário que se questione: qual o impacto de tais leis e declarações recentemente elaboradas pelo Estado brasileiro e organismos internacionais na efetivação dos direitos dos chamados “sujeitos da diferença”? O que conseguimos garantir de concreto em relação ao direito ao território ancestral dos povos indígenas e das comunidades quilombolas? No campo educacional, como têm se efetivado os marcos legais que instituem o direito à educação diferenciada desses grupos? Como tem sido posto em prática o direito à educação especial reservada por lei às pessoas com deficiência? Qual a efetividade da educação inclusiva para essas pessoas (acessibilidade, professores e professoras com formação especializada, materiais de apoio)? A diversidade religiosa, como tem sido garantida em nossas salas de aula? O que tem mudado em relação ao combate à violência física e simbólica contra as mulheres, gays, lésbicas e transexuais? Os direitos dos jovens e dos idosos têm sido garantidos, seja no campo educacional como também no profissional?

Para iniciarmos uma reflexão que parte do referencial teórico crítico acerca da diversidade, é preciso que se considerem as ideologias que esse termo carrega, pois, na melhor das intenções, podemos obscurecer identidades com a intenção de reconhecê-las e valorizá-las. Isso porque em nossa sociedade capitalista tem ocorrido a apropriação do



termo na intenção de propagar o ideal da igualdade. Mas, se somos essencialmente diferentes, porque propagamos e afirmamos a igualdade? Quantos(as) de nós ouvimos de educadores(as) a seguinte afirmação a respeito de seus(suas) educandos(as): “aqui na minha turma eu trato todos de maneira igual, não há diferença entre eles(as)”.

O que esta afirmação revela é a ideia construída em nossa sociedade: a diversidade deve ser reconhecida e valorizada por todos(as), mas ignora-se o que se mostra de conflito inerente a ela. Afinal, os sujeitos da diferença com os quais lidamos são os(as) negros(as), as populações indígenas e tradicionais (ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores...), as pessoas com deficiência, os idosos, os(as) presos(as), os(as) homossexuais, mulheres e homens não alfabetizados que não representam a sociedade heterogênea à qual o imaginário do senso comum se remete: masculina, classe média, heterossexual e urbana. Ou seja, o que muitos celebram como a “diversidade” é, de fato, a representação da desigualdade. Em outras palavras: tratando o diferente como igual, transformamos a diversidade em desigualdade, pois a diferença simbólica se materializa em desigualdade material.

Negros e indígenas são as populações mais pobres do País, aquelas que têm menos acesso à educação e à saúde. As pessoas com deficiência – crianças, jovens e adultos – são as mais ausentes dos bancos escolares, o que se reflete nas oportunidades que esses sujeitos terão ao inserir-se no mundo do trabalho. As mulheres, mesmo com a escolaridade média maior que o homem, ainda recebem salários menores que eles.

Dando continuidade ao legado freiriano, comprometido com a emancipação humana e a transformação social, nos colocamos frente à necessidade de lutar e construir um mundo com justiça social para todos(as). Nesse sentido, o reconhecimento da diversidade está atrelado à luta pelo direito à diferença como ponto de partida, vislumbrando a igualdade material como ponto de chegada. Assim se traduz a urgência em lutarmos pela equidade, entendida como direito à igualdade de oportunidades, considerando as diferenças.

Diversidade e preconceito

Para dar sustentação à nossa reflexão sobre a diversidade em uma perspectiva crítica, não podemos esquecer que estamos inseridos em um sistema educacional



tradicional, seja ele formal ou não formal. Nesse sentido, reconhecemos a atualidade da luta dos(as) oprimidos(as) na busca pela efetividade de seus direitos por meio da conscientização e da transformação social. Por isso é necessário resgatar a origem das experiências educacionais em geral, que é, basicamente, formar seres iguais, “tornar igual”, ou seja, homogeneizar.

No Brasil, foi assim com os povos indígenas catequizados pela Igreja, como também ocorreu com os(as) africanos(as) escravizados(as) que foram obrigados a adorar os deuses católicos (apesar de, sabiamente, representá-los, um a um, com os orixás africanos) e, mais atualmente, com a expansão da escola pública, em que crianças das classes populares aprendiam a respeitar os heróis nacionais, cantar os hinos pátrios, contar as lendas e os “causos” oficiais que o livro didático divulgava, além de, é claro, falarem todos(as), a língua portuguesa, purificada de todos os regionalismos.

Não podemos negar que ainda somos herdeiros dessa tradição homogeneizadora da educação. É aí que tem origem a afirmação sobre a “igualdade de todos” em uma sala de aula completamente diversa. Interiorizamos a igualdade como um ideal e um valor, mesmo convivendo com a diferença presente em cada corpo e cada olhar em variados espaços educativos.

Mas, perguntemos: como é possível transformar a estrutura homogeneizadora e excludente dos sistemas educacionais, materializada em livros didáticos inadequados às realidades brasileiras, em pensamentos pouco abertos às religiosidades diversas presentes no País, mentalidades que negam a possibilidade da aprendizagem às pessoas com deficiência, a jovens e adultos privados de liberdade e mesmo às pessoas não escolarizadas que não tiveram oportunidade de estudar na idade considerada “ideal”.

O preconceito está corporificado em nossa realidade escolar (ou não escolar) na medida em que fechamos os olhos às realidades presentes em nossa sala de aula, quando nos negamos à possibilidade de partir da realidade do(a) educando(a), da sua cultura, da sua diferença em relação à sociedade em geral. Nesse caso, nossa opção é pela perpetuação do preconceito: assumindo o discurso da igualdade como ponto de partida estamos compactuando com a manutenção da estrutura excludente, desigual e opressora do nosso sistema.



Diferença e desigualdade: ponto de partida para a construção de “um outro mundo possível”

Diante do cenário atual de valorização exacerbada (e esvaziada) da diversidade, é sempre possível e ainda necessário que resgatemos a perspectiva crítica de compreensão da realidade e, nesse sentido, não há como separar essa discussão do conflito gerado pelas relações de classe. Isto é, ainda no século 21, com a emergência de novas identidades socioculturais, com as lutas dos povos tradicionais, das populações indígenas e quilombolas, dos trabalhadores sem terra, das mulheres, das pessoas privadas de liberdade, do direito à diversidade homoafetiva, das pessoas com deficiência, torna-se imperativa a luta por uma sociedade equânime, igualdade que se desenha como horizonte, como igualdade de oportunidades. Partindo do reconhecimento da diferença, luta-se por igualdade de direitos.

A educação que desejamos realizar junto aos(as) educandos(as) do sistema prisional, nas comunidades tradicionais, junto às populações indígenas, quilombolas, ciganas, resgatando a humanidade esfacelada das pessoas deficientes, das mulheres, daqueles(as) pertencentes a diferentes matrizes religiosas, das pessoas que possuem outras opções afetivossexuais é aquela que, partindo de uma visão de mundo, expande-se para uma visão planetária e cidadã, que se vê parte de uma totalidade diversa que vai construindo desejos e aspirações de garantia dos direitos fundamentais a todos(as). A tão propagada “igualdade na diversidade” só pode ser proferida se igualdade for entendida como sinônimo de igualdade material e diversidade, como a diferença que faz de cada ser humano um ser único, origem da noção de dignidade humana: a humanidade que diferencia cada um(a), tornando-o(a) diferente dos(as) demais e igual em direitos.

Currículo e diversidade: questões para a prática cotidiana

As questões colocadas pelo debate da diversidade, atualmente, têm orientado políticas públicas no campo da educação comprometidas com a democratização da sociedade brasileira, orientando a construção de currículos escolares, isto é, percursos escolares de aprendizagem, que consideram a transversalidade dos direitos político-sociais que a sociedade ou os “sujeitos da diferença” passaram a usufruir depois de décadas de luta.



A partir dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), crianças, adolescentes e jovens podem ter seus futuros mudados se as escolas assumem o desafio de efetivar a plena participação desses sujeitos nos processos de planejamento pedagógico e avaliação, assim como nas demais decisões que afetam a prática cotidiana escolar. Parece pouco, mas aprender a participar, decidir e construir os rumos da educação no pequeno universo em que estão inseridos pode mudar a vida dessas pessoas, tornando-as, de fato, cidadãs. Assim também ocorre com as pessoas com deficiências, que, reconhecidas como sujeitos com pleno direito à educação e à vivência escolar inclusiva e não discriminatória, podem se ver, de fato, incluídas socialmente.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) é um importante marco legal na garantia de direitos às pessoas deficientes, na medida em que define a necessidade de que os sistemas de ensino municipais e estaduais, as escolas e demais sujeitos repensem a organização de classes especiais, implicando numa mudança estrutural e cultural da educação como um todo, para que todos(as) tenham suas especificidades atendidas pelo sistema escolar e não fora dele, como muitas vezes ainda ocorre.

As questões relativas às diferenças de gênero, orientação sexual e diversidade religiosa também vêm sendo trabalhadas como componente constitutivo do currículo. Os dados que revelam a desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade são colocados em aberto e servem de motor para a elaboração de planejamentos e atividades pedagógicas pensadas para a construção de uma estrutura social menos desigual.

A divisão social do trabalho, por exemplo, deve ser refletida por professores(as) desde a Educação Infantil, uma vez que a divisão social do brincar define o que é do universo masculino e feminino. Isto certamente impacta nos dados que nos mostram a opção dos homens por certas profissões e, quando chegam ao Ensino Superior, optam pelas ciências exatas. Por outro lado, as mulheres, quando alcançam certa escolaridade optam por profissões de “cuidadoras”, sendo, na maioria dos casos, professoras, enfermeiras e donas de casa.

Articular essa reflexão no currículo é fundamental para compreendermos que a definição de mulher e homem é socialmente determinada pelos papéis estabelecidos na sociedade. A educação tem papel central nesse processo, na medida em que proporciona a



reflexão entre meninos e meninas, jovens, adultos e idosos sobre a relação social que podem estabelecer na sociedade, assegurando igualdade de oportunidades.

A história e cultura africana, afro-brasileira e indígena foram inseridas no currículo oficial dos sistemas de ensino porque foram conquistas dos movimentos sociais que viabilizaram, por lei, esse direito. Mesmo com a Lei n.º 10.639, sancionada em 2003, e a Lei n.º 11.645, de 2008, muitos municípios e estados do País ainda não garantem nos currículos escolares essas temáticas, o que revela que a abordagem eurocêntrica está amplamente disseminada e posta como paradigma efetivo, o que gera muitas dificuldades em relação à implementação das referidas leis, seja por falta de formação de professores(as) voltada à questão, seja pela ausência de materiais didáticos que orientem as práticas dos(as) educadores(as).

Porém, o que se pode depreender é que a questão das relações étnico-raciais na educação ainda é um ponto a ser aprofundado por todos(as) que constroem a educação, uma vez que os dados revelam ser a população negra e indígena as mais vulneráveis social e economicamente. Os piores índices da educação – analfabetismo, relação faixa etária-escolaridade, e não acesso ao Ensino Médio e Superior – estão entre os negros e indígenas.

Essa realidade só poderá ser transformada quando os sistemas de ensino, secretarias de educação, escolas e comunidade escolar em geral estiverem conscientes da necessidade de que venham à tona a contribuição intelectual e cultural dos povos africanos, indígenas e afro-brasileiros, o que, de imediato, impactará na autoestima positiva de brasileiros e brasileiras pertencentes a esses grupos sociais. Consequentemente, o pertencimento religioso, as expressões culturais, a contribuição às ciências se farão reconhecer e valorizar.

Um eixo de ação importante para todos(as) que atuam na educação e a ela dão vida, no sentido de fazerem dela uma experiência de exercício de cidadania ou de manutenção das estruturas sociais desiguais, é a questão dos direitos humanos. Necessária em contextos socioeconômicos e culturais onde a violação dos direitos humanos é uma realidade, como é o caso do Brasil, a *educação em direitos humanos* se apresenta com a preocupação de difusão, fomento e construção de uma cultura em direitos humanos.



Nascida do período pós-guerra, do contexto histórico que se originou a partir dos governos ditatoriais europeus e após o massacre contra os judeus, a educação em direitos humanos pretende se concretizar em práticas efetivas de enfrentamento da intolerância contra as diferenças, a partir da conscientização que permite aos sujeitos assumir atitudes de luta e transformação. Assumir a efetivação de uma educação em direitos humanos é incorporar a perspectiva da educação política, aquela que exige do(a) educador(a) uma postura crítica e transformadora, de maneira nenhuma neutra.

A transformação social em direção a uma sociedade inspirada nos direitos humanos supõe que sejam incorporadas ao processo educativo ações concretas destinadas à mudança de atitudes, garantindo a efetividade de uma educação que contribui com a participação político-social para a cidadania, a luta pelos direitos coletivos e pelo reconhecimento e valorização das variadas identidades em jogo que se fazem presentes nessa experiência não formal de educação, que lida, essencialmente, com os chamados “sujeitos da diferença”.

Referenciais curriculares

A partir desses princípios e valores supracitados, devemos levar em conta as seguintes dimensões e seus respectivos indicadores, de acordo com as orientações do MEC para a construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico, como forma de contemplar a educação como espaço de multiculturalidade na perspectiva de uma prática pedagógica que contribua para o exercício da cidadania planetária, sem perder de vista as especificidades locais:

Ambiente educativo

- a) Compromisso, solidariedade e colaboração
- b) Alegria
- c) Combate à discriminação
- d) Disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia a dia
- e) Respeito ao outro
- f) Respeito às ideias, conquistas e produções dos educandos



Ambiente físico do núcleo e materiais

α) Ambiente físico educacional em condições satisfatórias para a realidade do Projeto MOVA-Brasil

β) Espaços e mobiliários que favoreçam as experiências dos educandos

γ) Materiais variados e acessíveis aos educandos

δ) Espaços, materiais e mobiliários para responder aos interesses e necessidades dos jovens, adultos e idosos

Planejamento institucional e prática pedagógica

a) Projeto Eco-Político-Pedagógico definido e conhecido por todos

b) Registro da prática educativa

c) Planejamento

d) Contextualização

e) Incentivo à autonomia e ao trabalho coletivo

f) Variedade das estratégias e dos recursos de ensino-aprendizagem

g) Prática pedagógica de apoio à diversidade e às diferenças como algo positivo

h) Respeito às diferenças sociais, culturais, étnicas na perspectiva da multiculturalidade

i) Multiplicidade de diferentes linguagens: imagética, simbólica, verbal, musical e corporal

Avaliação

a) Monitoramento do processo de aprendizagem do educando

b) Instrumentos variados de avaliação e autoavaliação

c) Participação dos educandos no processo avaliativo

d) Avaliação do trabalho dos educadores do núcleo

e) Acesso, compreensão e uso dos indicadores de avaliação do Projeto

Acesso e permanência dos educandos na escola

a) Metodologia adequada para a educação popular de jovens, adultos e idosos

b) Atenção aos educandos com alguma defasagem de aprendizagem



- c) Atenção às necessidades educativas da comunidade
- d) Atenção aos educandos que faltam
- e) Preocupação com o abandono e evasão

Promoção da saúde

- a) Orientação sobre alimentação saudável para os educandos
- b) Limpeza e salubridade
- c) Segurança
- d) Cuidados com a higiene e a saúde

Educação socioambiental e práticas ecopedagógicas

- a) Respeito às diversas formas de vida
- b) Práticas eco-pedagógicas
- c) Cuidado com as pessoas
- d) Preocupação com a sustentabilidade do planeta

Cooperação e envolvimento com as famílias e participação na rede de proteção social

- a) Respeito, acolhimento e envolvimento com as famílias dos educandos
- b) Participação do núcleo na rede de proteção aos direitos dos educandos

Gestão escolar democrática

- a) Democratização da informação e da gestão
- b) Parcerias locais e relacionamento do núcleo com os serviços públicos
- c) Participação efetiva de educandos, familiares e comunidade em geral nas decisões do núcleo

Formação e condições de trabalho dos educadores do núcleo

- a) Formação inicial e continuada
- b) Condições de trabalho condizentes com a Educação Popular
- c) Assiduidade dos educadores populares



Processos de alfabetização e letramento

- a) Atenção ao processo de alfabetização de cada educando
- b) Ampliação da capacidade de leitura e escrita dos educandos
- c) Acesso e aproveitamento dos espaços de leitura
- d) Acesso a diversos gêneros discursivos, de acordo com cada realidade
- e) Alfabetização matemática
- f) Ampliação dos conhecimentos matemáticos para o exercício da cidadania
- g) Abordagem interdisciplinar dos conteúdos de ensino
- h) Indissociabilidade entre os processos de alfabetização e letramento
- i) Entrelaçamento entre leituras da palavra e Leituras do Mundo
- j) Articulação entre os saberes dos educandos e os saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade
- k) Alfabetização e letramento na perspectiva da cidadania planetária.

A organização didática do conhecimento

Optamos pela organização sugerida pela Proposta Curricular – 1º Segmento – para a Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação e Cultura, elaborada pela Ação Educativa (2001): *Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza*.

A área de Língua Portuguesa está organizada em leitura, produção de texto e análise linguístico-discursiva, trabalhando-se com diferentes gêneros discursivos. Base alfabética, formação e decomposição de palavras. Os níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico, desenvolvidos nas pesquisas da educadora Emília Ferreiro também são considerados no desenvolvimento das atividades pedagógicas em cada sala de aula do Projeto MOVA-Brasil.

Na lógica bakhtiniana o homem age sobre o meio ao mesmo tempo em que sofre a influência desse meio, tendo a linguagem como elemento mediador e a história como “cenário” de realizações, sendo ela própria elemento e também produto dessa interação. A interação entre sujeitos e entre sujeito-objeto inseridos num determinado contexto sócio-histórico constitui-se em paradigma fundante de uma nova concepção de linguagem. É o próprio Bakhtin (1929) quem afirma: “A situação social mais imediata e o meio social mais



amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação. Entendemos a linguagem verbal como um processo de interação humana e a Matemática como linguagem.”

Consideramos fundamental desenvolver juntos aos educandos os seguintes blocos de conteúdo em cada uma das áreas do conhecimento supramencionada:

Matemática

- Números e operações numéricas
- Sistema monetário
- Pesos e medidas
- Noções de geometria
- Noções de estatística

Língua portuguesa

- Linguagem oral
- Sistema alfabético
- Trabalho com os níveis da alfabetização
- Ortografia, no contexto do texto
- Pontuação, no contexto do texto
- Análise linguístico-discursiva, no contexto do texto
- Alguns gêneros discursivos, de acordo com a realidade das turmas
- Leitura e produção de texto, de acordo com os gêneros trabalhados
- Capacidades e procedimentos de leitura

Estudos da sociedade e da natureza

- O educador e o lugar de vivência
- O corpo humano e suas necessidades
- Cultura e diversidade cultural
- Os seres humanos e o meio ambiente
- As atividades produtivas e as relações sociais



- Cidadania e participação

(Baseado em BRASIL, 2001, p. 5-6)

Acreditamos que a abordagem desses blocos de conteúdo só faz sentido na perspectiva interdisciplinar ou, ainda mais coerente com os objetivos do Projeto MOVA-Brasil, numa perspectiva intertransdisciplinar, uma vez que o conhecimento e a realidade não são constituídos por fragmentos de conteúdos e sim por um rico processo de entrelaçamento desses conteúdos em forma de blocos, guardando entre si uma relação de interdependência. Salientamos ainda que a unidade significativa para o trabalho em sala de aula, mesmo com pessoas que ainda não são alfabetizadas, deve ser sempre o texto.

É importante ressaltar que há anos a educação trata desse conceito com o diálogo entre os educadores para construir uma relação entre os conteúdos. No entanto, ainda não se avançou na prática interdisciplinar, pois a mudança de postura e atitude exige a ruptura com velhas lógicas (FAZENDA, 2003). Apesar do tempo entre essa constatação e o momento atual, cerca de uma década, infelizmente, os avanços não foram muitos.

Diversidade étnico-racial

Direitos humanos e as relações étnico-raciais e de gênero¹

Gevanilda Santos²

Maria José Pereira Santos³

Mariana Galvão⁴

Este artigo sobre a temática dos direitos humanos e as relações étnico-raciais

1 SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José Pereira; GALVÃO Mariana. Direitos Humanos e as relações étnico-raciais e de gênero. In: PINI, Francisca R.O.; MORAES, Célio V. (orgs.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011, pp. 81-93.

2 Historiadora e mestre em Sociologia Política pela PUC/SP.

3 Assistente social e mestre em Psicologia Social pela PUC/SP.

4 Educadora e mestre em Didática e Práticas de Ensino pela FE-USP.



pretende contribuir com o debate atual acerca do papel do Estado brasileiro na garantia dos direitos humanos a toda a população brasileira, notadamente àqueles grupos excluídos e destituídos de dignidade e cidadania. Nesse conjunto aparece, majoritariamente, a população negra e, como desdobramento, representando uma dupla exclusão, a mulher negra brasileira.

Alijados da participação nos espaços sociais (como o acesso à saúde, à justiça, à educação, à moradia, ao trabalho) necessitam, desde o fim da escravidão, há mais de um século, ser incluídos(as) como cidadãos(ãs) nas políticas do Estado brasileiro. Sendo o País que possui a segunda maior população negra fora do continente africano, e diante das políticas abertamente excludentes do governo republicano no período pós-escravidão, faz-se urgente a criação e a implementação de políticas públicas e privadas de reparação ou compensação histórica, voltadas à equiparação de condições entre brancos e não brancos.

A temática dos direitos humanos, à luz da releitura das relações étnico-raciais trazidas pelo Movimento Negro Brasileiro é um ingrediente importante para a compreensão de palavras e sentidos que explicam e definem o “ser negro no Brasil”, bem como as desigualdades das relações entre os(as) brancos(as) e negros(as), ou a ideologia do branqueamento escamoteada pela aferição do quesito “raça/cor” utilizado para definir o pertencimento étnico-racial da população brasileira a partir da reunião das categorias de pretos e pardos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵. A expressão “questão racial”, o conceito de racismo ou a palavra “raça” passaram por ressignificações que explicam a construção ideológica da hierarquia entre os grupos étnicos nacionais, com vantagem e valorização para os brancos em detrimento dos grupos étnicos negros e indígenas.

É inovador nesse debate relacionar direitos humanos, desenvolvimento educacional e relações de gênero e raça. Este novo olhar reunirá aspectos diferentes da vida dos negros, mulheres e jovens, como marcos referenciais de indicadores sociais para o Estado brasileiro desenvolver políticas públicas na perspectiva da promoção e da garantia dos

⁵ O Censo Brasileiro de 2010 apontou que o Brasil tem uma população total de 190.749.191 brasileiros. A população preta subiu para 14.517.961, a população parda subiu para 82.277.333 e a soma de pretos e pardos no Brasil é de 96.795.294. A população branca caiu para 91.051.646. A população indígena subiu para 817.963, e a amarela para 2.084.288. No quadro demográfico nacional, os brancos têm um percentual menor do que a soma de pretos, pardos, amarelos e indígenas. Ver primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).



direitos humanos.

Pensar os direitos humanos sob o prisma da população negra significa, sobretudo, inclusão social. A inclusão/exclusão social, dentre outros aspectos, diz respeito à noção de pertencimento, sentir-se parte da comunidade, da escola, da cidade, do país. Ser sujeito de sua própria história: participando, criando, transformando. Sentir-se sujeito, com vontade de participar, de contribuir, de mudar.

O grupo de rap nacional Racionais MC's, na música *Fim de semana no parque*, denuncia a situação da juventude na periferia de São Paulo, exposta à violência, ao uso e abuso de drogas, à desigualdade social, ao não acesso aos bens e serviços e, sobretudo, ao sentimento de exclusão.

*Chegou fim de semana todos querem diversão...
Olha o meu povo nas favelas e vai perceber
Daqui eu vejo uma caranga do ano, toda equipada,
E um tiozinho guiando, com seus filhos ao lado,
Estão indo ao parque...
Olha só aquele clube que da hora,
Olha o pretinho vendo tudo do lado de fora...
Ele apenas sonha através do muro...
Polícia, a morte, polícia, socorro
Aqui não vejo nenhum clube poliesportivo
Pra molecada frequentar, nenhum incentivo
O investimento em lazer é muito escasso...
Famílias destruídas, fins de semana trágicos...*

Toda esta juventude sofre com a vulnerabilidade social decorrente da distribuição de renda extremamente desigual e do acesso restrito aos bens e consumos; com a vulnerabilidade institucional, na medida em que a escola, os órgãos e equipamentos culturais, de segurança pública e a mídia não promovem o desenvolvimento pessoal, social e cultural de crianças, adolescentes e adultos não brancos. Normalmente, além da vulnerabilidade social e institucional, há uma inter-relação com a vulnerabilidade individual que fragiliza e compromete o indivíduo em sua capacidade de ter projetos de felicidade em



meio a este contexto.

Munanga (2009) nos faz perceber a violência gerada pelo enfraquecimento da identidade negra em nossa sociedade, situação que impacta diretamente na produção de sentidos sobre o “eu”, o “outro” e os espaços que estes ocupam. Neste sentido, o racismo e a interiorização do sentimento de inferioridade são estratégias de manutenção da estrutura excludente.

[...] se, cientificamente, a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente, esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (MUNANGA, 2009, p. 17).

Esse mesmo autor nos atenta, por outro lado, que é a memória e a história as categorias responsáveis pela reconstrução e fortalecimento da identidade negra, de sua *negritude*:

A identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de ser negro, em dizer, de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo o que carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro (MUNANGA, 2009, p. 53).

Cabe ao Estado reconhecer a diferença de condições entre brancos e não brancos – traduzida em termos de desigualdade – e avaliar o ponto de vista destas vulnerabilidades para instituir políticas públicas que as combatam, na área da educação, da saúde, da justiça, dentre outras.

Um parâmetro orientador deste tipo de política é o que propõe Sposati (2001) na construção do mapa de exclusão/inclusão social. Ela estabeleceu sete referenciais de



inclusão, fundamentais na garantia dos direitos humanos para a população brasileira, e em especial a população negra, quais sejam: a) a autonomia; b) a qualidade de vida; c) o desenvolvimento humano; d) a equidade; e) a cidadania; f) a democracia; g) a felicidade⁶.

Direitos humanos e os conceitos de igualdade e diferença

No intuito de enriquecer o debate sobre as relações étnico-raciais no contexto dos direitos humanos, é importante refletirmos sobre a origem desse conceito no contexto pós 2ª Grande Guerra e o que alguns autores, como Bobbio (1992), Candau (1994) denominam de “problemática da igualdade e dos direitos humanos”.

O que a autora nos alerta é o fato de os direitos humanos terem surgido pela primeira vez num contexto de luta por liberdade, em pleno iluminismo do século XVIII. O que caracteriza esse momento, denominado como *primeira geração dos direitos* é a consolidação dos direitos individuais (civis e políticos), coroando a noção de propriedade privada e o processo de desenvolvimento da economia industrial sem garantias para os trabalhadores, mulheres e os afrodescendentes.

O momento histórico posteriormente vivido enfoca a necessidade de os Estados serem reorientados à proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais – a *segunda*

6 Ver em Sposati (2001) os conceitos de:

- a) Autonomia – capacidade e possibilidade do cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado responsável por assegurar outra parte das necessidades. Representar pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção o campo da autonomia inclui não apenas a capacidade do cidadão se autossuprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social pessoal mesmo quando na situação de recluso ou apenado.
- b) Qualidade de vida – possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos; garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade. Desenvolvimento humano – possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a capacidade da sociedade poder usufruir coletivamente dos mais altos graus de capacidade humana. Equidade – possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças raciais, de gênero, políticas, religiosas, culturais etc.
- c) Cidadania – não só o usufruto de um padrão básico de vida, mas a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva.
- d) Democracia – a possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local, condição de sujeitos cidadãos.
- e) Felicidade – o caminho maior da inclusão é a felicidade. Atingi-la supõe muito mais do que a posse, o acesso às condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana.



geração dos direitos –, uma vez que a experiência do capitalismo e da escravidão produziu, como vítimas, trabalhadores(as) em todo o mundo e trouxe consigo a necessidade de serem estabelecidos direitos voltados à saúde, à moradia, ao trabalho digno etc.

A explosão dos movimentos identitários em meados do século 20 (movimento negro, de mulheres, imigrantes, indígenas e outros grupos étnicos), por sua vez, desencadeou uma nova virada no conceito de direitos humanos, comprometida com o direito dos povos, ampliando a concepção dos direitos coletivos voltados à valorização dos diferentes grupos humanos, tais como o direito à titularidade coletiva (por exemplo, as terras indígenas e quilombolas), o direito à paz, a um ambiente preservado, dentre outros, também chamados de *direitos difusos*, uma vez que ultrapassam a esfera individual e coletiva, tornando-se um direito “mundializado”.

Sob a égide do direito à igualdade, combinando tanto o discurso liberal da primeira geração dos direitos humanos quanto o discurso social, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz um alerta ao contexto do nazismo e à expansão do racismo, exacerbado pela noção de inferioridade étnica, raiz do genocídio antissemita e em relação aos afrodescendentes e demais povos não brancos.

Assim, atualmente, muitos autores, dentre eles, Henriques (1994), Pierucci (1998) e Candau (2008) têm se detido na reflexão sobre o direito à diferença ou, como afirmam alguns, sobre “a igualdade na diferença”.

Em outras palavras, a primeira fase dos direitos trazia a ideia de proteção geral a um ser humano também “genérico”, uma igualdade meramente formal; por sua vez, a partir da segunda fase dos direitos, o foco é dado não mais à igualdade de oportunidades (por exemplo, “todos são iguais perante a lei”), mas à igualdade de condições, evidenciando a real situação dos sujeitos e, conseqüentemente, reconhecendo as desigualdades vivenciadas pelos grupos humanos.

O Brasil é um País de grande dimensão territorial e com enorme diversidade cultural, características que encobrem as desigualdades de raça, gênero e classe que imbricam no empobrecimento da população negra, na discriminação racial sofrida por esses sujeitos em espaços ditos “universais”, como a educação, a saúde, o acesso à justiça e o mercado de trabalho e, finalmente, na invisibilidade da mulher negra em vários espaços sociais.



Esses pilares da desigualdade racial no Brasil se estruturaram historicamente a partir de três grandes sistemas de opressão: o colonialismo, o racismo e o patriarcalismo, que geraram a condição de pobreza, o racismo e o machismo (SAFFIOTI, 2004):

Os três comportamentos sociais discriminatórios impuseram um tipo de violência social que degrada a qualidade de vida da população negra: a violência que discrimina e desvaloriza a mulher, a violência gerada pelo preconceito contra crianças, jovens e adultos negros(as) que os estigmatiza e produz a imagem de inferioridade, o que, por sua vez, afeta sua autoestima, enfraquece e desconfigura a identidade negra. Outro tipo de violência é aquele oriundo da extrema pobreza que, no Brasil, impede a ascensão social da população negra, especialmente, da mulher negra.

Diante desse quadro de desigualdade e ausência de direitos, é necessária a criação de dispositivos jurídicos para alcançar a igualdade material para certos grupos humanos, especialmente àqueles mais atingidos pelas desigualdades e opressões da sociedade neoliberal. Para assegurar a igualdade material, é necessário estabelecer um tratamento diferenciado para promoção das condições de igualdade de fato.

É nesse contexto que pretendemos inserir o debate sobre as políticas públicas de *ações afirmativas* e direitos humanos, a partir da consideração de que o princípio de igualdade é uma meta a ser alcançada numa sociedade totalmente marcada pela herança da escravidão ou, em outras palavras, que uma parcela significativa da população brasileira ainda sofre com as desigualdades raciais, de gênero e classe.

Segundo a Constituição brasileira, o Estado brasileiro deve se comprometer com a equidade de todos(as), acrescida a necessidade de reconhecimento de suas diferenças intrínsecas. No processo de efetivação de uma sociedade verdadeiramente democrática e cidadã, é essencial o comprometimento do Estado com a equidade de oportunidades entre brancos(as) e não brancos(as), entre homens e mulheres.

[...] a definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos engravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a igualação jurídica efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se provocar uma efetiva igualação



social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias (ROCHA apud GOMES, 2005, p. 54).

A situação da mulher negra brasileira

A condição da discriminação por ser mulher e negra e a condição de pobreza reúnem aspectos significativos da desigualdade no Brasil. Nas últimas décadas, os movimentos sociais, tais como o Movimento Negro, Movimento Feminista e em defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), trouxeram grande contribuição sociocultural para o aumento do respeito à diversidade cultural e a defesa do direito à diferença. Em especial, o Movimento Negro orientou o fortalecimento identitário da população negra a assumir sua afrodescendência e a desmistificar a farsa da democracia racial brasileira (SANTOS, 2009, p. 47-56).

Essa mudança repercutiu em vários organismos da sociedade civil que dão início a um processo de reeducação das relações sociais entre a população negra, indígena e branca. A mentalidade preconceituosa, discriminatória ou de naturalização da ideia de inferioridade de negros, indígenas e mulheres na escola, no trabalho, na família, no sindicato, na igreja, nos partidos políticos, nas universidades e nos governos, pouco cede lugar ao debate das desigualdades entre aqueles grupos sociais.

Os órgãos de pesquisa, de coleta de opinião e informação, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são órgãos públicos que incorporam e analisam o item cor/raça e já apresentam novos dados que comprovam a realidade da discriminação racial no Brasil. Novos estudos acadêmicos da linha de pesquisa antirracista contribuíram com novas informações e estatísticas e foram capazes de quantificar o quadro das discriminações de gênero e raça, o que implicou na revisão e reinterpretação de conceitos, de indicadores sociais e da legislação.

Este conjunto de mudanças de mentalidade acabou contribuindo para o surgimento de uma nova consciência e assunção do racismo. O mais importante é que este fato influenciou o comportamento de professores(as), alunos(as), familiares, lideranças sociais



e políticas a compartilhar a preocupação de eliminar o racismo e todas as formas de intolerância. Tal novidade, ainda que imperceptível na grande mídia de comunicação de massa, já pode ser vista; é visível na criminalização do racismo, na atenção ao conteúdo racista de livros didáticos e demais livros de literatura brasileira, em passeatas, no feriado do dia 20 de Novembro, “Dia Nacional da Consciência Negra”. As conferências nacionais e internacionais, como a Conferência de Durban (2001) contra o preconceito, racismo e todas as formas de intolerância correlatas, os órgãos de governo brasileiro, como a Fundação Palmares, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2007, que tornam obrigatório o ensino de História da África, Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas escolas brasileiras, públicas e particulares e o Estatuto da Igualdade Racial, são exemplos de mudanças já ocorridas que atestam a caminhada do movimento negro no sentido de reivindicar a inclusão social, econômica e cultural da população negra.

Em se tratando de percepção da situação da mulher na sociedade contemporânea, há bastante progresso na aceitação do novo papel da mulher na sociedade. Na última década, observamos dados de pesquisa de opinião que apontam uma melhoria na percepção de gênero entre as brasileiras. Subiu de 65% para 74% o número das brasileiras que percebem melhoria na “situação das mulheres” em comparação com a percepção de uns vinte ou trinta anos atrás. Cerca de duas em cada três mulheres (63%) elencam espontaneamente razões referidas ao mundo público para definir “como é ser mulher hoje”, com destaque para maior liberdade e independência e para conquistas no mercado de trabalho, mas quase metade refere-se também aos papéis tradicionais de mãe-esposa e seus encargos sociais (43%)⁷.

Vejamos o outro lado da moeda. Na mesma pesquisa, a percepção sobre “as piores coisas de ser mulher” são: subordinação aos homens decorrente do machismo (19%), desigualdades de gênero no mercado de trabalho (16%), violência doméstica (14%), falta de reconhecimento e ou apoio para a criação dos filhos (12%) e por fim decorrências biológicas da condição feminina, como menstruar e ter cólicas (12%).

Embora a pesquisa não tenha realizado um recorte étnico-racial, ou seja, os dados não foram coletados e analisados indagando separadamente a opinião de mulheres negras

⁷ Dados da pesquisa de opinião pública “Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, da Fundação Perseu Abramo e Sesc, São Paulo, 2011.



e brancas, podemos inferir que a percepção das mulheres sobre “as melhores coisas” da situação atual da mulher como a independência e participação no mercado de trabalho não diferem significativamente. Muito embora as mulheres negras tenham entrado no mercado de trabalho com muitas desvantagens, como a desqualificação para o mercado de trabalho, atributo de boa aparência mais relacionado ao padrão europeu e menos ao padrão africano, o assédio moral e a violência sexual no trabalho doméstico, a solidão afetiva e a chefia da família são atualmente relações sociais discriminatórias que mais afetam a qualidade de vida das mulheres negras.

Segundo Maria Regina Teodoro representante brasileira na 100ª Reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aconteceu em Genebra de 1 a 18 de junho de 2011, no Brasil, o trabalho doméstico formal representa 15,8% do total da ocupação feminina, cerca de 7 milhões de mulheres, e a maioria das mulheres, cerca de 73,2% ainda está no trabalho informal, ou seja, não possui carteira assinada e, por isso não têm os direitos trabalhistas e previdenciários que a Constituição brasileira garante a todos(as) os(as) trabalhadores(as). Quanto ao salário, as mulheres sem carteira assinada recebem em média R\$ 303,00 e as trabalhadoras domésticas negras recebem R\$ 280,00, ou seja, 67,4% do salário mínimo⁸.

O fato de as mulheres negras estarem no serviço doméstico é sinal de que o mercado de trabalho não abriu muitas oportunidades para essas mulheres. Quando as mulheres negras conseguem investir em educação, numa tentativa de mobilidade social, elas se concentram em empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.

Quando observamos a distribuição espacial da mulher negra no território nacional, os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo demonstram que a concentração de “mulheres e negros na área rural e nordestina é maior que a dos brancos, estes mais representados na área urbana das regiões sul e sudeste. Das mulheres negras, 20% estão na área rural e 80% na urbana, ao passo que, das mulheres brancas, 14% concentram-se na área rural e 86% na urbana”.

Sabemos que a mais alta taxa de analfabetismo dentre as regiões brasileiras está no Nordeste. Levando-se em conta que há desigualdades regionais que somam as

⁸ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), do IBGE.



desigualdades de gênero e raça, encontramos uma elevada concentração de analfabetismo das mulheres negras no Nordeste (SANTOS; SILVA, 2005, p. 64).

O quadro da educação segundo gênero e raça

Uma curiosidade na relação de gênero no campo educacional é que há ligeira vantagem da presença feminina em detrimento da masculina, porém esta vantagem não se traduz em maior ocupação no mercado de trabalho ou em maiores salários, como podemos observar o quadro das desigualdades das raciais traçado pelo IPEA.

[...] “as diferenças raciais são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Com base nos dados apresentados, podemos concluir que o acesso ao ensino médio ainda é bastante restrito em nosso País, mas significativamente mais limitado para a população negra e que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011).

A presença do racismo, machismo e de todas as formas de intolerância evidencia cada vez mais que a escola precisa refletir sobre os preconceitos da sociedade que reproduz. O ambiente escolar, assim como os currículos e os livros didáticos, tem forte influência nas aspirações educacionais e profissionais de meninos e meninas, de brancos, negros ou indígenas. Por isso, uma das políticas mais significativas implementadas pelo governo brasileiro diz respeito ao desafio, no campo educacional, de trazer à tona a história de africanos(as) e afro-brasileiros(as), contadas por eles(as) mesmos(as), sujeitos da história, o que seria elemento fundamental para o restabelecimento e fortalecimento da identidade negra.



A desvalorização da imagem da mulher negra no ambiente escolar reforça o preconceito e a baixa estima, que em muitos casos inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida. A escola não pode mais reproduzir a percepção negativa que a sociedade tem sobre o papel do negro na sociedade e não desmistificar a ideologia de acomodação das desigualdades de qualquer natureza.

O papel da escola é o de provocar a reflexão, o diálogo e a crítica, capaz de reeducar as relações sociais para o combate ao racismo, ao sexismo e a todas as formas de preconceito, e contribuir com mudanças comportamentais, cognitivas e psíquicas de respeito ao outro, valorização da diversidade, estímulo ao ecumenismo e solidariedade.

Eliminando as desigualdades de gênero, raça e classe: promovendo a igualdade

A necessidade de, hoje, o Estado brasileiro instituir as políticas compensatórias em relação à população negra e indígena se justifica pelo descompromisso do governo brasileiro em incluí-los e até hoje a marca da desigualdade afeta negativamente esses grupos humanos.

O governo republicano não teve o propósito de promover a cidadania dos escravos e de seus descendentes nem de reverter a intolerância étnica, o racismo e as desigualdades raciais herdadas do sistema escravista. Ao contrário, no final do século 19, o Estado brasileiro, em meio aos esforços de construção de uma identidade nacional, incorporou mecanismos informais e simbólicos de discriminação, fundados nas teses de racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos, e concretizados em políticas de atração de imigrantes europeus e em barreiras aos negros no nascente mercado de trabalho urbano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

É importante ressaltar que é necessário integrar as chamadas políticas focalizadas e temporárias (voltadas à reparação de injustiças históricas contra grupos humanos) às políticas universalistas, que promovem direitos a todos(as), sem distinção. Assim, por exemplo, é fundamental fortalecer a luta por uma educação de qualidade para todos(as), somada à efetivação das legislações voltadas à valorização, no espaço escolar, da contribuição de diferentes povos na construção da nação⁹, uma forma de política

9 Ver Lei n.º 10.639/03, que institui nas escolas brasileiras, públicas e particulares, em todos os níveis e modalidades, o ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e Africana e que, posteriormente, em 2008, é acrescida pela questão indígena.



compensatória.

Atualmente, a adoção das políticas públicas de ação afirmativa se concentra principalmente em duas áreas: educação e acesso ao trabalho e à renda; uma vez que é principalmente nessas áreas que a população negra se encontra em pior situação¹⁰. As políticas de cotas para ingresso em universidades e acesso ao serviço público – porcentagem de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as) e/ou indígenas – são uma experiência pioneira no processo de democratização da educação e do trabalho. Porém, este modelo de política pública aguarda aprovação no congresso nacional, local onde atualmente há mais controvérsia e oposição, devido às distorções promovidas pela mídia brasileira.

Exemplos de distorções promovidas pelos meios de comunicação brasileiros são muito comuns quando o foco é a promoção dos direitos às populações marginalizadas, fato que denuncia a fragilidade desses grupos frente à opressão neoliberal, ocidental, branca e machista.

Os relatórios das Conferências Nacionais de Educação realizadas nos anos de 2007 e 2009 apresentam inúmeras indicações para a democratização do acesso e permanência da população negra na escola, desde o ensino infantil até o ensino superior, além das inúmeras sugestões para a revisão dos conteúdos e adequação da formação dos professores necessária ao cumprimento da alteração da LDB imposta pelas leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

A política de melhoria do quadro educacional brasileiro, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE 2007), tem como meta principal a construção de uma educação básica de qualidade, cujo foco está na melhoria do quadro profissional, administrativo e curricular, porém o PDE não faz referência às desigualdades de gênero e raça¹¹.

Na educação superior, o PDE enfatiza os problemas da qualidade do ensino superior

¹⁰ Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000), os afrodescendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes. No índice de desenvolvimento humano geral (IDH), o país figura em 74º lugar, mas, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afrodescendente indica a 108ª posição, enquanto o IDH relativo à população branca indica a 43ª posição.

¹¹ O PDE é um conjunto de ações do governo federal para aperfeiçoamento da política de formação e valorização dos professores, a consolidação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), assim como a criação de um sistema nacional de avaliação da educação básica, e o fortalecimento da educação superior (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2011a).



na relação com a expansão de vagas, desigualdades regionais e exclusão econômica dos jovens, porém não incorpora o debate do acesso de jovens negros e negras ao ensino superior e não há referência nenhuma das 37 experiências pioneiras e exitosas de políticas de ação afirmativa seja no ensino superior de âmbito estadual ou federal.

Conclusão

A implantação de política pública com recorte de gênero e raça é um debate importante e urgente no âmbito da sociedade civil, que poderá orientar a ação democrática dos governos e a garantia dos direitos humanos a toda população brasileira. Na educação, por exemplo, é importante que os ministérios da Educação e da Cultura criem linhas de financiamento para atividades que envolvam, de forma acolhedora, professores, mestres, doutores, educadores sociais, arte-educadores, dispostos a atuar numa linha de programas, projetos e atividades que visem à eliminação das desigualdades de gênero, raça e classe, bem como é fundamental que se invista massivamente na qualificação de professores, valorização do profissional em sala de aula, reestruturação das grades curriculares no ensino fundamental e médio de acordo com as leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/2007. Na área da educação e saúde é importante a orientação e a prevenção ao uso de drogas, em parceria com o Ministério Saúde/Secretaria Nacional de Drogas (Secad).

Na área da segurança e direitos humanos, é importante a proteção aos jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente aqueles que têm direta ou indiretamente qualquer relação com o “tráfico de drogas ou estão em cumprimento de medidas sócio-educativas”.

De uma forma geral, é fundamental ampliar o debate, investimentos e metodologias capazes de inter-relacionar a educação em direitos humanos com o foco no gênero e raça.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos

Educação para todos: objetivos

Artigo 1. Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem



1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.
2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.
3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. São nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.
4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação.

Educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado

Artigo 2. Expandir o enfoque

1. Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que



há de melhorar nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.

2. Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:

- universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- concentrar a atenção na aprendizagem;
- ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- fortalecer alianças.

3. A concretização do enorme potencial para o progresso humano depende do acesso das pessoas à educação e da articulação entre o crescente conjunto de conhecimentos relevantes com os novos meios de difusão desses conhecimentos.

Artigo 3. Universalizar o acesso à educação e promover a equidade

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

2. Para que a educação básica se torne equitativa, é *mister* oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.

3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua; os trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais, os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem



sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Artigo 4. Concentrar a atenção na aprendizagem

1. A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula. dos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma. Abordagens ativas e participativas são particularmente valiosas no que diz respeito a garantir a aprendizagem e possibilitar aos educandos esgotar plenamente suas potencialidades. Daí a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

Artigo 5. Ampliar os meios de e o raio de ação da educação básica

A diversidade, a complexidade e o caráter mutável das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, exigem que se amplie e se redefina continuamente o alcance da educação básica, para que nela se incluam os seguintes elementos:

A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam as famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado. O principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a escola fundamental. A educação fundamental deve ser universal, garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, e levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade.



Programas complementares alternativos podem ajudar a satisfazer as necessidades de aprendizagem das crianças cujo acesso à escolaridade formal é limitado ou inexistente, desde que observem os mesmos padrões de aprendizagem adotados na escola e disponham de apoio adequado. As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais.

A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como: saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar – incluindo-se aí a questão da natalidade – e outros problemas sociais. Todos os instrumentos disponíveis e os canais de informação, comunicação e ação social podem contribuir na transmissão de conhecimentos essenciais, bem como na informação e educação dos indivíduos quanto a questões sociais. Além dos instrumentos tradicionais, as bibliotecas, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa podem ser mobilizados em todo o seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos.

Estes componentes devem constituir um sistema integrado – complementar, interativo e de padrões comparáveis – e deve contribuir para criar e desenvolver possibilidades de aprendizagem por toda a vida.

Artigo 6. *Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem*

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. Os conhecimentos e as habilidades necessários à ampliação das condições de aprendizagem das crianças devem estar integrados aos programas de educação comunitária para adultos. A educação das crianças e a de seus pais ou responsáveis respaldam-se mutuamente, e esta interação deve ser usada para criar, em



benefício de todos, um ambiente de aprendizagem onde haja calor humano e vibração.

Artigo 7. Fortalecer as alianças

As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa.

Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias.

É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. Neste contexto, as condições de trabalho e a situação social do pessoal docente, elementos decisivos no sentido de se implementar a educação para todos, devem ser urgentemente melhoradas em todos os países signatários da Recomendação Relativa à Situação do Pessoal Docente OIT/Unesco (1966).

Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a “um enfoque abrangente e a um compromisso renovado”, incluímos as alianças como parte fundamental.

Artigo 8. Desenvolver uma política contextualizada de apoio

1. Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e



contribui para o desenvolvimento da sociedade.

2. A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo.

Artigo 9. Mobilizar os recursos

1. Para que as necessidades básicas de aprendizagem para todos sejam satisfeitas mediante ações de alcance muito mais amplo, será essencial mobilizar atuais e novos recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários. Todos os membros da sociedade têm uma contribuição a dar, lembrando sempre que o tempo, a energia e os recursos dirigidos à educação básica constituem, certamente, o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país.

2. Um apoio mais amplo por parte do setor público significa atrair recursos de todos os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento humano, mediante o aumento em valores absolutos e relativos, das dotações orçamentárias aos serviços de educação básica. Significa, também, reconhecer a existência de demandas concorrentes que pesam sobre os recursos nacionais, e que, embora a educação seja um setor importante, não é o único.

Cuidar para que haja uma melhor utilização dos recursos e programas disponíveis para a educação resultará em um maior rendimento, e poderá ainda atrair novos recursos. A urgente tarefa de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem poderá vir a exigir uma realocação dos recursos entre setores, como por exemplo, uma transferência de fundos dos gastos militares para a educação. Acima de tudo, é necessário uma proteção especial para a educação básica nos países em processo de ajustes estruturais e que carregam o pesado fardo da dívida externa. Agora, mais do que nunca, a educação deve ser considerada uma dimensão fundamental de todo projeto social, cultural e econômico.

Artigo 10. Fortalecer a solidariedade internacional

Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem constitui-se uma responsabilidade comum e universal a todos os povos, e implica solidariedade internacional



e relações econômicas honestas e equitativas, a fim de corrigir as atuais disparidades econômicas. Todas as nações têm valiosos conhecimentos e experiências a compartilhar, com vistas à elaboração de políticas e programas educacionais eficazes.

Será necessário um aumento substancial, a longo prazo, dos recursos destinados à educação básica.

A comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições intergovernamentais, tem a responsabilidade urgente de atenuar as limitações que impedem algumas nações de alcançar a meta da educação para todos. Este esforço implicará, necessariamente, a adoção de medidas que aumentem os orçamentos nacionais dos países mais pobres, ou ajudem a aliviar o fardo das pesadas dívidas que os afligem. Credores e devedores devem procurar fórmulas inovadoras e equitativas para reduzir este fardo, uma vez que a capacidade de muitos países em desenvolvimento de responder efetivamente à educação e a outras necessidades básicas será extremamente ampliada ao se resolver o problema da dívida.

As necessidades básicas de aprendizagem dos adultos e das crianças devem ser atendidas onde quer que existam. Os países menos desenvolvidos e com baixa renda apresentam necessidades especiais que exigirão atenção prioritária no quadro da cooperação internacional à educação básica, nos anos 90.

Todas as nações devem agir conjuntamente para resolver conflitos e disputas, pôr fim às ocupações militares e assentar populações deslocadas ou facilitar seu retorno a seus países de origem, bem como garantir o atendimento de suas necessidades básicas de aprendizagem. Só um ambiente estável e pacífico pode criar condições para que todos os seres humanos, crianças e adultos, venham a beneficiar-se das propostas desta declaração.

Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reafirmamos o direito de todos à educação. Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva – assegurar educação para todos.

Comprometemo-nos em cooperar, no âmbito da nossa esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Juntos apelamos aos governos, às organizações interessadas e aos indivíduos, para que se somem a este urgente empreendimento.



As necessidades básicas de aprendizagem para todos podem e devem ser satisfeitas. Não há modo mais significativo do que este para iniciar o Ano Internacional da Alfabetização e avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (1983-1992), Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher, e da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nunca antes uma época foi tão propícia à realização do nosso compromisso em proporcionar oportunidades básicas de aprendizagem a todos os povos do mundo.

Adotamos, portanto, esta Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, e aprovamos o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos nesta Declaração.

17. Marco de Ação de Belém

Aproveitando o poder e o potencial da aprendizagem e educação de adultos para um futuro viável

Nós, os 144 Estados-Membros da Unesco, representantes de organizações da sociedade civil, parceiros sociais, agências das Nações Unidas, organismos intergovernamentais e do setor privado, nos reunimos em Belém do Pará, no Brasil, em dezembro de 2009, como participantes da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia VI) para fazer um balanço dos avanços alcançados na aprendizagem e educação de adultos desde a Confinteia V. A educação de adultos é reconhecida como um componente essencial do direito à educação, e precisamos traçar um novo curso de ação urgente para que todos os jovens e adultos possam exercer esse direito.

Reiteramos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos conforme estabelecido nas cinco Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confinteia I-V) desde 1949, e unanimemente comprometer-nos a promover, com urgência e em ritmo acelerado, a agenda da aprendizagem e da educação de adultos.



Apoiamos a definição de educação de adultos, inicialmente estabelecida na Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos adotada em Nairóbi em 1976 e aprofundada na Declaração de Hamburgo em 1997, qual seja, a educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas adultas pela sociedade desenvolvem suas capacidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, ou as redirecionam, para atender suas necessidades e as de sua sociedade.

Afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos os jovens e adultos. Diante da dimensão do desafio da alfabetização global, consideramos fundamental redobrar nossos esforços para garantir que as prioridades e os objetivos de alfabetização de adultos já existentes, conforme consagrados na Educação para Todos (EPT), na Década das Nações Unidas para a Alfabetização (*United Nations Literacy Decade*, em inglês) e na Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (*Literacy Initiative for Empowerment*, em inglês), sejam alcançados por todos os meios possíveis.

A educação de jovens e adultos permite que indivíduos, especialmente as mulheres, possam enfrentar múltiplas crises sociais, econômicas e políticas, além de mudanças climáticas. Portanto, reconhecemos o papel fundamental da aprendizagem e educação de adultos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), da Educação para Todos (EPT) e da agenda das Nações Unidas pelo desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ambiental sustentável, incluindo a igualdade de gênero (CEDAW e a Plataforma de Ação de Pequim).

Por isso, adotamos este Marco de Ação de Belém para nortear o aproveitamento do poder e do potencial da aprendizagem e educação de adultos na busca de um futuro viável para todos.

Rumo à aprendizagem ao longo da vida

O papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental para resolver questões globais e desafios educacionais. Aprendizagem ao longo da vida, “do berço ao túmulo”, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de



educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento. Reafirmamos os quatro pilares da aprendizagem, como recomendado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver com os outros.

Reconhecemos que aprendizagem e educação de adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal.

Aprendizagem e educação de adultos atendem às necessidades de aprendizagem de adultos e de idosos. Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada país.

Estamos convencidos e inspirados pelo papel fundamental da aprendizagem ao longo da vida na abordagem de questões e desafios globais e educacionais. Além disso, estamos convictos de que aprendizagem e educação de adultos preparam as pessoas com conhecimentos, capacidades, habilidades, competências e valores necessários para que exerçam e ampliem seus direitos e assumam o controle de seus destinos.

Aprendizagem e educação de adultos são também imperativas para o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e para a construção de sociedades justas, solidárias, sustentáveis e baseadas no conhecimento.

Recomendações

Apesar de reconhecermos nossas conquistas e avanços desde a Confintea V, estamos cientes dos desafios com que ainda somos confrontados. Reconhecendo que o exercício do direito à educação de jovens e adultos é condicionado por aspectos políticos, de governança, de financiamento, de participação, de inclusão, equidade e qualidade, conforme descrito na Declaração de Evidência anexa, estamos determinados a seguir as recomendações abaixo. Os desafios específicos enfrentados pela alfabetização nos levam a priorizar a alfabetização de adultos.



Alfabetização de adultos

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

Dada a persistência e a escala do desafio da alfabetização, e o desperdício concomitante de recursos e potencial humanos, é imperativo que redobremos os esforços para reduzir os níveis de analfabetismo do ano 2000 em 50% até 2015 (EPT Objetivo 4 e outros compromissos internacionais), com o objetivo central de prevenir e romper o ciclo da baixa escolaridade e criar um mundo plenamente alfabetizado.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) assegurar que todas as pesquisas e levantamentos de dados reconheçam a alfabetização como um *continuum*;
- (b) desenvolver um roteiro com objetivos claros e prazos para enfrentar esse desafio com base em avaliações críticas dos avanços alcançados, dos obstáculos enfrentados e dos pontos fracos identificados;
- (c) aumentar a mobilização de recursos internos e externos e conhecimentos para realizar programas de alfabetização com maior escala, alcance, cobertura e qualidade promovendo processos integrais e de médio prazo, para garantir que as pessoas alcancem uma alfabetização sustentável;
- (d) desenvolver uma oferta de alfabetização relevante e adaptada às necessidades dos educandos e que conduza à obtenção de conhecimentos, capacidades e competências funcionais e sustentáveis pelos participantes, empoderando-os para que continuem a aprender ao longo da vida, tendo seu desempenho reconhecido por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;
- (e) concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;
- (f) estabelecer indicadores e metas internacionais para a alfabetização;



(h) planejar e implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências para além das habilidades básicas de alfabetização, com o apoio de um ambiente letrado enriquecido.

Políticas

Políticas e medidas legislativas para a educação de adultos precisam ser abrangentes, inclusivas e integradas na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com base em abordagens setoriais e intersetoriais, abrangendo e articulando todos os componentes da aprendizagem e da educação.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

(a) desenvolver e implementar políticas que contem com pleno financiamento, planos bem focados e legislação para garantir a alfabetização de adultos, a educação de jovens e adultos e aprendizagem ao longo da vida;

(b) conceber planos de ação específicos e concretos para aprendizagem e educação de adultos, integrados aos ODMs, à EPT e à UNLD, bem como a outros planos de desenvolvimento nacional e regional, e às atividades da LIFE onde estão sendo implementadas;

(c) garantir que aprendizagem e educação de adultos sejam incluídas na iniciativa das Nações Unidas *Delivering as One*;

(d) estabelecer mecanismos de coordenação adequados, como comitês de monitoramento envolvendo todos os parceiros engajados na área de aprendizagem e educação de adultos;

(e) desenvolver ou melhorar estruturas e mecanismos de reconhecimento, validação e certificação de todas as formas de aprendizagem, pela criação de referenciais de equivalência.

Governança

A boa governança facilita a implementação da política de aprendizagem e educação de adultos de forma eficaz, transparente, responsável e justa. A representação e a participação de todos os parceiros são indispensáveis para garantir a capacidade de resposta às necessidades de todos os educandos, principalmente dos mais vulneráveis.

Para tanto, assumimos o compromisso de:



- (a) criar e manter mecanismos para envolvimento de autoridades públicas em todos os níveis administrativos, de organizações da sociedade civil, de parceiros sociais, do setor privado, da comunidade e organizações de educandos adultos e de educadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas de aprendizagem e educação de adultos;
- (b) empreender indicadores de formação para apoiar a participação construtiva e informada de organizações da sociedade civil, da comunidade e de organizações de educandos adultos, conforme o caso, no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas;
- (c) promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial;
- (d) promover a cooperação transnacional, por meio de projetos e redes de compartilhamento de conhecimentos e práticas inovadoras.

Financiamento

Aprendizagem e educação de adultos representam um investimento valioso que resulta em benefícios sociais por criar sociedades mais democráticas, pacíficas, inclusivas, produtivas, saudáveis e sustentáveis. É necessário um investimento financeiro significativo para garantir a oferta de aprendizagem e educação de adultos de qualidade.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) acelerar o cumprimento da recomendação da Confinteia V de buscar investimentos de no mínimo 6% do PIB em educação, e buscar trabalhar pelo incremento de recursos na aprendizagem e educação de adultos;
- (b) expandir os recursos educacionais e orçamentos em todos os setores governamentais para cumprir os objetivos de uma estratégia integrada de aprendizagem e educação de adultos;
- (c) considerar novos programas transnacionais de financiamento para a alfabetização e educação de adultos, além de ampliar os existentes, à semelhança de ações realizadas no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia;
- (d) criar incentivos para promover novas fontes de financiamento, por exemplo, do setor privado, de ONGs, comunidades e indivíduos, sem prejuízo aos princípios da equidade e da inclusão;



- (e) priorizar investimentos na aprendizagem ao longo da vida para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiência. Em apoio a essas estratégias,
- (f) cumprir seu compromisso de preencher lacunas financeiras que impedem a consecução de todos os objetivos da EPT, em particular os Objetivos 3 e 4 (aprendizagem de jovens e adultos, alfabetização de adultos);
- (g) aumentar os recursos financeiros e o apoio técnico para a alfabetização, aprendizagem e educação de adultos, e explorar a viabilidade da utilização de mecanismos alternativos de financiamento, tais como troca ou cancelamento de dívida;
- (h) exigir que os planos setoriais de educação submetidos à Iniciativa de Via Rápida (*Fast Track Initiative*, em inglês) incluam ações confiáveis e investimentos na alfabetização de adultos.

Participação, inclusão e equidade

A educação inclusiva é fundamental para a realização do desenvolvimento humano, social e econômico. Preparar todos os indivíduos para que desenvolvam seu potencial contribui significativamente para incentivá-los a conviver em harmonia e com dignidade. Não pode haver exclusão decorrente de idade, gênero, etnia, condição de imigrante, língua, religião, deficiência, ruralidade, identidade ou orientação sexual, pobreza, deslocamento ou encarceramento.

É particularmente importante combater o efeito cumulativo de carências múltiplas. Devem ser tomadas medidas para aumentar a motivação e o acesso de todos. Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) promover e facilitar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos, reforçando a cultura de aprendizagem e eliminando barreiras à participação;
- (b) promover e apoiar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos por meio de orientações e informações bem elaboradas e direcionadas, bem como atividades e programas como as Semanas de Educandos Adultos e Festivais de Aprendizagem;
- (c) prever e atender grupos identificados com trajetórias de carências múltiplas, especialmente no início da idade adulta;



- (d) criar espaços e centros comunitários multiuso de aprendizagem e melhorar o acesso e a participação em toda a gama de programas de aprendizagem e educação de adultos voltados para mulheres, levando em conta necessidades de gênero específicas ao longo da vida;
- (e) apoiar o desenvolvimento da escrita e da leitura em várias línguas indígenas, desenvolvendo programas, métodos e materiais que reconheçam e valorizem a cultura, conhecimentos e metodologias indígenas, desenvolvendo ao mesmo tempo, e adequadamente, o ensino da segunda língua para comunicação mais ampla;
- (f) apoiar financeiramente, com foco sistemático, grupos desfavorecidos (por exemplo, povos indígenas, migrantes, pessoas com necessidades especiais e pessoas que vivem em áreas rurais), em todas as políticas e abordagens educacionais, o que pode incluir programas oferecidos gratuitamente ou subsidiados pelos governos, com incentivos para a aprendizagem, como bolsas de estudo, dispensa de mensalidades e licença remunerada para estudos;
- (g) oferecer educação de adultos nas prisões, apropriada para todos os níveis;
- (h) adotar uma abordagem holística e integrada, incluindo mecanismos para identificar parceiros e responsabilidades do Estado em relação a organizações da sociedade civil, representantes do mercado de trabalho, educandos e educadores;
- (i) desenvolver respostas educacionais efetivas para migrantes e refugiados como foco central ao trabalho de desenvolvimento.

Qualidade

A qualidade na aprendizagem e educação é um conceito e uma prática holística, multidimensional e que exige atenção constante e contínuo desenvolvimento. Promover uma cultura de qualidade na aprendizagem de adultos exige conteúdos e meios de implementação relevantes, avaliação de necessidades centrada no educando, aquisição de múltiplas competências e conhecimentos, profissionalização dos educadores, enriquecimento dos ambientes de aprendizagem e empoderamento de indivíduos e comunidades.

Para tanto, assumimos o compromisso de:

- (a) desenvolver critérios de qualidade para os currículos, materiais de aprendizagem e



metodologias de ensino em programas de educação de adultos, levando em conta os resultados e as medidas de impacto; NT: Não há em Português uma palavra equivalente ao termo inglês *accountability*, que significa uma mescla de responsabilização, transparência e prestação de contas.

(b) reconhecer a diversidade e a pluralidade dos prestadores de serviços educacionais;

(c) melhorar a formação, a capacitação, as condições de emprego e a profissionalização dos educadores de adultos, por exemplo, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, associações de professores e organizações da sociedade civil;

(d) elaborar critérios para avaliar os resultados da aprendizagem de adultos em diversos níveis;

(e) implantar indicadores de qualidade precisos;

(f) oferecer maior apoio à pesquisa interdisciplinar sistemática na aprendizagem e educação de adultos, complementada por sistemas de gestão de conhecimento para coleta, análise e disseminação de dados e boas práticas.



2. Leitura do Mundo do Polo PE/PB

PERNAMBUCO

Em 1501, quando a expedição do navegador Gaspar de Lemos fundou feitorias no litoral da colônia portuguesa, na recém-descoberta América, teve início o processo de colonização de Pernambuco, uma das primeiras áreas brasileiras a ter ativa colonização portuguesa.

Entre os anos de 1534 e 1536, Dom João III, então rei de Portugal, instalou o sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil, que consistia na doação de um lote de terras, chamado Capitania, a um donatário (português), a quem caberia explorar, colonizar as terras, fundar povoados, arrecadar impostos e estabelecer as regras do local. Dentre os primeiros 14 lotes distribuídos por D. João III estava a Capitania de Pernambuco, ou Capitania de Nova Lusitânia, como seu donatário, Duarte Coelho, a batizou. Dessa forma, em 1535, Duarte Coelho se estabeleceu no local onde fundou a vila de Olinda e espalhou os primeiros engenhos da região. Até então, os ocupantes do território eram os índios tabajaras.

No período colonial, Pernambuco torna-se um grande produtor de açúcar, e durante muitos anos é responsável por mais de metade das exportações brasileiras. Pernambuco torna-se a mais promissora das capitânicas da Colônia Portuguesa na América. Tal prosperidade chamou a atenção dos holandeses, que, entre 1630 e 1654, ocuparam toda a região, sob o comando da Companhia das Índias Ocidentais, tendo como representante o Conde Maurício de Nassau que, por ter incendiado Olinda, estabeleceu-se no Recife, fazendo-a capital do Brasil holandês. Nassau traz para Pernambuco uma forma de administrar inovadora. Realiza inúmeras obras de urbanização, amplia a lavoura da cana e assegura a liberdade de culto.

No período holandês, é fundada no Recife a primeira sinagoga das Américas. Amante das artes, Nassau tem na sua equipe inúmeros artistas, como Frans Post e Albert Eckhout, pioneiros na documentação visual da paisagem brasileira e do cotidiano dos seus habitantes.

A partir de 1645, teve início um movimento de luta popular contra o domínio holandês de Pernambuco: a Insurreição Pernambucana. A primeira vitória importante dos

103



insurretos se deu no Monte das Tabocas, hoje localizado no município de Vitória de Santo Antão, onde 1.200 insurretos mazombos, munidos de armas de fogo, foices, paus e flechas derrotaram numa emboscada 1.900 holandeses bem armados e bem treinados. Foram quase dez anos de conflito, com destaque para as duas Batalhas de Guararapes, até que, em janeiro de 1654, os holandeses se renderam. O movimento foi um marco importante para o Brasil, tanto militarmente, com a consolidação das táticas de guerrilha e emboscada, quanto sociopoliticamente, com o aumento da miscigenação entre as três raças (negro africano, branco europeu e índio nativo) e o começo de um sentimento de nacionalidade.

A ocupação dos holandeses fez Recife prosperar, onde se estabeleceram muitos comerciantes e mascates, enquanto Olinda continuava a ser o reduto dos senhores de engenho. Devido a divergências quanto à demarcação de novas vilas, em 1710, os moradores de Olinda invadem o Recife, dando início à chamada Guerra dos Mascates. O líder da ocupação, Bernardo Vieira de Melo entrou para a história quando sugeriu que Pernambuco se tornasse uma República. Essa foi a primeira vez que se falou em República no País. O conflito só terminou com a chegada, em 1711, do novo governador da região.

Em 1817, Pernambuco tentou proclamar-se independente de Portugal, mas o movimento foi derrotado. A Revolução Praieira, em 1848, questionava o regime monárquico, e já pregava a República. Joaquim Nabuco, um dos maiores símbolos do Abolicionismo, iniciou a pregação das ideias no Recife. Os pernambucanos se orgulham de sua participação ativa na História do Brasil, sempre mantendo altos ideais libertários.

Com o advento da República, Pernambuco procura ampliar sua rede industrial, mas continua marcado pela tradicional exploração do açúcar. O estado moderniza suas relações trabalhistas e lidera movimentos para o desenvolvimento do Nordeste, como no momento da criação da Sudene. A partir de meados da década de 1960, Pernambuco começa a reestruturar sua economia, ampliando a rede rodoviária até o sertão e investindo em polos de investimento no interior do Estado. Na última década, consolidam-se os setores de ponta da economia pernambucana, sobretudo aqueles atrelados ao setor de serviços (turismo, informática, medicina) e estabelece-se uma tendência constante de modernização da administração pública.



PARAÍBA

A história da Paraíba é marcada por revoltas ocorridas no Brasil durante o período colonial. Após a independência do Brasil, que ocorreu em 1822, adotou a monarquia como forma de governo. Nos anos de 1848 e 1849 com a Revolta Praieira em Pernambuco, ocorriam as reformas sociais e econômicas latifundiárias que, após três anos, envolvia a Paraíba para uma modificação no sistema de pesos e medidas; seus principais líderes foram presos, entre os quais o pároco da paróquia de Campina Grande, Calisto Correia Nóbrega.

Em 1926, a Coluna Prestes, comandada por Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora, passou pela Paraíba. Nessa mesma época, o estado também teve destaque no cangaço, tendo Antônio Silvino, Chico Pereira e Virgulino Ferreira da Silva (o Lampião) como líderes de bandos que atuaram nas localidades de Cajazeiras, Guarabira, Piancó e Sousa. Em 1930, ocorreu um Movimento revolucionário considerado o acontecimento mais marcante já registrado em toda a história do estado.

O presidente Washington Luís, que deveria apoiar a candidatura do mineiro Antônio Carlos, acabou apoiando a candidatura do paulista Júlio Prestes, provocando, por parte de Minas Gerais, sua ruptura com a aliança paulista, juntamente com a Paraíba e com o Rio Grande do Sul, que se uniram e criaram a Aliança Liberal, que indicou Getúlio Vargas para ser candidato à Presidência da República e o governador da Paraíba, João Pessoa, para vice-presidente.

A vitória de Júlio Prestes desencadeou o movimento revolucionário, que o impediu de tomar posse. Na Paraíba, João Pessoa, candidato derrotado, passou a enfrentar várias rebeliões. Uma delas ocorreu em Princesa Isabel e foi comandada pelo coronel José Pereira, aliado de Júlio Prestes, onde várias casas e escritórios de suspeitos de receptor armamentos para os rebeldes foram invadidas pela polícia. Mais tarde, em Recife, em 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado por João Duarte Dantas em uma confeitaria da cidade, evento que gerou muita repercussão em todo o Brasil e também outro fator que deu origem à Revolução de 1930.

O seu corpo foi da Paraíba para ser enterrado no Rio de Janeiro e a capital paraibana passou a se chamar João Pessoa, em sua homenagem, até os dias atuais.

Em 1989, foi encontrado no distrito de São José da Batalha, município de



Salgadinho, uma nova espécie de turmalina, que leva o nome do estado. Posteriormente, essa mesma pedra foi encontrada no vizinho estado do Rio Grande do Norte e no continente africano, mais especificamente em Moçambique e Nigéria.

3. Caracterização do Território de Pernambuco e Paraíba

Pernambuco

Composto por planícies e serras, com 98.311 km² e localizado no Centro Leste da Região Nordeste, tem sua costa banhada pelo Oceano Atlântico. São 185 municípios, com um total de 8.796.032 habitantes, e tem a cidade do Recife como sua capital. Possui: serras, planaltos, brejos, semi-aridez no interior e belíssimas praias. O relevo é linear em sua maioria, sendo de planície litorânea. A Zona da Mata marcada por formações onduladas possui o agreste, cuja estrutura geológica é marcada por um clima semiárido, de formações abruptas (pedimentos e pediplanos). O estado também é dotado de uma vegetação muito diversificada, com hidrografia na Região Metropolitana do Recife (RMR), que conta com 14 municípios. Os rios principais são: Capibaribe e Beberibe, Ipojuca, Uma, Pajeú, Jaboatão e São Francisco, este último extremamente importante no desenvolvimento do sertão, uma vez que possibilita a distribuição de águas nas regiões secas.

Paraíba

A Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situada a Leste da região Nordeste e tem como limites o estado do Rio Grande do Norte ao Norte, o Oceano Atlântico a Leste, Pernambuco ao Sul e o Ceará a Oeste. Ocupa uma área de 56.439 km² (pouco menor que a Croácia). A população do estado, nas estimativas do IBGE em 2012, foi de 3.815.171 habitantes, sendo o décimo terceiro estado mais populoso do Brasil. Outros municípios importantes são Campina Grande, Santa Rita, Patos, Bayeux, Sousa, Cabedelo, Guarabira, Sapé e Cajazeiras.



4. Caracterização dos Núcleos do Polo PE/PB

NÚCLEOS: 10

TURMAS: 148

MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM PERNAMBUCO E PARAÍBA:

Pernambuco: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Camocim de São Félix, Gravata, Bezerros, Bonito, Vitória de Santo Antão, Pombos, Goiana, Sairé, Riacho das Almas, Abreu Lima, Itamaracá, Igarassu, Caruaru, Camaragibe.

Paraíba: Patos

Núcleo prisional

Ao longo dos anos, o Sistema Prisional tornou-se insustentável em razão do grande número de presos ser maior que as vagas existentes. Tal problemática vem se desenvolvendo de acordo com as transformações sociais, econômicas e políticas vivenciadas pela sociedade contemporânea.

Diante dessa configuração o índice de criminalidade vem crescendo de maneira significativa, resultando assim num aumento do contingente carcerário. Na prática, apesar de já existirem algumas políticas públicas, o sistema prisional ainda apresenta a necessidade de medidas mais eficazes que possam integrar seus processos a partir de uma reforma legislativa e constitucional mais plausível com a realidade e capaz de superar os diversos contrastes do sistema prisional brasileiro.

Assim, colaborando para essa mudança, o Projeto MOVA-Brasil vem, no Polo Pernambuco/Paraíba, inserindo, dentro do Sistema Prisional, turmas de alfabetização. A ideia é contribuir para diminuição dos índices de analfabetismo dentro das unidades e, de forma politizada, despertar a vontade de aprender, ler, escrever e contar da população carcerária.

O processo de alfabetização dentro das unidades prisionais em Pernambuco tem sido uma tarefa desafiadora e por isso mesmo um diferencial no desenho do polo que se propõe alfabetizar o educando preso de maneira que ele possa ter uma consciência crítica de sua realidade, assim como propõe Freire.



No cotidiano, os monitores lidam com diversas situações, como: castigo do preso que não frequenta as aulas, aulas dadas dentro do próprio sistema penitenciário, o preconceito dos próprios agentes penitenciários, a falta de acesso a certos tipos de materiais pedagógicos que não podem adentrar as unidades, além da tentativa diária de resgatar a autoestima e motivação dos presos e presas.

Além desses fatores, a equipe pedagógica vem realizando um trabalho diferenciado junto aos monitores das unidades. O trabalho do Polo PE/PB consiste na adaptação dos monitores às realidades vivenciadas pelos reeducandos reclusos, mas com a conscientização da realidade fora das prisões.

Nas formações, a equipe pedagógica se preocupa em levar até esses monitores subsídios e orientações específicas para que os mesmos não se sintam diferentes dos monitores das demais comunidades.

A atuação do Projeto MOVA-Brasil é reconhecida pelas autoridades que lidam diariamente com o cotidiano nas unidades. Hoje, o MOVA-Brasil é reconhecido dentro do sistema penitenciário pernambucano como uma oportunidade de reintegração do preso à sociedade. De acordo com o gerente de todas as unidades Sr. Ednaldo Pereira: “o sistema prisional pernambucano possui 7,3 mil reeducandos matriculados, cerca de 30% da população carcerária, índice maior que a média nacional, que é de 12 a 15%. Acredita-se que a baixa escolaridade é um fator gerador de violência e, por isso, a nossa ideia é aumentar cada vez mais essa estrutura educacional”, explica.

O núcleo prisional possui como coordenadora local Maria Agnaldo dos Santos e apresenta em sua configuração atual um total de quatrocentos educandos, com dezesseis turmas distribuídas nas principais unidades do Sistema Prisional em municípios do Recife (zona urbana, na comunidade do Curado), Igarassu (zona rural, na BR 203), Itamaracá (zona rural, no Engenho São João); Caruaru; Bezerros e Vitória.

Unidades	Turmas	Educandos	Cidades
Presídio da Vitória de Santo Antão	3	72	Vitória
Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna	2	55	Abreu e Lima



(Cotel)			
Presídio de Igarassu-PIG	2	50	Recife
Presídio Juiz Plácido de Souza	2	56	Caruaru
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP)	1	17	Itamaracá
Colônia Penal Feminina de Abreu e Lima (CPFAL)	3	75	Abreu e Lima
Cadeia Pública de Bezerros	1	25	Bezerros
Presídio ASP – Francisco Marcelo de Araújo – PAMFA	1	25	Recife
Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros (PJALLB)	1	25	Recife

Os educandos do Sistema Prisional possuem idades entre 18 e 53 anos. Entre as etnias, a maioria se identifica como pardo, negro, seguido de branco. Há também nas unidades educandos de outros países, como, por exemplo, de Angola e da Venezuela. É importante destacar aqui a necessidade de tabular esses dados, já que o sistema não fornece campos para preenchimento para caracterizar a nacionalidade desse educando.

Em se tratando de religião, a maioria se diz católica, ficando em segundo lugar a religião evangélica e a umbandista.

Em muitas unidades existem igrejas e espaços religiosos que também realizam trabalho de ressocialização e veem o MOVA-Brasil como um aliado nessa tentativa, inclusive alguns dos nossos monitores já realizavam atividades de cunho religioso dentro do sistema e hoje atuam como educadores dessas unidades, pelo fato de sentirem a necessidade que muitos presos teriam de serem alfabetizados.

No **Presídio de Vitória de Santo Antão** há três turmas com um total de 71 educandos. Os educandos desse presídio, em sua maioria, se identificam como pardos e possuem nome social, porém não gostam de descrever. Nessa unidade, os educandos se destacam pelo trabalho artesanal, ou seja, eles são artistas, artesãos, pintores e atualmente trabalham na padaria do presídio.

No **Centro de Observação Criminológica e Triagem Everardo Luna (Cotel)**,



temos duas turmas. A Secretaria de Ressocialização (Seres) construiu a primeira sala de aula do Cotel. Esta ação possibilitou a oportunidade de estudo a 55 reeducandos. Apenas em 2012, o Sistema Penitenciário de Pernambuco ganhou 14 salas, o que representa 420 novas vagas de estudo.

As unidades prisionais contempladas estão localizadas na Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado. Por meio desta iniciativa, todas as Unidades Prisionais de Pernambuco passam a ter pelo menos um Módulo de Ensino. “Acreditamos que a educação tem papel fundamental no processo de reintegração do preso à sociedade”, explicou o secretário de ressocialização, Romero Ribeiro. “A porta de entrada do Sistema Penitenciário é o Cotel. Muitas destas pessoas que aqui chegam nunca tiveram contato com o estudo e agora vamos possibilitar essa oportunidade”, falou o gerente de educação da Seres, Ednaldo Pereira.

O Polo PE/PB, apesar das dificuldades e limitações encontradas nas unidades prisionais, entende que o reeducando recluso assim como outro qualquer merece a oportunidade de desenvolver suas habilidades, pois é merecedor da dignidade humana a que tem direito todo e qualquer indivíduo desde os eu nascimento.

A missão do Polo PE/PB, por meio do Projeto MOVA-Brasil, é fazer compreender a importância que esses indivíduos possuem para a sociedade, possibilitando a eles uma nova vida e uma recepção mais humana dentro da sua família e em sociedade.

É assunto de grande polêmica a chamada ressocialização, e não se exaure nestas poucas linhas. Tema tão teorizado e debatido. Todavia, na prática, pouco se tem de concreto, visto que existe o descrédito dentro do próprio sistema, que prende e solta criando um círculo vicioso. Nesse vai e vem de cadeias, presídios e penitenciárias, a punição perde seu papel de ressocializar e passa a punir cada vez mais, quando o correto seria, em vez de punir mais, punir melhor.

Características das turmas nas unidades prisionais

No **Presídio de Igarassu (PIG)** temos duas turmas com um total de 46 educandos. O Presídio foi inaugurado em 2002 e tem capacidade para 426 presos, mas está superlotado, com 2.680 homens, divididos em 13 pavilhões – mais de seis vezes acima da capacidade.



No **Presídio Juiz Plácido de Souza** temos duas turmas com um total de 56 educandos.

Na **Colônia Penal feminina de Abreu e Lima-CPFAL** temos três turmas cada um, com 75 educandos.

No **Presídio ASP – Francisco Marcelo de Araújo – PAMFA**, possuímos uma turma com 25 educandos.

No **Presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barros**, há uma turma com 25 educandos. O núcleo prisional vem desempenhando longo trabalho junto com seus monitores, tendo em vista as dificuldades do próprio sistema, anteriormente explicitadas.

Situação ocupacional: a grande maioria é desempregada e os que estavam exercendo qualquer atividade laborativa têm dificuldade de obter o auxílio-reclusão, a que tem direito por lei;

Profissões: agricultores, catadores de resíduos, servente, vendedores ambulantes, diaristas, auxiliares de cozinha, artesãos, pedreiros, eletricitas, empregadas domésticas e desempregados, muito embora seja grande a atuação em subempregos devido à baixa escolaridade dos presos e a falta de qualificação profissional dos mesmos;

História de vida: as situações encontradas nas histórias dos educandos são recheadas de atribulações e desencontros, sem formação familiar, sem grandes perspectivas de vida, questão de baixa autoestima, tristeza, brigas, sofrimentos que contribuíram muito para a amargura que alguns demonstram. Sendo eles oriundos de famílias desestruturadas, foi para o comumente denominado “ganho fácil” que procuraram direcionar suas vidas. Entretanto, é nesses momentos de descontrole do querer cada vez mais que o caminho é a prisão, como forma de acertar as contas com a sociedade.

A frequência escolar: habitualmente, faltas existem, mas, quando tentamos saber o porquê, alguns alegam doença, faxina, lavagem de roupa, venda de algum tipo de lanche para arranjar dinheiro, ou tristeza devido ao fato de os familiares terem deixado de visitá-lo, ou se encontram apenas no universo carcerário.

As aspirações: percebe-se nitidamente o descrédito em si mesmo, a falta de perspectiva de vida. Acreditam realmente que tudo está perdido. Pela desinformação, alguns apresentam um quadro de não querer mudanças, buscam o abismo em si mesmo, chegando ao fundo do poço. Só depois de muita conversa com o grande grupo é que os



ânimos são restaurados, muito embora o que importa no momento seja a tão sonhada liberdade. Em alguns casos, observa-se um interesse maior em sair “dessa vida” em busca de uma alternativa de vida melhor para si e para os seus. Sabemos da dificuldade de encontrar um trabalho pelo estigma de “ex-presidiário”; esse é um dos fatores preponderantes para voltar a delinquir, porque ninguém quer dar emprego, por não acreditar nem confiar.

O que esperam de bom por meio da alfabetização?

Fazer um “catatau” (bilhete) para a família. Em alguns casos é para saber escrever o nome quando chega um papel do fórum e ler o que está escrito nesse documento.

Sistematização a partir da Leitura do Mundo

A sistematização da leitura do mundo dentro das unidades prisionais ocorrem diferentemente das demais comunidades. Em intervenções pedagógicas, foi debatido com os monitores sobre a importância e refletir com os educandos presos acerca da ideia de comunidade e observar o seu entorno.

A partir disso, os monitores puderam sistematizar a Leitura do Mundo e perceberam que as unidades prisionais são também comunidades, com os mesmos problemas das comunidades comuns: falta de saneamento básico, falta de medicamento, número crescente de doenças venéreas, falta de cuidado na higiene, na alimentação.

Os temas gerados foram baseados justamente nas questões problemáticas evidenciados pelos monitores juntamente com os educandos.

Segundo relatos dos monitores, as matrículas dos educandos, após a formação inicial, em abril de 2013. Em princípio, os futuros educandos mostraram-se meios retraídos, tendo em vista a realidade familiar dos presos. Alguns sequer conheceram o amor da família, não houve uma formação de personalidade em virtude do histórico de cada um, das variadas concepções e conceitos dentro de uma meta que os tornaria pessoas de certo convívio social. Por conta disso, a desconfiança é grande.

É justamente esse indivíduo que merece uma maior atenção, no que concerne trabalhar o homem os aspectos necessários à sua vida em sociedade, passando a



conhecer seus direitos e deveres, com uma visão mais ampla, percebendo a importância de se tornar um cidadão e passar a ser aceito no meio social em que vive.

Alguns se matriculam e não comparecem às aulas. Quando se procura saber o motivo da ausência, alguns confidenciaram que os colegas de cela dizem que é “luza”, “cau”, “171”, ou seja, tudo mentira a respeito da redução da pena, da remição. O que exigiu da equipe pedagógica do Polo PE/PB uma visita para esclarecimentos necessários sobre o projeto MOVA-Brasil, suas parcerias e as implicações legais para a população carcerária.

Dimensões das turmas nas unidades prisionais

Cultural: nas unidades prisionais, vivenciam-se todas as datas comemorativas, ainda que apenas por meio de cartazes, são sempre lembradas. Aulas de artesanato, eventos de artistas locais. Há campos de futebol, cantina, cultos religiosos em dias determinados para os diferentes credos. Geralmente, uma vez por mês (aos sábados), a Pastoral Carcerária está presente para celebração de missa, de acordo com a disponibilidade do padre.

Socioambiental: Coleta de lixo diariamente, e de forma separada, o lixo orgânico do reciclável; possui esgoto; nas celas é imprescindível a higiene diária acordada entre a comunidade (carcerária);

Socioeconômico: a maioria dos educandos pertence a famílias pobres, inclusive com dificuldade financeira para visitarem seus parentes nas prisões.

Exemplos de alguns temas geradores desenvolvidos no sistema prisional a partir da Leitura do Mundo

Direitos Sociais: Educação, Saúde, Trabalho, Lazer, Segurança, Previdência Social, Proteção à maternidade e à infância, Assistência aos desamparados.

Trabalhos realizados em sala de aula

Alguns tópicos trabalhados sob o tema dos direitos sociais



Trabalho



Explicação sobre os direitos do trabalhador. Enfatizando que hoje eles se encontram presos, mas que, ao sair, podem trabalhar e até cursar uma faculdade.

Tudo gira em torno de incentivos

Sabe-se que grande parte desses educandos dentro das unidades prisionais não se sentem motivados a estudar. Dessa forma, os monitores buscaram diversas parcerias a fim de promover a integração dos educandos em sala de aula. Nas unidades foram criadas o Lanche Social: agentes das unidades e pessoas da sociedade contribuem com mantimentos para possibilitar a concretização desse incentivo.

A maioria sofre de hipertensão, hepatite, DTS, HIV. Por conta dessa realidade, além de ações e mobilizações para cuidados com a saúde do educando reclusos, os monitores junto aos diretores das unidades prisionais realizaram ao longo dessa etapa diversas campanhas de vacinação e atendimento médico.





Oficina para construção de lembranças



REFLEXÃO

Confecção do portfólio



Sabendo da importância do portfólio para o educando, as monitoras vêm, juntamente com os mesmos, elaborando a construção desse fundamental instrumento de avaliação e acompanhamento. O portfólio é a porta de entrada para o educando na EJA-



educação de Jovens e Adultos, motivo pelo qual os educandos sentiram-se motivados a refletirem a evolução de sua própria aprendizagem.

Poder contribuir para o crescimento de outras pessoas é uma das melhores coisas que o ser humano pode fazer. O Polo PE/PB vem realizando juntamente com os monitores das unidades prisionais um trabalho de muita dedicação. Apesar dos limites que o próprio sistema impõe ao trabalho pedagógico na prática, o MOVA-Brasil vem conseguindo possibilitar o acesso ao aprendizado da leitura e da escrita para esse educandos.

EDUCAÇÃO

Construção de palavras com colagens em cartelas





Intervenções em favor de educando.



Final do mês de julho do ano em curso, intervenção em favor do educando Celino Alves da Silva. Processo 1216-82-2010-1590 (Vitória de Santo Antão). Solicitada ao Excelentíssimo Juiz Dr. Uraquitan José dos Santos da 1ª Vara Criminal desta Comarca, revisão do processo que concedeu o Competente Alvará de Soltura do réu em tela.

Atualmente o ex-educando Celino Alves da Silva encontra-se trabalhando como servente de pedreiro (informalmente) com o senhor Marcos Antônio da Hora, na mesma cidade. Na semana do preso, a UP Vitória teve a honra de receber Celino Alves da Silva, para participar do culto evangélico, trazendo notícias extra-muros.

Partimos de um pressuposto que o caminho é “ressocializar” o delituoso. Etimologicamente, a palavra significa “voltar a socializar”, muito embora saibamos que a população carcerária, na grande maioria, sequer foi socializada.



Devemos lembrar que, além dos conhecimentos escolares sistematizados pela humanidade, deve haver também ações voltadas à profissionalização, assistência jurídica, valorização humana, preparação da família, que deve estar pronta para recebê-lo (a) de volta após cumprir a pena.

Resta-nos, pois, acreditar que podemos mudar e muito a vida de pessoas, proporcionando oportunidades de aprendizagem a cada dia, com novas perspectivas de grandes mudanças, por entendermos que a situação em que hoje se encontram os presos é um problema social, cabendo ao conjunto da sociedade cumprir sua parcela de responsabilidade no enfrentamento dessa questão. Nesse sentido, cabe a nós, educadores, despertar para transmitir aos educandos habilidades e atitudes positivas para uma nova vida com uma aprendizagem significativa, conforme preceitua Santos (2005, *apud* SALLA, 1999, p. 67): *por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar.*

Núcleo de Vitória I- Vitória da Liberdade

O desenvolvimento da proposta do MOVA-Brasil no Núcleo Vitória da Liberdade, na cidade de Vitória de Santo Antão/PE, gera a oportunidade de crescimento pessoal e profissional dos colaboradores do Projeto e propicia um leque de informações sobre as comunidades onde estão instaladas as turmas, direcionando a todos para uma compreensão do nosso município e um olhar crítico do trabalho executado por nossos gestores e lideranças locais. Além da possibilidade de propiciar alternativas que podem melhorar significativamente a qualidade de vida da população local.

Tudo isso só é possível por conta da concepção de educação e metodológica do Projeto sob os princípios do pensador Paulo Freire, da elaboração e execução do Projeto Eco-Político Pedagógico (PEPP), como o documento que sintetiza todo trabalho desenvolvido em cada sala de aula, em cada núcleo e em todos os espaços onde o Projeto MOVA-Brasil atua.

O PEPP foi construído a partir das formações continuadas no Polo PE/PB e no Núcleo, com o comprometimento monitoras, educandos e comunidade. Um grande desafio, enfrentado e superado frontalmente por todos. O seu desenvolvimento ocorreu



aos poucos e de forma progressiva, sem a clareza integral, mas com a certeza de que o caminho estava adequado ou que, em alguns momentos, deveria ser readequado, e a cara do PEPP foi aparecendo, e com ele, a cara e a alma, se podemos assim dizer, do Projeto Mova-Brasil, no coração da nossa gente, que foi claramente identificada na construção desse precioso instrumento.

Desde o perfil das turmas, com suas especificidades, os valores descobertos em cada educando e o potencial de cada comunidade, bem como, a identificação das nossas limitações e das possibilidades deixadas de lado por gestores descompromissados que desperdiçam em nosso cotidiano, o dinheiro público. E nesse contexto, verificamos a força da informação e da organização, nas diversas ações, que geraram mudanças concretas, melhorias e a nítida possibilidade de que somos capazes, mesmo “sem mandatos” e “sem poder”, mobilizar as autoridades competentes e fazê-los compreender seus equívocos e acertos e sentir na pele o eco do MOVA-Brasil e de todos que o constituem.

O PEPP é um instrumento vivo, que retrata, e na mesma hora, gera necessidades de retificá-lo, pois como as necessidades são mutáveis, subjetivas, igual ao ser humano, inconstante, com suas carências, sentimentos e necessidades permanentes.

MAPA DA CIDADE





Caracterização do território

Área:	379,54 km²
IDHM 2010:	0,640
Faixa do IDHM:	Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699)
População (Censo 2010):	129.974 hab.
Densidade demográfica:	343,94 hab/km²
Microrregião:	Vitória de Santo Antão
Mesorregião:	Mata Pernambucana

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Vitória de Santo Antão foi 0,640, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,183), seguida por Longevidade e por Renda.

Vitória de Santo Antão ocupa a 3291^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3290 (59,12%) municípios estão em situação melhor e 2.275 (40,88%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 185 outros municípios de Pernambuco, Vitória de Santo Antão ocupa a 29^a posição, sendo que 28 (15,14%) municípios estão em situação melhor e 157 (84,86%) municípios estão em situação pior ou igual.

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE AS TURMAS:

	TURMA	MONITORA	ENDEREÇO	TEMAS GERADORES
01	CONCEIÇÃO	SANDRA MARIA R. LESSA DE ANDRADE	Rua Lot. Conceição II, s/nº - Conceição II – Vitória–PE	MEIO AMBIENTE E SAÚDE
02	FIGUEIRA	FABIANA MARIA DA PAIXÃO	Sítio Figueira, 167 – Zona Rural – Vitória – PE	SAÚDE E MEIO AMBIENTE
03	OITEIRO II	HILDA PAULA DE	Rua Severino de Lemos	MEIO AMBIENTE E

120



		SOUZA LIMA	nº 32 – Sala 02 -Zona Rural – Vila Oiteiro – Vitória – PE	INFRAESTRUTURA
04	OITEIRO	IOLANDA MARIA DE SOUZA	Rua Severino de Lemos nº 32 – Sala 01 - Zona Rural – Vila Oiteiro – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
05	LIDIA QUEIROZ	CINTIA MARIA PEREIRA NASCIMENTO DA SILVA	Av. Henrique Serafim, 103 – Lídia Queiroz – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE
06	MARIO BEZERRA	MARIA GONÇALVES ALVES SOUZA	Rua Santa Clara, 86 – Lot. Mário Bezerra, Vitória-PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
07	CHÃ DE SERRARIA	MONICA PATRICIA OLIVEIRA SANTANA	Sítio Chã de Serraria, s/nº - Chã de Serraria – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
08	BORGES	ANA PAULA DE SOUZA SILVA	Rua Francisco Damásio, 96 – Borges – Vitória - PE	MEIO AMBIENTE E SAÚDE
09	JARDIM IPIRANGA	MARIA LUCIENE DO NASCIMENTO	Rua José do Patrocínio, 30 – Sala 01 - Jardim Ipiranga – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
10	JARDIM IPIRANGA II	ADRIANA CECILIA DOS SANTOS	Rua José do Patrocínio, 30 – Sala 02 - Jardim Ipiranga – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
11	JARDIM IPIRANGA III	CLAUDENE MAXIMINO DA ROCHA ALVES	Rua Valdemar Lino Chaves, 100 – Jardim Ipiranga, Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E SAÚDE
12	CACHOEIRINHA	MARIA JOSÉ SANTOS DA ROCHA	Engenho Cachoeirinha, s/n – Zona Rural – Vitória - PE	SAÚDE E INFRAESTRUTURA
13	CONCEIÇÃO II	CARLA VALÉRIA TAVARES DA SILVA	Rua Lot. Conceição II, s/nº - Conceição II – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E SAÚDE
14	MARIO BEZERRA II	ELIZABETE LAURA DOMINGOS	Quadra 47 nº 85 – Mario Bezerra – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
15	VILA UNIÃO	CICLEIDE CABRAL DE OLIVEIRA	Rua Eugenio Cunha s/nº - Vila União – Vitória – PE	MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA



DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE OS EDUCANDOS

TURMA	EDUCANDOS CADASTRADOS	EDUCANDOS FREQUENTES	FAIXA ETÁRIA	NÍVEIS DE APRENDIZAGENS
CONCEIÇÃO	31	20 4 - homens 16 - mulheres	17 a 29 = 02 30 a 59 = 15 + 60 = 03	Pré-silábico - 03 Silábico - 10 Silábico Alfabético - 03 Alfabético - 04
FIGUEIRA	25	24 10 - homens 14 - mulheres	17-29 = 08 30-59 = 16 + 60 - 00	Pré-silábico - 15 Silábico - 04 Silábico Alfabético - 02 Alfabético - 03
OITEIRO II	28	24 6 - homens 18 - mulheres	17-29 - 07 30-59- 17 + 60 - 00	Pré-silábico - 07 Silábico - 09 Silábico Alfabético - 08 Alfabético - 00
OITEIRO	28	20 6 - homens 14 - mulheres	17-29 - 06 30-59- 14 + 60 - 00	Pré-silábico - 08 Silábico - 05 Silábico Alfabético - 07 Alfabético - 00
LIDIA QUEIROZ	20	20 3 - homens 17 - mulheres	17-29 - 05 30-59- 14 + 60 - 01	Pré-silábico - 10 Silábico - 03 Silábico Alfabético - 00 Alfabético - 07
MARIO BEZERRA	28	28 12 - homens 16 - mulheres	17-29 - 08 30-59- 15 + 60 - 05	Pré-silábico - 04 Silábico - 10 Silábico Alfabético - 04 Alfabético - 10
CHÁ DE SERRARIA	27	23 7 - homens 16 - mulheres	17-29 - 00 30-59- 23 + 60 - 00	Pré-silábico - 00 Silábico - 08 Silábico Alfabético - 00 Alfabético - 15



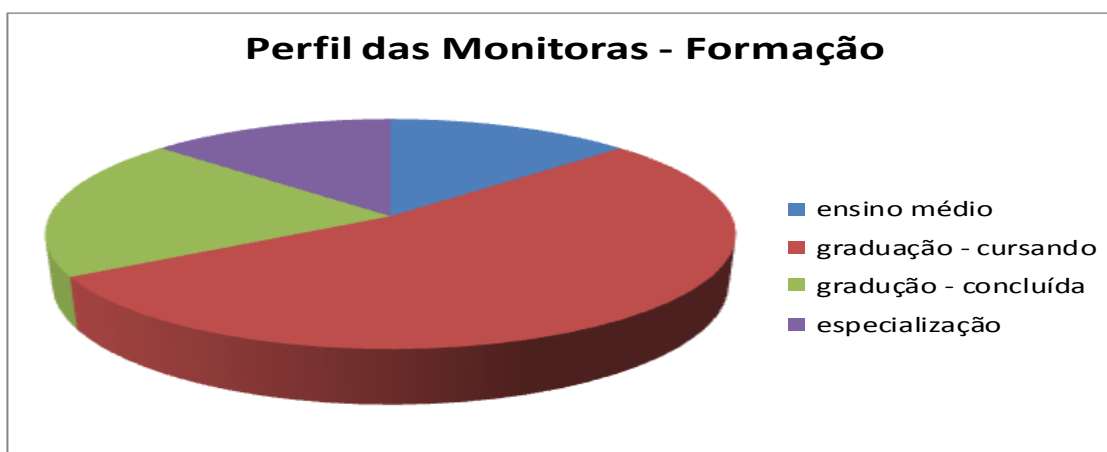
BORGES	26	22 0 – homem 22 - mulheres	17-29 – 02 30-59- 15 + 60 - 05	Pré-silábico - 02 Silábico – 10 Silábico Alfabético -05 Alfabético – 05
JARDIM IPIRANGA	31	24 5 – homens 19 – mulheres	17-29 – 04 30-59- 15 + 60 - 05	Pré-silábico – 09 Silábico – 15 Silábico Alfabético - 00 Alfabético – 00
JARDIM IPIRANGA II	29	28 10 - homens 18 - mulheres	17-29 – 08 30-59- 12 + 60 - 08	Pré-silábico – 10 Silábico – 10 Silábico Alfabético -00 Alfabético – 08
JARDIM IPIRANGA III	25	21 5 – homens 16 – mulheres	17-29 – 05 30-59- 12 + 60 - 04	Pré-silábico - 02 Silábico – 05 Silábico Alfabético - 08 Alfabético – 06
CACHOEIRINHA	30	30 13 – homens 17 – mulheres	17-29 – 07 30-59- 13 + 60 - 10	Pré-silábico – 00 Silábico – 07 Silábico Alfabético - 20 Alfabético – 03
CONCEIÇÃO II	25	21 5 – homens 16 – mulheres	17-29 – 04 30-59- 11 + 60 - 06	Pré-silábico - 06 Silábico – 05 Silábico Alfabético - 05 Alfabético – 05
MARIO BEZERRA II	25	18 3 – homens 15 - mulheres	17-29 – 02 30-59- 10 + 60 - 06	Pré-silábico -01 Silábico – 09 Silábico Alfabético - 03 Alfabético – 05
VILA UNIÃO	20	18 4 – homens 14 - mulheres	17-29 – 02 30-59- 16 + 60 - 00	Pré-silábico - 04 Silábico – 11 Silábico Alfabético - 00 Alfabético – 03



TOTAIS	398	341	17 – 59 – 70 30-59 – 218 + 60 – 53	Pré-silábico – 81 Silábico – 121 Silábico Alfabético- 65 Alfabético – 74
		93 – homens (27,28%)		
		248 – mulheres (72,72%)		

DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS EDUCADORAS

O Núcleo, denominado Vitória da Liberdade é integralmente composto por mulheres, monitoras e coordenadora, resultante do processo democrático de seleção, realizado pelo Polo PE/PB e pelo representante da Coordenação Pedagógica Nacional. Todas as colaboradoras são de cor parda, com exceção de duas monitoras que evidenciam a cor negra, com uma miscigenação que espelha a realidade da nossa região, diferenciadas pela cor dos olhos, cabelos, sotaque, biótipo, dependendo do local de nascimento e de onde viveram e vivem, demonstrando a influência da realidade local. 60% das monitoras têm origem no campo e 40% na cidade, com histórico vinculado à educação e ao trabalho comunitário. Com relação à formação, vejamos o gráfico a seguir.



diretrizes do Projeto MOVA-Brasil, o núcleo realiza formação semanal continuada, às sextas-feiras, na qual ocorre uma permanente revisão da forma e da metodologia de ensino

C
omo
orienta
m as



e verificam-se as possibilidades de novos conhecimentos, gerando uma troca permanente da experiência e um aprendizado a partir da realidade local. Com as provocações dos educandos e da comunidade, aprimorada pelas formações bimestrais do Polo, em que os coordenadores socializam suas experiências e necessidades.

Nesse processo de formação do Núcleo de Vitória, vale destacar que a Coordenadora local, Rosilene Martins Pereira Félix, é pós graduada em história e com uma experiência de magistério (fundamental) de quase vinte anos na rede pública municipal, contribui de forma significativa com o desenvolvimento do Projeto na comunidade.

SISTEMATIZAÇÃO DA LEITURA DO MUNDO

O Núcleo vivenciou, a partir da leitura do mundo inicial dos educandos, uma reflexão do modo de como viviam as comunidades. Respeitando esses achados e com esse referencial, de forma organizada e planejada, executaram as incursões, extraíndo todo o potencial e dificuldades para pontuarem os temas geradores, como descritos no quadro demonstrativo das turmas. Foi um momento rico e ao mesmo tempo desafiador, que proporcionou importantes aprendizagens para todas as pessoas envolvidas, nas diferentes dimensões do Projeto, com se pode verificar a seguir.

DIMENSÕES

CULTURAL: A população sofre uma influência direta da mídia regional, nacional e até internacional, através dos meios de comunicações, inclusive da telefonia móvel, muitas vezes se afastando da realidade local. Apesar dessas constatações, extraímos muitas experiências interessantes. Revelamos muitos artistas da comunidade, cantores, instrumentistas, dançarinos, artesãos, repentistas, tocadores e esportistas. Constatamos que o apoio governamental é praticamente inexistente, sendo as iniciativas da própria comunidade, que se organizam para propiciar um tabuleiro para as apresentações. As iniciativas são tomadas, quase em sua totalidade como meio de sobrevivência, complementando a renda familiar.

A história da comunidade e da cidade é pouco conhecida, apesar de ter um marco referencial muito significativo que é a Batalha das Tabocas, registro ocorrido em 1645, no



dia 03 de agosto, no qual os pernambucanos travaram com os holandeses a primeira batalha que gerou a sua expulsão do Brasil.

Sem esquecer das ligas camponesas, que é uma referência importantíssima e primeira, da luta pela reforma agrária brasileira, vivenciada a partir de Galileia, com o apoio genuíno da população, que buscou alternativas para melhorar suas vidas. Apesar da importância desses fatos históricos, nada disso sequer é lembrado nas escolas. Nossos gestores pouco fizeram para modificar a dura realidade local e o povo, na sua criatividade, encontra as mais diferentes alternativas, a exemplo da religião.

É nesse quesito que se encontra um destaque significativo, com relevância para a igreja católica, apesar de constatação de outras igrejas e práticas, como a protestante, que também possui significativa participação, além da prática de terreiros de umbanda existentes na comunidade. Há muitas festas dos padroeiros em cada comunidade: São Sebastião, São José, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Livramento e do padroeiro da cidade: Santo Antônio. São manifestações religiosas muito praticadas em todas as comunidades.

Constatamos também, a inexistência de equipamentos culturais: teatros, cinemas, rádios comunitárias, a exceção de uma localizada na comunidade do Lídia Queiroz, uma rádio gerenciada exclusivamente pela comunidade, e sem nenhum investimento dos governantes. E talvez por isso, os índices de violência se alastram bastante, inclusive contra as mulheres, tudo calcado predominantemente no alcoolismo, e na utilização das drogas, especialmente o crack.

SOCIAL: Foi constatado através das incursões que há muitas famílias que vivem do bolsa família. Porém, há também algumas que, por um problema de administração local, burocracia ou até mesmo politicagem, ficaram fora desse programa social. Constatamos também, a presença de muitos casos de gravidez na adolescência. Vimos que as práticas religiosas mais frequentes são as missas e festas dos padroeiros dos bairros e cidade, características do catolicismo, enquanto os evangélicos, participam assiduamente dos cultos de orações, jornadas para jovem, que, inclusive, afastam diariamente os estudantes MOVA-Brasil da sala de aula. Constatamos também os terreiros de umbanda, mas vimos que não há uma participação efetiva da comunidade e que há um pré-conceito social em aceitar esse tipo cultura. Evidenciamos um grande déficit habitacional na cidade, não havendo



investimentos planejados, pois os programas governamentais federal não são executados pelo poder público, ou seja, não há interesse.

O número de pessoas com água potável encanada é muito pequeno e algumas famílias estão se contaminando, tomando qualquer tipo de água. Há associações de moradores na maioria das comunidades. Todavia, ficou constatado que poucos comunitários participam desse órgão tão importante, pois este, em muitas vezes, não lhes representa efetivamente, por estar, quase sempre, atrelado ao governo municipal, e não, lutando em prol dos comunitários. Existem sindicatos dos trabalhadores da educação (SINDIVISA), desenvolvendo um trabalho voltado para os professores, e sindicatos dos trabalhadores rurais, que antagonicamente, vem defendendo interesses voltados para os líderes do mesmo.

POLÍTICA: Há um diagnóstico de uma concentração do poder público, manutenção das tradicionais forças políticas, usando o povo como “massa de manobra”, ou seja, boa parte das comunidades depende frequentemente de “favores políticos”. Nossas escolas municipais funcionam no ensino regular (1º ao 9º ano), em salas de aulas localizadas na periferia e foram observadas precariedades no que diz respeito a falta de merenda, má conservação do patrimônio e falta de professores. Ficou registrado o descaso com os estudantes de EJA, sendo constatado o nucleamento de salas de Educação de Jovens e Adultos, dificultando o deslocamento desses estudantes para o centro da cidade. Foi observado também, que, em geral, há uma omissão da população em participar da boa política, ou seja, movimentos sociais, sindicatos, associações, grupos de mulheres e etc. O MOVA Brasil está incentivando essa participação, por meio da metodologia “revolucionária” de Paulo Freire, para que se possa gerar a verdadeira mudança social.

ECONOMICA: Em Vitória de Santo Antão, nos últimos quatro anos, estamos recebendo instalações de diversas empresas. A oferta de emprego e a geração de renda tiveram um crescimento significativo, mas, a qualificação da mão de obra é escassa. Nossos jovens e adultos que não foram ou deixaram de ir à escola encontram dificuldades para entrar neste mercado. No comércio, grandes redes estão sendo instaladas na mesma lógica das indústrias. Na agricultura, constata-se uma grande produção de produtos hortifrutí, mas não há investimentos na infraestrutura da cidade, faltando água, estradas melhores, transportes coletivos, escolas técnicas e especializadas. Dentro desse contexto, diagnosticamos uma



precária renda dos moradores dessas comunidades(onde o projeto se instalou), composta de agricultores, catadores de resíduos, servente, moto-taxista, vendedores ambulantes, diaristas, auxiliares de cozinha, artesãos, aposentados, pedreiros, eletricitas, empregadas domésticas e desempregados, dependentes do bolsa família.

AMBIENTAL: A cidade não tem uma legislação ambiental; desmatamento acentuado; o Rio Tapacurá sofre com poluição aguda; os mananciais não são protegidos; a nascente do Rio Tapacurá não é protegida; a cidade possui 30% de saneamento básico; não há aterro sanitário, não há tratamento para o lixo doméstico, industrial, e hospitalar; a população não separa o lixo; não há educação voltada para esse seguimento nas escolas públicas; quando o lixo não é recolhido imediatamente, ele é espalhado por animais que vivem nas ruas, gerando a proliferação de doenças. Inclusive, foi tomada a iniciativa de campanhas educativas, através dos educandos do Projeto MOVA-Brasil; há uma utilização enorme de agrotóxicos, contaminação com o chorume nos produtos agrícolas, especialmente na comunidade de Natuba e Oiteiro, há muitas queimadas na cidade. Com a chegada das empresas, ocorreu desmatamento e aterramento sem qualquer compensação ambiental; as praças perderam árvores centenárias e muitos bares foram instalados.

AS FESTAS CIDADÃS

A Sistematização da Leitura do Mundo culminou com a realização das Festas Comunitárias Cidadãs em diversas comunidades onde funcionam o Projeto Mova-Brasil. o núcleo de Vitória da Liberdade se destacou nessa demanda do projeto. Foi uma oportunidade de apresentar a proposta do nosso Projeto, conhecer melhor a população da nossa cidade, e oferecer tudo o que foi construído ao longo das incursões. O resultado foi enriquecido pela participação de diversos segmentos organizados da cidade: associações, igrejas, movimentos, esportistas, prefeitura local, sindicatos, profissionais liberais, empresários, e todos os colaboradores do Mova-Brasil. Essa troca enriqueceu nossas monitoras, coordenadora, educandos, e ofertou às comunidades um instrumento de luta e busca das melhorias que todos necessitam. Foi um verdadeiro retrato do descaso das autoridades constituídas e também da inércia e em parte, da população, que necessita de mais organização para gerar as melhorias das condições de vida.



PLANO DE AÇÃO: Problemática vivenciada na comunidade Jardim Ipiranga, relacionada a alagamentos em períodos de chuva: entupimentos de esgotos.

Ação: Reunião com educandos e moradores que definiram uma comissão para falar com o poder público municipal. Foi cobrada a limpeza dos esgotos, e foi realizada com sucesso.

Após a Festa Comunitária Cidadã, os educandos se organizaram, exigindo do representante local, vereador, uma ação para reabrir o chafariz da comunidade Jardim Ipiranga. A defesa civil compareceu e foi prometido realizar o pedido, que por sua vez, ainda não foi concretizado. Porém, os educandos e moradores já estão planejando uma nova ação.

Na comunidade Mário Bezerra, os moradores estavam colocando o lixo em horários e dias divergentes da data prevista para a coleta. Isso estava gerando problemas de saúde na comunidade. A monitora, os educandos e o conselho de moradores realizaram uma ação de conscientização da população, realizando um “porta a porta”, entregando panfleto, informando os dias oficiais da coleta do lixo.

Na turma Engenho Cachoeirinha, monitora e educandos, em parceria com a associação de moradores estão realizando curso de pintura em tecido com a finalidade de geração de renda.

A monitora e os educandos do engenho se mobilizaram e fizeram uma horta comunitária. Após longa discussão sobre o tema gerador saúde/doença na Comunidade Figueira, surgiu a proposta de mobilizar educandos e comunidade para retirar o lixo hospitalar da comunidade. A proposta foi aceita pelos educandos. Formou-se uma comissão que, junto à associação de moradores, está realizando um abaixo assinado para ser encaminhado ao poder público local.

A comunidade do Oiteiro estava sem água, devido a contas de energia atrasadas (funcionamento do motor de água), assim sendo, foi realizada uma reunião na escola. Os educandos, a monitora e o presidente da associação convidaram o secretário de administração da prefeitura para participar. A partir daí, foram cobradas providencias. As contas foram pagas e a comunidade voltou a ter água.

A turma do Oiteiro participou de uma palestra com agrônomos do IFPE, sobre os agrotóxicos utilizados nas plantações e a medicina alternativa.



A comunidade do Oiteiro tem uma grande caixa d'água, porém sem condições de uso, devido ao acúmulo de sujeiras. A turma se mobilizou para realizar a limpeza da caixa d'água, gerando qualidade de vida para os moradores.

Educandos participaram junto com a monitora do Mário Bezerra e do Loteamento Conceição das conferências municipal sobre meio ambiente(resíduos sólidos) e cultura. Vale salientar, que uma educanda foi eleita delegada para participar da conferência estadual do meio ambiente, que será realizada em setembro

Os educandos de vila união, junto a monitora, realizaram um abaixo-assinado e entregaram ao secretário de meio ambiente na conferência municipal para realizar a limpeza do rio, bem como exigir o saneamento básico para a comunidade.

Após discursão em sala sobre doenças, educandos reclamaram o fato de a comunidade não possuir um PSF (posto de saúde da família.). Resolveram então, convidar o presidente do conselho de moradores para participar de reunião na sala e ouvir às dificuldades dos educandos. Foi sugerida uma comissão de educandos para participar da próxima reunião do conselho municipal de saúde, onde foram levantadas as propostas e reivindicações, que foram levadas para a reunião. Após várias participações da comissão em reuniões com o conselho, chegaram à conclusão de que em 18 meses a comunidade loteamento conceição II irá receber um PSF. Até lá, foi disponibilizado um espaço para atendimento provisório dos moradores.

Os educandos da comunidade Chã de Serraria participaram de uma mobilização em parceria com o IFPE no plantio de árvores nativas. Todas as turmas participaram de oficinas com materiais recicláveis, na perspectiva de desenvolver futuras ações relacionadas à economia solidária.

HISTÓRIA DE VIDA DOS EDUCANDOS E SEUS SONHOS

O histórico de vida dos educandos, em geral, é muito semelhante. O retrato tirado das turmas pelas monitoras denota que a cultura praticada pelas famílias e a necessidade financeira pela sobrevivência determinava a forma e o tempo do aprendizado, para mulheres e homens.

Os homens tinham que trabalhar logo cedo, contribuindo para compor a renda familiar, ajudar o pai porque “homem tem que manter sua família”. Com essa realidade, os



estudos teriam que ficar para depois, pois o mais importante era “ganhar dinheiro”. Já as mulheres não podiam estudar para não aprender a ler e escrever, pois, dessa forma, poderiam se comunicar com mais facilidade e arrumar namorado. E também tinham que cuidar da casa e dos irmãos, pois “mulher tinha que cuidar da casa”. Com essa lógica, não tinham como estudar, ter uma educação.

No campo essa realidade era mais difícil, pois os hábitos mais conservadores e violentos, especialmente para as mulheres, que eram surradas pelos pais. Os filhos cresciam diante dessa realidade, e quando se casavam, mantinham a mesma prática.

No imaginário das mulheres tinha que ser desse jeito, “era normal”. Para se livrar disso tudo, casavam-se cedo, aos 14, 15 ou 16 anos de idade, e não tinham mais condições de irem para a escola. É uma mistura de machismo, dependência e ignorância, inclusive, pela falta de educação.

Os educandos e educandas do Núcleo de Vitória da liberdade, mesmo depois de muito tempo, criaram coragem de quebrar com essa história, romper com o passado, e ultrapassar a barreira para a condução da liberdade, com o desejo de aprender, apesar da formação recebida. Decidiram ultrapassar essa barreira, resolveram estudar, aprender, e conhecer um mundo que nunca imaginaram, e se deparam com o carinho e compromisso dos colaboradores do MOVA-Brasil que, baseados em Paulo Freire, buscam a vida com felicidade.

Núcleo de Vitória II- Alexina Crespo

IDENTIFICAÇÃO

Turmas: Bela Vista; GAPES; Sítio do Meio; Vila União; Dique; Cajueiro; Lidia Queiroz; Tancredo Neves; Cidade de Deus; Real Vitoria; Rui Barbosa; Pombos; Matadouro; Olivia Carneiro; Balança; Escola Ana Gomes.

Endereços das reuniões: Focus Eventos (sede) R. Capitão Ricardo 57 –Vitoria S.Antão

Coordenador local: Beatriz Cássia da Silva

Quadro 01



Monitores	Turmas	Endereços residencial.
ADRIANA DE SANTANA NEPOMUCENO	BELA VISTA	Rua Da Vitória, 18 (A) Alto da Balança.
ANDREZA KAROLINE B. DA SILVA ABREU	GAPES	Rua Santa Clara, 64 – Quadra 45 – Mario Bezerra.
CYNTIA DE OLIVEIRA FREITAS	SITIO DO MEIO	II Travessa do Maranhão, 60 – Redenção.
EDILMA MARTINS F. DE OLIVEIRA.	DIIQUE	Rua Do Maranhão, 88 – Redenção.
EDJANE MARIA DOS SANTOS	VILA UNIÃO	III Tr. Cônego Américo Vasco, 06 – Matriz
FABIOLA GUEDES FERREIRA	CAJUEIRO	Rua da CAGEPE, 70 – São Paulo/Maués.
ITALANÉZ JOSÉ SIQUEIRA	NA GOMES	Quadra 01 nº16 Iraque 02
LUCICLEIDE RODRIGUES DA S. MELO	TANCREDO NEVES	Rua 07, nº 16 – Adélio de Andrade- Tancredo Neves- Lídia Queiroz
MARCIA DOLORES DO NASCIMENTO	CIDADE DE DEUS	Rua 04, Nº 1100 - Alto José Leal.
MAURICÉIA FÉLIX DA SILVA	REAL VITORIA	Rua Santa Clara, 55– Quadra 47 – Mário Bezerra.
ROSEANE DA ROCHA LIRA LIMA	POMBOS	Loteamento Capitão Manoel Gomes d’Assunção, 51 - Pombos
ROSEMARY HONORATO DE SANTANA	MATADOURO	Rua Doutor Joaquim de Oliveira Melo
ROSEMARY MARIA DA S. LOPES	RUI BARBOSA	Rua: II Travessa Capitão Manoel Gomes D’Assunção, 20 – Pombos.
SEBASTIÃO PEREIRA DA CRUZ	LIDIA QUEIROZ	Rua “D” nº 204, Lidia Queiroz Vitória de Santo Antão
SELMA MARIA DE SOUZA BEZERRA	LIVIA CARNEIRO	Rua Osvaldo Santiago, 651 – Maués.



O Projeto MOVA-Brasil em Vitória de Santo Antão veio através do articulador Aristides Joaquim Felix Junior, com apoio do deputado federal Fernando Ferro, que perceberam o altíssimo índice de analfabetismo da população vitoriense e cidades circunvizinhas.

Nesta terceira etapa do Projeto no município, atividade escrita sobre gestão compartilhada, prática pedagógica, concepções docentes e sociais. Além de entrevista com as mesmas temáticas e análise do currículo, apresentou-se a listagem dos selecionados em reunião com o articulador e as futuras coordenadoras, também selecionadas. Assim, todos sabiam que o próximo passo seria formar a turma e se preparar para a Formação Inicial em Carpina, que também tinha caráter avaliativo.

No cadastramento, as monitoras foram às casas de cada educando, conversando e reacendendo o desejo de aprender e a necessidade de tomar as rédeas do seu próprio destino, priorizando o conhecimento. Nos bairros mais afastados do centro houve maior número de cadastramentos devido à distribuição das turmas da EJA em duas escolas no centro da cidade. No primeiro mês foram cadastrados 308 educandos, havendo rotatividade destes até a presente data; sendo acrescido nos meses seguintes, especialmente após a realização das Festas Comunitárias Cidadãs.

No entanto, duas turmas do Vitoria 02 - Alexina Crêspo tiveram que ser fechadas, uma, por falta de educando, e a outra, por incompatibilidade horário da monitora. Apesar dos esforços da coordenação do núcleo e da monitoras, não foi possível superar o problema.

Os planejamentos pedagógicos seguiram a dinâmica proposta pelo Projeto MOVA-Brasil, com planos semanais definidos coletivamente, e a vivência dos conteúdos em sala seguiram pautados na Leitura do Mundo inicial, constituída:

- Da organização para a incursão a campo (percorrer a comunidade com olhar pesquisador);
- Da definição das equipes;
- Do roteiro da visita;
- Da problematização das novas percepções;
- Da preparação do material a ser apresentado na ocasião da Festa Comunitária Cidadã.



- Da realização da Festa Comunitária Cidadã, com a participação lideranças comunitárias, autoridades da administração pública municipal, vendedores locais e parceiros

Por ocasião da Incursão a campo, o grupo se manteve unido até ao ponto de uma turma de uma comunidade distante (Vila União) se deslocar até a comunidade do Cajueiro para incentivar e conquistar novos educandos porque muitos se cadastraram, mas não estavam frequentando às aulas. As turmas permanecem unidas.

Um ponto comum a todas as observações das incursões realizadas no turno noturno foi a dificuldade de se registrar com fotografias as ruas escuras das comunidades. As monitoras em questão desenvolveram a estratégia de retornar ao local para fazer novos registros. A Festa Comunitária Cidadã: *Integrando saber e Comunidade* aconteceu em 06 (seis) blocos e agregou turmas do outro núcleo – Vitória 01, conforme quadro a seguir.

BAIRRO	TURMAS	LOCAL DO EVENTO	PRESENCAS
Cidade de Deus	Cidade de Deus/ Olivia Carneiro	Associação dos Moradores da Cidade de Deus	Educandos, Comunidade de Bonança, Cidade de Deus, presidência da Associação dos Moradores, parceira do MOVA – Carmem Maria, Articulador e coordenador Local.
Pombos	Pombos/Rui Barbosa	Praça Central de Pombos	Educandos e monitores das turmas Sítio do Meio e Dique, Comunidade de Pombos, presidência da Associação dos Moradores, Grupo de dança cultural – quadrilha, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Representante do poder Legislativo Municipal, educadores da Escola Estadual, Articulador e coordenador Local.



Lidia Queiroz	Tancredo Neves/Sítio do Meio/Dique	Pátio da Feira Livre do Lidia Queiroz	Educandos e monitores das turmas: Cajueiro, Rui Barbosa, Pombos Comunidade de Vitoria de Santo Antão, representantes da cultura local, banda de sanfoneiro, fundadores do bairro, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Representante do poder Legislativo e Executivo – vice-prefeito Municipal, parceira do MOVA – Carmem Maria e coordenador Local.
Cajueiro	Cajueiro	Pátio da Escola Santo Yves	Educandos e monitoras das turmas: Tancredo Neves, Sítio do Meio, coordenador Local e parceira do MOVA – Carmem Maria.
Lar Espírita São Francisco	Bela Vista juntamente com turma da Vitória 01	Pátio de Eventos Lar Espírita São Francisco Alto do Reservatório	Educandos e monitoras das turmas: Cajueiro, GAPES, Real Vitoria; Vila União, Tancredo Neves, coordenadoras do Vitoria 01 e 02, cantor da comunidade, Articulador Local e parceira do MOVA – Carmem Maria e prestadores de serviço no Lar.
Mario Bezerra	GAPES/ Real Vitoria e 02 turmas do Vitoria 01	Pátio da igreja católica São Sebastião – Mario Bezerra	Educandos e monitoras das turmas: Sítio do Meio, Turma da Vitoria 01- Conceição II, Dique, Iraque II, coordenadoras do Vitoria 01 e 02, grupo cultural local, Articulador Local, parceira do MOVA – Carmem Maria e prestadores de serviço no Lar.
Vila União	Matadouro/Vila União e 01 turma do Vitoria 01.	Praça Publica da V. União.	Educandos, monitoras, coordenadoras do Vitoria 01 e 02, grupo cultural local: melhor idade, Articulador Local e parceira do MOVA – Carmem Maria.
Lidia Queiroz	Lidia Queiroz e 01 turma do Vitoria 01	Rua “D” nº 204, Lidia Queiroz Vitória de Santo Antão	Educandos e monitoras das turmas: Sítio do Meio, Dique, Iraque II, Tancredo Neves, Cajueiro, Pombos, Rui Barbosa, Cidade de Deus, coordenadoras do Vitória 01, grupo cultural local, cantores juvenis, Articulador Local.



Iraque II	Pátio de Exposição de Animais	Conceição II	Educandos, Representante da Comunidade, cantoras da igreja evangélica, grupo cultura local, parceira do MOVA – Carmem Maria e coordenadora Local.
-----------	-------------------------------------	--------------	---

No mesmo ânimo realizaram-se 05 (cinco) oficinas de emprego e renda (ver quadro 03) com todas as turmas do Vitória 02 - Alexina Crêspo, com apoio de parceiros locais, entendendo a reciclagem como política coletiva de preservação do meio ambiente. Para algumas turmas, as oficinas foram oportunidade de passear, conhecer outros colegas, levar solidariedade e conhecimento. Por fim, a atividade foi muito bem recebida pelos educandos e continuou nas salas de aula, com a revelação de talentos mais incentivos para os educandos.



Oficinas	Parceiros	Turmas envolvidas
Jarros com embalagens tetra Pack, massa corrida, papel de presente, cola branca, pinceis, tesoura e fita crepe.	Carmem Verônica (Artesã do Município de Moreno - PE) Carminha (monitora do MOVA – Brasil – Presídio)	Cajueiro, Vila União Matadouro
Pratos com craquelê, vaso de embalagem tetra Pack e vassoura de garrafa peti.	Monitoras e artesã local	Cidade de Deus Olivia Carneiro
Flores de tecido com chocolate.	Monitora Mauriceia e educandas.	GAPES, Turma Real Vitoria, Bela Vista
Espantalhos, tartaruguinhas de garrafa peti, relógio de cd.	Monitoras das turmas envolvidas	Tancredo Neves, Sitio do Meio, Dique
Cinzeiro de palito de picolé	Educandos	Rui Barbosa, Pombos
Carteira de garrafa tetra pack, cortina de retalhos, planta suspensa de garrafa peti	Educandas	Iraque II
Jarro com garrafa peti.	Monitora do Vitoria 01	Lidia Queiroz

Em julho foram realizadas mais duas ovas Festas Comunitárias Cidadãs e o Seminário de Práticas, que mobilizou o núcleo em cinco encontros extras, sob cronograma definido coletivamente (Ver Quadro 04), para orientação e/ou revisão do material que se pretendia apresentar.

A FACOL – Faculdade Osman Lins foi o palco para apresentação e avaliação sob o olhar da professora da disciplina de EJA do curso de pedagogia, Lindinalva Queiroz nas turmas do turno vespertino e noturno. Após apresentação, e avaliação das praticas apresentadas, foram entregues lembrancinhas e um panfleto informativo sobre conceitos básicos da metodologia freiriana do Projeto MOVA – Brasil oferecido pela coordenação de núcleo.

Quadro 04



Monitores	Dia	Horário	Local
ADRIANA DE SANTANA NEPOMUCENO	28/07	14h às 15h	Focus Eventos
ANDREZA KAROLINE B. DA SILVA ABREU	28/07	19h às 20h	Focus Eventos
CYNTIA DE OLIVEIRA FREITAS	28/07	20h às 21h	Focus Eventos
EDILMA MARTINS F. DE OLIVEIRA.	01/08	16h às 17h	Esc. Olivia Carneiro
EDJANE MARIA DOS SANTOS	25/07	13h às 17h	Casa de Carmem
FABIOLA GUEDES FERREIRA	27/07	17h às 19h	Esc. Olivia Carneiro
ITALANÉZ JOSÉ SIQUEIRA	27/07	15h às 17h	Esc. Olivia Carneiro
LUCICLEIDE RODRIGUES DA S. MELO	28/07	15h às 16h	Focus Eventos
MARCIA DOLORES DO NASCIMENTO	01/08	17h às 18h	Esc. Olivia Carneiro
MAURICÉIA FÉLIX DA SILVA	31/07	18h às 19h	Focus Eventos
ROSEANE DA ROCHA LIRA LIMA	20/07	14h às 15h	Esc. Olivia Carneiro
ROSEMARY HONORATO DE SANTANA	28/07	16h às 17h	Focus Eventos
ROSEMARY MARIA DA S. LOPES	20/07	15h às 16h	Esc. Olivia Carneiro
SEBASTIÃO PEREIRA DA CRUZ	27/07	13h às 15h	Esc. Olivia Carneiro
SELMA MARIA DE SOUZA BEZERRA	28/07	17h às 18h	Focus Eventos

Na organização da apresentação por sorteio, o monitor que faria a abertura foi incumbido de apresentar o projeto aos participantes, desde a forma de indicação, seleção, metodologia, historicidade e objetivos do MOVA–Brasil.



No turno vespertino contamos com 09 (nove) apresentações por ter um horário mais longo e nenhuma dificuldade para o retorno aos lares de cada um. No turno da noite, tivemos 06 (seis) apresentações encerrando com música, flores produzidas pelos educandos e panfleto.

O trabalho sério, comprometido e envolvente dos monitores e educandos deste grupo recebeu reconhecimento social, sendo pré-convidados para a jornada pedagógica do curso normal médio remanescente na rede municipal, além de se reafirmar vaga no Fórum Regional de EJA, culminando com a indicação de uma das monitoras para representar, como delegada o MOVA - agora com vaga garantida nos Fóruns Estaduais de EJA.

TEMA GERADOR

A leitura de mundo inicial, incursão a campo a leitura mediada pelas problematizações despertou no grupo de monitores do Vitória 02 – Alexina Crêspo o desejo de se definir um tema gerador que conseguisse traduzir a diversidade de dificuldades enfrentadas pelos educando em suas respectivas comunidades. Três semanas foram dedicadas à ponderação de se encontrar juntamente com os educandos um tema apropriado. A temática “Políticas Públicas” gerou polêmica por ser muito amplo. Seguindo a orientação do Polo, coletivamente definiu-se que o tema gerador seria CIDADANIA devido a ausência de organizações dos educandos frente às problemáticas do bairro.

LEITURA DO MUNDO

O núcleo Alexina Crêspo é formado por monitores e educandos das cidades vizinhas Vitória de Santo Antão e Pombos.

Vitória de Santo Antão denominada historicamente como Cidade de Braga, devido ao português Antonio Diogo de Braga que se fixou nesta terra. Depois chamada Santo Antão da Mata, povoado que tinha uma situação privilegiada em termos de cursos d'água, situava-se como ponto de passagem do caminho que se destinava ao São Francisco através do Vale do Mocotó. O povoado, nessa condição, deve ter tido um relevante papel comercial, no qual se destaca o fato de que "em suas feiras semanais, os tropeiros vendiam gado para o abastecimento de Olinda e Recife, além de rapaduras e mel. Ainda hoje o comercio da cidade de Vitoria de Santo Antão se destaca frente às cidades vizinhas,



além de abastecer a CEASA com seus produtos agrícolas, local base para instalação de indústrias. Na sua área urbana se encontram Campus UFPE, um IFPE, 02 faculdades privadas FACOL e FAINTVISA.

Vitória apresenta alto índice de analfabetismo e conta com a ação do Programa Paulo Freire Pernambuco Escolarizado e o Projeto MOVA-Brasil Desenvolvimento & Cidadania atuando frente à problemática. No entanto, a Prefeitura Municipal, numa visão administrativa e antipedagógica, nucleou as turmas de EJA dificultando acesso à escola e ao ensino de qualidade aos estudantes necessitados e egressos do Programa e do Projeto citados acima.

Esta cidade preza pela cultura do carnaval das alegorias, blocos de rua, estádio de futebol com seu time masculino e feminino. Suas igrejas promovem grandes eventos, como festa de padroeiros (as) de bairro e da cidade, com grande concentração de fieis e caravanas evangélicas. Há também casas de umbanda e tem um médium famoso, Biu Baiano.

Há na cidade três emissoras de rádio e um canal de TV onde os vitorienses acompanham o noticiário policial e as queixas da oposição a não operacionalização governamental atual.

As ruas contam com a presença da limpeza pública, mas todos os bairros apresentam aglomerados de lixo em excesso, esgotos a céu aberto, lixo hospitalar em locais inadequados, falta de calçamento e saneamento básico, ruas calçadas e rede elétrica com urgência de reparos. A situação se agrava com atendimento dos postos de saúde deficitário e alto índice de violência e tráfico de drogas.

Quanto à cidade vizinha de Pombos, localizada a 16 km de seu antigo distrito Vitória de Santo Antão, surgiu quando os irmãos José Manoel de Melo e Manoel Gomes de Assunção, proprietários dos primeiros engenhos no local, construíram algumas casas às margens do Rio Água Azul. O povoado foi Chamado de Tubibas. Posteriormente foi comprado pelo padre Galdino Soares Pimentel, que juntamente com os habitantes, construiu a capela dedicada a Nossa Senhora dos Impossíveis. Mas foi a presença de pombos selvagens, comum à caça, sobretudo dos moradores da Cidade do Braga, hoje Vitória de Santo Antão. Após a caça, os caçadores diziam: "Fizemos o São João nos pombos". Isto fez com que o povoado passasse a ser denominado oficialmente São João



nos Pombos, e finalmente, Pombos. Hoje, famosa pela Festa do Abacaxi porque possui grandes áreas de plantio da fruta.

Além do abacaxi a agroindústria açucareira representa boa parte da economia local. Outros produtos agrícolas de destaque são a banana, o maracujá, o coco, o mamão e a mandioca. Na pecuária, além das aves, o rebanho bovino e caprino.

DIAGNÓSTICO DO NÚCLEO

O Núcleo Vitória 02 – Alexina Crêspo formado atualmente por 15 monitoras/colaboradoras e uma coordenadora pedagógica, busca ampliar oportunidade de acesso à educação promovendo alfabetização de educandos da área periférica do município de Vitória de Santo Antão e cidade circunvizinha, Pombos.

A maioria dos educandos considera-se pardo, embora de pele mais escura, com idade mínima de treze a setenta e nove anos. Esboçam comentários com relação à ausência de creches, intolerância masculina a inserção ao mundo trabalho; falta de leitura; baixa visão e demais problemas de saúde que impedem o retorno ao trabalho exercido anteriormente.

Os educandos sugerem a permanência do Projeto ou adoção da metodologia pelas Prefeituras ao galgarem outros espaços educacionais, o retorno à descentralização das turmas da EJA na cidade e transporte escolar em horário condizente com o dos trabalhadores. Reclamam do poder público diante da realidade da violência nas escolas e discriminação com a pessoa idosa.

DIAGNÓSTICO DAS TURMAS

TURMA BELA VISTA

A turma da monitora Adriana de Santana Nepomuceno é composta por doze mulheres e dez homens, sendo dez brancos, cinco negros e sete pardos, com idade entre 42 a 92 anos. Três são cadeirantes e duas apresentam baixa visão. O cadastro foi realizado conforme autorização no Lar dos Idosos e funciona no turno vespertino, das 13h às 17 horas nas segundas, terças, quintas e sextas.

DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL



Na comunidade são realizadas atividades culturais e sociais na quadra Bela Vista e no próprio Lar dos Idosos: práticas religiosas (espírita, católica e evangélica). Embora o Lar seja administrado por um grupo espírita, os idosos participam dentro deste espaço de cultos e cerimônias-sacramentos das religiões deles.

Os idosos recebem visitas dos familiares aos domingos. Por meio das aulas do Projeto MOVA-Brasil participaram de oficinas de reciclagem, palestras com a Secretaria de Saúde e de estudantes de Saúde do Campus UFPE Vitória.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

A comunidade funciona com apoio das ações da Prefeitura, por isso a coleta do lixo é regular, sendo este separado para a coleta de reciclagem. A iluminação é pensada no sentido de se fazer uso da luz solar evitando acender lâmpadas neste horário. Há o cultivo doméstico de hortaliças e frutas: cebolinha, coentro, ervas para o preparo do chá, banana e acerola.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A renda sustentável dos moradores do Lar dos Idosos é proveniente da aposentadoria dos mesmos e de doações de fraldas descartáveis, alimentos, materiais de limpeza e roupas. Atualmente alguns cômodos estão passando por reformas no sentido de melhorar as acomodações e proporcionar maior acessibilidade aos cadeirantes.

O Lar dos Idosos conta com um Posto de Saúde dentro de seu espaço sob a administração da Prefeitura Municipal; uma Escola Municipal e um Campus da UFPE – Vitória um quartel do exército e a UMMAV – União de Mulheres Mariana Amália nas mediações.

Ao todo, este espaço atende 46 idosos, sendo 20 mulheres e 26 homens, que são assistidos por profissionais da saúde: médico clínico geral, fisioterapeuta, psicólogo e nutricionistas. Os idosos atendidos nas dependências do Lar são pessoas que outrora desenvolveram diferentes papéis sociais como: agricultor, professor, motorista, doméstica/mãe/mulher e militar.

TURMAS GAPES E REAL VITÓRIA

A turma GAPES funciona na ONG GAPES - Grupo de Apoio a Pessoas em Vulnerabilidade Social - localizada no Loteamento Mário Bezerra, Nº 76 na sede da ONG



na cidade de Vitória de Santo Antão/PE, é composta por 22 educandos sendo mulheres donas de casa, agricultor, desempregados e autônomos tendo uma faixa etária entre 40 a 65 anos e a maioria se considera de cor parda.

A turma REAL VITÓRIA está localizada no loteamento de mesmo nome, é composta por 29 (vinte e nove) educandos, sendo que 04(quatro) do sexo masculino e 25 (vinte e cinco) do sexo feminino. A faixa etária é de 25(vinte e cinco) a 55 (cinquenta e cinco) anos. Há um educando desempregado, um trabalha com reciclagem e 02 (dois) são agricultores. Todas as mulheres recebem o Bolsa Família, exceto uma que recebe benefício por ser viúva. Esses educandos em sua maioria residem no Loteamento Mário Bezerra e vão estudar no bairro Real Vitoria.

O bairro Mário Bezerra é uma comunidade carente, fica próximo ao centro da cidade. Antes da sua denominação era um matagal e onde havia terrenos baldios. A Caixa Econômica Federal construiu mil casas populares para beneficiar as famílias carentes. No projeto da Caixa, as casas seriam compostas por 01 sala, 02 quartos, 01 cozinha com área de serviço e banheiro. Mas a construtora não seguiu o projeto, entregando ao cidadão o embrião deste projeto com 01 área construída, aparentemente uma sala e 01 pequeno banheiro deixando o terreno ao lado para que os próprios moradores concluíssem ou construíssem. Na época os beneficiários pagavam um valor da prestação de R\$ 50,00 (cinquenta reais) que se estenderia durante 25 anos. Entretanto, no ano 2000 receberam uma proposta de liquidação no valor de R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais), favorecendo assim o crescimento populacional da comunidade. Das 1000 (mil) casas entregues pela Caixa, hoje há em torno de 1480 e, aproximadamente, 4.500 moradores, com o acréscimo de algumas ruas como beco do sapo, loteamento sacrifício, padroeiro Santo Antão, construções na área verde e algumas casas com primeiro andar.

Na comunidade existe o PSF (Programa de Saúde da Família), cuja equipe é composta por uma médica, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, uma dentista, uma ACD, uma auxiliar de limpeza, sete ACS (Agente Comunitário de Saúde), duas agentes de saúde ambiental. Estima-se que há em torno de 4.500 pessoas cadastradas e atendidas no PSF. Essas famílias são distribuídas entre os ACS onde cada um é responsável pela sua micro-área. As manifestações culturais da comunidade não possuem



lugar próprio. Por isso as apresentações acontecem na rua principal da comunidade ou na área aberta da igreja católica.

As principais atividades econômicas da comunidade são os mercadinhos, lojinhas, padarias, bares, escolinhas particulares, borracharia, serralharia, frigorífico, salão de beleza, micro-fábrica Dayane baby, depósito de reciclagem, taxistas e moto-taxistas.

As organizações da comunidade e movimentos sociais se dão por meio do Conselho de Moradores, CRAS, ONG GAPES, igreja e escola. Essas instituições apóiam as ações de mobilização do projeto MOVA-Brasil.

A maioria das pessoas da comunidade se considera de cor parda. 40% das gestantes que comparecem ao serviço de saúde são adolescentes entre 13 e 16 anos de idade. O tráfico de drogas se faz presente na comunidade ocasionando furtos, prostituição, desemprego, desestruturação das famílias, causando um impacto negativo aos olhares da sociedade em geral.

Apesar de haver coleta regular do lixo na comunidade, depois que o carro da coleta passa, o lixo é colocado em terrenos baldios e esquinas, ficando expostos até a próxima coleta, onde são espalhados pelos animais e catadores de materiais recicláveis. Falta iluminação nas ruas e há esgoto a céu aberto. Partindo do problema relacionado ao lixo, a turma do MOVA-Brasil organizou uma mobilização com o tema Educação Ambiental na comunidade com alguns parceiros locais, utilizando carro de som, realizando panfletagem e caminhada, envolvendo educandos, parceiros e outras pessoas da comunidade.

TURMAS SÍTIO DO MEIO E DIQUE

A turma “Sitio do Meio” iniciou nesta comunidade em uma garagem alugada e com cadeiras cedidas por um morador, mas o local não comportava a quantidade de educandos. Depois de uns meses, a turma saiu desta comunidade para outro local nas proximidades. Após esforços do articulador local em conseguir espaço para a turma em uma das três escolas municipais situadas nas imediações, embora com apoio da Secretaria de Educação, as diretoras dessas escolares foram irredutíveis e não cederam o espaço para o MOVA-Brasil. Hoje a turma funciona em uma escola particular, onde funciona outra turma do MOVA no Bairro do Maranhão, próximo a ponte do Dique. Por conta dessa mudança de local, a turma perdeu alguns educandos.



A turma do Sítio do Meio e Dique é composta, na sua maioria, por mulheres, que se consideram de cor parda. Os educandos foram cadastrados em suas casas pelas minitoras, outros vieram sob a indicação de moradores e educandos. As aulas acontecem no horário noturno de segunda a quinta-feira.

DIMENSÃO CULTURAL

As comunidades Sítio do Meio e Dique ficam ladeadas próximas à Comunidade Lidia Queiroz Costa, possuem uma divulgadora de comunicação local – A Rádio Digital. Embora haja músicos e artesãos na comunidade, eles não dispõem de espaço para suas expressões artísticas. Os gêneros musicais mais tocados são pagode e brega.

DIMENSÃO SOCIAL

O local mais utilizado pelos moradores da comunidade para suas atividades sociais são as igrejas: Católicas, Assembleias de Deus e Testemunhas de Jeová. Várias famílias carentes não são cadastradas no Programa Federal Bolsa Família. O uso de álcool e outras drogas geram muitos casos de violência na comunidade.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Existe coleta regular de lixo sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, mas a maioria dos moradores expõe o lixo antecipadamente às margens dos rios e terrenos baldios, onde animais criados soltos passam e rasgam os depósitos afetando a vida dos moradores das proximidades e a passagem de transeuntes devido ao odor que exala, além da proliferação de doenças.

As famílias não separam o lixo para a reciclagem, entretanto existem vários trabalhadores que vivem da coleta de lixo reciclável, mesmo não sendo muito perceptível a presença destes “coleteiros” nas ruas. Até o momento, a Prefeitura não realizou nenhuma campanha educativa no sentido de instruir os moradores em relação à separação do lixo e estabelecer a articulação entre os coletores de resíduos sólidos e a população.

Existem ainda esgotos a céu aberto e entulhos pelas ruas, que são pouco arborizadas, salvo algumas plantas nas residências. O fornecimento de água pela COMESA (Companhia Pernambucana de Saneamento) é irregular, 80% das casas recebem água quinzenalmente, às vezes mensal e num fluxo insuficiente. As demais utilizam água de poços e cacimbas. Existem também 03 chafarizes para dar suporte à população. O saneamento abrange apenas 50% da comunidade.



DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Alguns males sociais são perceptíveis nas referidas comunidades. Segundo a Pastoral da Criança, há casos de gravidez na adolescência, que, na maioria, são menores de 15 anos. Há mulheres como esteio das famílias, residências em área de risco, tanto em encostas de barreiras com nas margens do rio que enche em períodos de chuva prolongado. A renda familiar fica entre 01 ou 02 salários mínimos.

A comunidade possui uma Escola Municipal de ensino fundamental das series iniciais e finais, Posto de Saúde, porém existe uma área descoberta da assistência deste posto. Não possui creche ou escola publica de Educação Infantil. Percebe-se a ausência de lideranças entre os moradores para se articular com sindicatos e Associações ou Cooperativas.

TURMAS VILA UNIÃO E MATADOURO

A monitora Rosimary Honorato de Santana conversou com o responsável pelo Clube do Dominó, pequeno espaço cedido por um deputado local, às margens do Rio Itapacurá, depois se pôs a cadastrar educandos pelos arredores do local prometido. O quantitativo de educandos foi superior às expectativas desta monitora que veio a fazer o convite a outras colegas, já selecionadas, formando mais turmas. Inicialmente a monitora Carla Valéria do núcleo Vitoria 01 aceitou o convite de Rosemary e por alguns meses trabalhou naquele espaço.

Edjane Maria dos Santos foi selecionada e participou da formação acreditando que trabalharia no presídio. No entanto, atendendo especificidades do local, o responsável pela instituição indicou as monitoras que deveriam ficar ministrando aulas naquele espaço. Desprovida de turma, a mesma aceitou o convite de Rosimary e, juntas, se puseram a cadastrar educandos, mas, o Clube do Dominó não comportava sequer uma turma, não tinha estrutura para receber educandos com alguns limites impostos pela idade, pois havia apenas doze bancos e seis mesinhas, um quadro de giz solto. Os alfabetizando voltavam para suas casas quando não havia lugar suficiente para todos.

Diante dessas dificuldades, o articulador local firmou parceria com a Secretaria Municipal de Educação, conversou com a comunidade se comprometendo e posteriormente comunicando a conquista do novo espaço. Com dificuldade, a



coordenadora local conquistou o apoio da diretora da Escola Major Fortunado. Hoje a escola esta aberta ao MOVA-Brasil, e as aulas acontecem no período noturno com 03 turmas do Projeto, duas do núcleo Vitória 02 – Alexina Crêspo - e uma, do Vitória 01 – Vitória da Liberdade.

As comunidades Vila União e Matadouro, segundo a USF – Unidade de Saúde da Família – possui 4.200 habitantes, destas 1288 famílias são atendidas por 07 agentes de saúde que atuam na orientação das doenças mais comuns como: tuberculose, obesidade, desnutrição e hipertensão.

A USF do bairro Conceição I atende as famílias da comunidade do Irã, de onde vêm alguns educandos. 521 famílias são atendidas pelo posto, dentre estes 104 maiores de 15 anos e 57 maiores de 60, faixas de idade atendidas pelo Projeto MOVA-Brasil.

A turma Vila União, da monitora Edjane Maria dos Santos é composta por 28 educandos, dos 34 cadastrados. Alguns são da Vila União, mas outros vêm dos bairros Matadouro e Irã. 07 destes educandos são do sexo masculino e 21 do sexo feminino, com faixa etária entre 15 e 60 anos. Há duas educandas que apresentam deficiência física. Há 05 educandos desempregados, 02 trabalhando com reciclagem, 01 pedreiro, 01 cozinheira, 02 domésticas e as demais são trabalhadoras do lar. Todos recebem Bolsa Família, exceto dois que são beneficiadas com a pensão. Em relação à atividade profissional: agricultor, servente, doméstica, marchante, vendedora, diarista e auxiliar de cozinha, são as funções mais desempenhadas.

A turma Matadouro, da monitora Rosemary Honorato de Santana, é composta por 19 educandos, dos 32 cadastrados, sendo 13 do sexo feminino e 06 do sexo masculino. Eles têm entre 16 e 60 anos. Trabalhadores do mercado informal, servente, domesticas, vendedores, diaristas, serralheiros, aposentados e trabalhadoras do lar. A maioria dos educandos vem de famílias em conflito, com separação, pobreza e abandono.

DIMENSÃO CULTURAL

A comunidade Vila União e Matadouro ficam lado a lado, possuem Radio Comunitária, artistas locais (artesãos), e o forró é um dos ritmos mais tocados nos bares e residências locais. Há duas praças, embora pequenas, academia de ginástica e lan houses. A entrada fica próxima à BR 232, com todo movimento de ônibus e lotações. Logo



que se entra na localidade, é possível observar os gado sendo levados ao matadouro da cidade que fica no término do bairro.

DIMENSÃO SOCIAL

Na comunidade, o pátio da escola Estadual Amélia Coelho é o espaço mais utilizado para realização de eventos, festas, porque não possuem Associações ou Centro Comunitário. As igrejas – católica e evangélica - são locais de organização de jovens com acesso a instrumentos e a grupos de louvores. O Clube do Dominó é opção cultural e social para homens de baixa renda. Apesar de haver grande número de pessoas carentes na comunidade, a maioria não está cadastrada no Programa Bolsa Família.

DIMENSÃO POLÍTICA

O bairro conta com a presença do poder executivo municipal, no sentido de oferecer a estrutura física para funcionar Posto de Saúde e Escola. No entanto, falta médico e as vagas oferecidas pelas escolas são reduzidas. Falta creche, como em toda a cidade, e nenhum indício de organização comunitária para exigir os direitos da comunidade.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

O centro do bairro apresenta entulhos provenientes de construções descuidadas, mas o que preocupa é a área que fica às margens do rio, onde moradores levam seu lixo, mesmo com a presença da coleta de lixo urbano. Há moradores que recolhem resíduos sólidos para a reciclagem e ainda há uma área considerável do bairro que não possui saneamento básico.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A comunidade enfrenta problemas sociais comuns às demais comunidades brasileira, uma vez que se encontram adolescentes grávidas, mulheres arrimo de famílias trabalhando como empregadas domesticas em outras cidades, convivendo com os filhos apenas nos finais de semana. Algumas contam com o Bolsa Família para completar a renda. Há casas em área de risco de serem acometidas com as enchentes e próximas ao rio poluído receptor de todos os esgotos e causador de doenças.

Dentro dos lares, outros problemas afetam a educação dos filhos e também a permanência e continuidade dos educandos nas salas de aprendizagem como violência provocada por ciúmes, alcoolismo e outras drogas.



TURMA CAJUEIRO

A monitora Fabíola Guedes Ferreira percorreu as ruas do bairro e cadastrou, inicialmente, 15 educandos, ficando sua turma com defasagem de mais cinco alfabetizando. Depois da Leitura do Mundo na comunidade, novos cadastros foram feitos, chegando a 21 educandos.

Destes 21 educandos cadastrados, 13 são do sexo feminino, e 08, do sexo masculino. A faixa etária varia entre 31 e 58 anos. O bairro Cajueiro fica na área suburbana da cidade de Vitória de Santo Antão, enfrenta problemas de falta d'água, calçamento, esgoto a céu aberto, animais soltos espalhando lixo nas ruas, violência, etc.

Embora haja um Posto de Saúde Municipal, é comum comentários sobre sua ineficiência, assim como também ocorre em relação à escola municipal, por se ater a receber apenas estudantes para o turno diurno, excluindo o jovem e adulto trabalhador de estudar nos períodos vespertino e noturno.

O bairro recebeu uma praça do atual prefeito, que melhorou a aparência na chegada do local, mas esta é pouco usada porque durante o dia recebe o sol e à noite os moradores não tem o hábito de se dirigir à mesma. Do lado direito da praça encontra-se um bar, e do lado esquerdo, um barbeiro – locais mais frequentados pelos homens. Ao percorrer o bairro é comum encontrar também jogos de dominó na frente das casas.

O analfabetismo ou pouco estudo conduz muitos moradores a desenvolver atividades informais. Por isso, os estudantes da turma Cajueiro exercem funções periódicas, transitórias, safristas. Atuam no plantio, em casas como domésticas ou babás, entre outras funções.

Os educandos já frequentaram a escola, mas foram afastados por vários motivos, inclusive a falta de incentivo familiar e desemprego dos pais que os levaram a encontrar uma forma de ajudar na renda da família.

TURMA ESCOLA ANA GOMES

Indicada pelo articulador local Aristides juntamente com outro colega para suprir a demanda de duas turmas canceladas no início do trabalho MOVA, ano 2013, a monitora Italanêz José da Siqueira veio a compor núcleo Vitória 02 – Alexina Crêspo no final do mês



de junho. Como estava com turma formada, depois de selecionada pelo polo, cadastrou devidamente os educandos e veio a participar da primeira Formação Continuada.

A turma, localizada na Comunidade Iraque II, é formada por 26 educandos, sendo 21 do sexo feminino e 05 do sexo masculino, com idade entre 16 e 42 anos. Destes, 14 mulheres e 01 homem recebem bolsa família. Somente 02 educando trabalham com carteira assinada e os demais assumem funções no mercado informal como: serviços gerais (01), 01 vigilante; 01 artesã; 01 pasteleira e as demais são trabalhadoras do lar.

A comunidade Iraque II é formada por casas populares projetadas para receber vítimas da cheia de 2007. Estas foram ocupadas. Depois a prefeitura conseguiu expulsar os ocupantes e entregar as casas ao pessoal cadastrado anteriormente.

DIMENSÃO CULTURAL

O Bairro Iraque II possui um grupo de rap local, igreja evangélica, uma escola municipal e o parque de exposição de animais, que funciona em festa anual organizada pela prefeitura. Seu acesso é deficitário devido à distância e às obras realizadas na estrada que dá acesso, dificultando a passagem de veículos em dias de chuva. Tem proximidade com a empresa Sadia e o futuro Shopping da Vitória.

DIMENSÃO SOCIAL

O pátio da Escola Municipal e da Exposição de Animais são os espaços mais utilizados para realização de eventos na comunidade. A igreja evangélica organiza grupos de louvores. Apesar de haver grande número de pessoas carentes na comunidade, a maioria não está cadastrada no Programa Bolsa Família.

DIMENSÃO POLÍTICA

O atendimento de saúde para a comunidade Iraque II é oferecido pelo Posto de Saúde da comunidade Iraque I, a Escola municipal abriu as portas no horário noturno para atender os educandos do MOVA. No entanto, privou os mesmos de cursar a EJA fechando as portas por ordem do poder municipal.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

A comunidade apresenta um aspecto de abandono, de carência de vários serviços que poderiam harmonizar, como uma praça, árvores frondosas, entre outras. Contudo, o que se vê é uma área enorme, onde moradores levam seu lixo, mesmo com a presença da



coleta de lixo urbano, entulhos na rua e buracos. Como pontos positivos há supermercados, lojas, lanchonetes e a Associação dos moradores.

Logo após incursão a campo, a turma conseguiu intermediar na prefeitura a limpeza daquela área porque passou a incomodar parte destes moradores, os educandos MOVA. Tornando-se esta a primeira mobilização da turma Ana Gomes. Embora uma Associação de moradores tenha sido organizada no bairro, poucos educando participam e lutam pelos seus direitos.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Alguns males sociais são perceptíveis nas referidas comunidades. Segundo a Pastoral da Criança há casos de gravidez na adolescência sendo na sua maioria menores de 15 anos, mulheres sendo o estio das famílias, residências em área de risco tanto em encostas de barreiras com nas margens do rio que enche em períodos de chuva prolongado. A renda sustentável fica entre 01 ou 02 salários mínimos.

TURMA TANCREDO NEVES E LÍDIA QUEIROZ

A monitora Lucicleide Rodrigues da Silva Melo, indicada pelo articulador Aristide e selecionada por Luiz Marine no auditório do SINDVISA- Sindicato dos Funcionários da Vitória de Santo Antão. Depois da seleção, alugou um prédio pequeno próximo a residência e cadastrou os educandos na comunidade Tancredo Neves, bairro Lídia Queiroz. Alguns educandos vieram indicados pelos próprios colegas.

O monitor Sebastião Pereira da Cruz indicado pelo articulador local Aristides Felix Junior juntamente com outra colega para suprir a demanda de duas turmas canceladas no início do trabalho MOVA, ano 2013. Veio a compor o núcleo Vitória 02 – Alexina Crêspo no final do mês de junho estava com turma formada e depois de selecionado pelo polo cadastrou-os devidamente e depois de participar da primeira formação continuada iniciou as aulas.

A turma Tancredo Neves é formada por 26 educandos, sendo que 23 frequentando e destes 04 são do sexo masculino e 18 feminino; a faixa etária varia entre 27 a 65 anos. Alguns são aposentados ou empregados no mercado informal. Localizada na zona urbana, população em média 1458 pessoas, sendo 1255 cadastrados pela UBSF – Unidade Básica de Saúde da família.



A turma Lidia Queiroz localizada no mesmo bairro, é composta por 31 educandos, sendo 11 masculino e 20 feminino, com faixa etária entre 24 a 69 anos, destes 02 consideram-se de cor branca, 22 de cor preta e 07 de cor parda. 12 educandos não possuem CPF, 25 são assistidos pelo benefício federal do Bolsa Família, 19 nunca frequentam a escola. 04 mulheres e dois homens estão em mobilidade e 26 frequentando as aulas regularmente.

DIMENSÃO CULTURAL

Temos uma divulgadora no bairro, um estádio de futebol, um artista popular, músicos, atletas de corrida e ciclistas. Os gêneros musicais mais tocados são brega e pagode, a feira do Lidia é aos domingos concentrando diversidade de produtos naturais e expressões atípicas dos vendedores.

DIMENSÃO SOCIAL

O pátio da feira livre do bairro é espaço mais utilizado para os eventos culturais. As igrejas – evangélica, católica e o candomblé são as organizações mais presentes, com ações da pastoral da criança, evangelização nas residências, cruzadas evangélicas, formação de grupos de louvor, entre outras ações.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Há coletas de lixo urbano duas vezes na semana; o saneamento básico está inadequado porque escoamento no rio sem tratamento e não abrange a maioria das casas, é comum entulhos nas ruas e há carência de área verde e árvores frondosas. A maioria das casas tem água potável, embora recebam em dias definidos em quantidade insuficiente.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Segundo agentes de saúde, nossa comunidade apresenta casos de gravidez na adolescência. Há trabalhadores no mercado formal e informal, presença de supermercados, farmácias, locadoras de vídeo, “lan houses” no Lidia Queiroz que fica nas proximidades da comunidade.

DIMENSÃO POLÍTICA

Na comunidade encontramos corpo de bombeiro, sistema penitenciário, batalhão da polícia militar, duas escolas municipais, cursos profissionalizantes e posto de saúde. No entanto, a população não está organizada para garantir o funcionamento eficaz destes espaços.



TURMAS CIDADE DE DEUS E OLIVIA CARNEIRO

A turma Olivia Carneiro, da monitora Selma Maria de Souza Bezerra, é formada por 28 educandos cadastrados sendo que destes apenas 15 tem melhor frequência. A turma é composta por adultos e um idoso, sendo dez homens e dezoito mulheres, a maioria está trabalhando como autônomo no mercado informal como costureiros, pedreiros, serviço geral e há um aposentado.

A turma Cidade de Deus, da monitora Márcia Dolores do Nascimento, é formada por 25 educandos sendo 02 idosos, 18 do sexo feminino e 06 do sexo masculino. A maioria são trabalhadores autônomos, costureiros e operários.

A comunidade Cidade de Deus sofre com o descaso das Prefeituras Municipais de Moreno e Vitória de Santo Antão. Ambas estão disputando juridicamente pela posse desse bairro. Por isso a população está de mãos atadas. Até que a justiça dê um parecer, fica a população desprotegida de benefícios essenciais como: correios, saúde e segurança.

DIMENSÃO CULTURAL

O gênero musical mais tocado é o rap. A igreja evangélica realiza eventos sociais periodicamente, mobilizando os jovens para tocar instrumentos e compor grupos de louvor, com hinos. Temos uma divulgadora no bairro e uma associação de moradores que abre espaço aos membros da comunidade para realização de festas, encontros e comemorações. Há um projeto de escolinha de futebol e uma ONG que dá apoio psicossocial aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social – Rede Cidadã – formada por Assistentes sociais e psicólogos.

Associação de moradores e as escolas Estadual e Municipal são os espaços mais utilizados pela comunidade, que oferecem torneio de jogos, capoeira e aulas de informática e a igreja evangélica que mobiliza grupos para cantar hinos e evangelizar.

Há esgoto a céu aberto, ruas sem calçamento, iluminação precária, falta de médicos e de remédios no posto de saúde. A agência dos Correios da comunidade foi fechada dificultando o recebimento das correspondências.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Cidade de Deus é uma comunidade dormitório, criança e jovens desta estão em situação de vulnerabilidade social porque a maioria tem apenas os avós como



responsáveis pelos mesmos. Os vendedores de drogas estão cada vez mais agressivos e enfraquecendo famílias, jovens devedores perdendo a vida cedo.

DIMENSÃO POLÍTICA

Encontramos Posto de Saúde sem eficiência, Escola Estadual com risco permanente de municipalização porque os pais preferem matricular os filhos na escola de Bonança. A Associação de moradores existe, mas há pouca participação e as lideranças encontram-se desestimulados com a indecisão jurídica frente às reivindicações dos mesmos. Alguns comerciantes locais: armazéns de construção, supermercados e oficina de serralharia uniram-se para fazer reparos no calçamento da comunidade.

Núcleo de Bezerras I

Coordenador local: **João Paulo de Lemos**

As turmas desse núcleo são formadas por um grupo de pessoas que lutam pela reforma agrária e formam o MTBST (Movimento dos trabalhadores Brasileiros Sem Terra), localizado às margens da PE 109, em Alto- Bonito, distrito de Bonito-PE. O Perfil sócio-econômico da turma é bem diversificado, mas prevalecem os agricultores familiares, que completam sua renda como beneficiários do Programa Bolsa Família.

As salas de aulas apresentam estrutura de acordo com a realidade do acampamento. Os educandos são 80% mulheres e 20% homens, formados por jovens, adultos e idosos daquela comunidade.

LEITURA DO MUNDO DAS TURMAS

Turma de Bonito

Bonito é uma cidade de quase 40 mil habitantes, em uma área de 395,613 Km, com o bioma da mata atlântica, conhecida como a terra das águas. No ano 2010 foi eleita como uma das sete maravilhas de Pernambuco. Tem três distritos: a Sede, Bentivi e Alto Bonito, onde funciona o Projeto MOVA-Brasil. Bonito é bastante conhecida por vários acontecimentos históricos realizados, dos quais citamos alguns muito interessantes, para nossa leitura de mundo.

Em 1812 foi edificada a Matriz de Nossa Senhora da Conceição - padroeira da cidade - tendo contribuído para a povoação local. Bonito foi palco de diversas revoltas que



terminaram na morte de muitos habitantes do município. Em 19 de dezembro de 1874 ocorreu à invasão denominada Quebra Quilos. A revolta deu-se devido à alteração do antigo sistema de pesos e medidas para as unidades de metro, centímetro e quilo, de acordo com a Lei Imperial nº 1157, de 1862. O mesmo local, nos fins de 1819 durante o governo Luiz do Rego, foi palco da grande matança dos habitantes da Serra do Rodeador (comunidade pertencente, hoje, ao município), a qual D. Pedro I, em seu manifesto aos brasileiros, assim se exprimiu:

“Pernambucanos, lembrai-vos das fogueiras do Bonito”.

A principal fonte de renda é a agricultura com o cultivo do Inhame, também se estabeleceu em nosso município duas empresas que estão gerando bastante emprego que são elas a SOMOPAR e a RESINORT. Sendo assim temos muitos assuntos para serem trabalhados, resgatando a história de vida dos educandos, pois cada um traz consigo um vasto conhecimento sobre sua comunidade e sua cidade.

DIMENSÃO CULTURAL

Uma das principais atividades culturais são a dança da mazurca, que surgiu há muito tempo e foi passando de geração à geração. As bandas marciais das escolas são bastante representativas. Existem também alguns grupos de teatro bastante populares que, através da arte cênica, introduzem os jovens no mundo da cultura, afastando-os das drogas e da violência. Há ainda os bacamarteiros e o bumba-meu-boi também como parte da cultura popular.

DIMENSÃO SOCIAL

No Pátio de Eventos são realizados os eventos da cidade: atividades culturais, festas e sociais. Existem diversas práticas religiosas como o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e o candomblé, dentre outras, com o predomínio do catolicismo. O Programa Bolsa Família favorece muita gente, mas ainda há muitas falhas nos cadastros, os quais devem ser fiscalizados, pois boa parte de pessoas carentes não conseguem entrar no Programa. Existem vários grupos de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, como o MTBST, o MST, a Fetape e a Fetraf.

DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

O lixo é coletado regularmente e destinado a um aterro sanitário. Ultimamente o município tem avançado bastante na preservação ambiental mantendo, por meio de leis



municipais, algumas reservas da mata atlântica. O município conta ainda com um Conselho Municipal de Meio Ambiente muito atuante, do qual o coordenador do nosso acampamento onde funciona sala do Projeto MOVA-Brasil participa.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A comunidade situa-se uma área pública municipal, ocupada pelo MTBST. As principais fontes de renda dos trabalhadores são a agricultura familiar de subsistência e as transferências de renda do Programa Bolsa Família. Na formação étnica dos educandos prevalecem principalmente pardos e negros, com alguns brancos. Existem algumas mulheres que são as únicas responsáveis pelo sustento das famílias, e alguns casos de gravidez na adolescência.

DIMENSÃO POLÍTICA

O Poder Público Municipal está presente, mantendo alguns serviços como escola, postos de saúde, agentes comunitários de saúde e de endemias. Não existe posto de guarda municipal e nem posto policial. O Conselho Tutelar tem sede em Bonito e atua no distrito. Alguns trabalhadores se organizam em entidades representativas e lutam pelos seus direitos. O grupo de acampados também formou uma associação, a AAFAB (Associação dos Agricultores Familiares de Bonito), com o objetivo de ampliar a luta pelos seus direitos. Há uma grande atuação do Partido dos Trabalhadores no município.

Turma de Riacho das Almas

Perfil da turma

Número de educandos escritos: 21

Sexo: Masculino: 20

Feminino: 1

Cor: 21 pardos

Faixa etária de nascimento:

De 30 a 44 anos: 19

De 45 a 59 anos: 2

Situação atual de profissional:

Empregado com registro: 3

Empregado sem registro: 14



Desempregado: 4

Obs: todos os educandos (as) têm os documentos RG e CPF, sendo que dois não tem o Número de Identificação Social NIS por não pertencerem a nenhum segmento social.

Escolaridade: todos os educandos já participaram de algum programa de Educação de Jovens e Adultos por mais de um ano.

Participação em segmentos sociais: cerca de 80% da turma se encaixa e recebe o Bolsa Família, e os 20% restantes não recebem o benefício por não atenderem às exigências do Programa.

Dimensão cultural: a cultura predominante da comunidade é o forró regional temos alguns artistas locais tocadores de sofona, zabumbeiros, e cantores também;

Dimensão social: nessa dimensão temos como meio social a religião católicas e protestantes, também temos as rezadeiras que exercem um papel de liderança na comunidade e de protetoras do meio ambiente, temos um grande uso exagerado de álcool na comunidade;

Dimensão política: temos na comunidade uma escola pública que atende o fundamental I pelo turno da manhã e tarde o mesmo espaço é usado para as praticas do MOVA-Brasil pela noite, os moradores não demonstram articulação de movimentos para reivindicar os direitos da comunidade, não temos informações da participação de que a população participa do debate sobre o orçamento anual da prefeitura pelo da mesma nunca fornecer subsídios para que o mesmo seja feito em audiência publica, temos como representante da comunidade o sindicato rural que atende todos os agricultores do município;

Dimensão socioambiental: não existe conselho municipal de meio ambiente a coleta de lixo é irregular.

Dimensão socioeconômica: a área esta localizada no circulo do pólo industrial de confecções do agreste de Pernambuco existe um grande índice de gravidez na adolescência.

Perfil geral da turma:

Grande parte da turma é composta por agricultores e trabalhadores da construção civil, a turma tem uma grande influencia pelo o pólo da confecção têxtil do agreste de Pernambuco gerando empregos informais em uma escala de períodos curtos. Temos uma



multiculturalidade incrível em nessa turma, pelo fato de serem atendidas duas comunidades Sitio Bandeira e Sitio Pororocá as mesmas trazem realidades diferentes, mas as causas não estão tão distantes.

Perfil da cidade

Riacho das Almas esta localizada no agreste central, tem uma área de 314,003km². Segundo o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Riacho das Almas tem uma densidade demográfica de 61,03 hab/km³. No ultimo senso de 2010 a todo o município tinha cerca de 19.162 habitantes hoje a secretaria de Saúde esta promovendo um novo levantamento e estipula um número de 21.000 habitantes sendo que a maioria dos habitantes se localizam no campo. O município conta com 4 vilas vários povoados e a cidade.

A cidade de Riacho das Almas passou a ser povoado a parti do ano 1876 pelo então coronel Cel. Joaquim Bezerra quando o mesmo estabeleceu-se no local onde hoje esta a sede do municipal. Naquela época Riacho das Almas, era parte integrante do município de Caruaru. Ali construiu uma casa-grande e diversos casebres para seus escravos, além de um estabelecimento para descaroçamento de algodão, daí se originado a cidade.

Em 1881, foi criada uma feira no povoado, que se denominava de Riacho das Éguas, porque nos períodos de seca as éguas iam beber água num poço existente num riacho das proximidades. O topônimo foi alterado para RIACHO DAS ALMAS, em 1905, pelo Padre JOSÉ ANANAIS, sobre alegação de que o nome primitivo era de animal e, como existia um cemitério numa das margens do riacho, seria mais apropriada à mudança de Riacho das Éguas para Riacho das Almas.

O povoamento do território intensificou-se, a ponto de ser elevada à categoria de 5º distrito do município de Caruaru, em 1920, instalada a sede distrital na atual vila de Trapiá, passando depois para a sede municipal.

Em 16 de julho de 1941, passou à categoria de Freguesia, sob a inovação de Nossa Senhora da Conceição, subordinada à Diocese de Pesqueira, tendo por primeiro vigário o Padre ANTÔNIO FAUSTINO DA COSTA.

A independência política veio em 29 de dezembro de 1953, sendo o primeiro prefeito o Cap. RÔMULO PEREIRA DE MORAIS, que entregou o cargo, em 20-11-1955,



ao Prefeito eleito, JUSTO FERNANDES DA MOTA. A comarca foi criada em 21 de maio de 1954, iniciando o juiz JOSÉ FREDERICO SORIANO DE SOUSA as suas funções em 15 de novembro do mesmo ano.

Distrito criado com a denominação de Trapiá, pela lei municipal nº 149, de 02-12-1919, subordinado ao município de Caruaru. Posteriormente o distrito de Trapiá passou a denominar-se Rio das Almas.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Riacho das Almas, figura no município de Caruaru. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Elevado à categoria de município com a denominação de Riacho das Almas, pela lei estadual nº 1819, de 30-12-1953, desmembrado de Caruaru. Sede no antigo distrito de Riacho das Almas. Constituído do distrito sede. Não temos sua Instalação.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído do distrito sede. Pela lei municipal nº 8, de 28-03-1956, é criado o distrito de Trapiá ex-povoado e anexado ao município de Riacho das Almas. Pela lei municipal nº 9, de 28-03-1956, é criado o distrito de Couro D`Antas e anexado ao município de Riacho das Almas.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Riacho das Almas, Couro D`Antas e Trapiá. Assim permanecendo em divisão território datada de 18-VIII-1988. Pela lei municipal nº 655, de 10-11-1989, são criados os distritos de Pinhões e Vitorino e anexados ao município de Riacho das Almas.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de 5 distritos: Riacho das Almas, Couro D`Antas, Pinhões, Trapiá e Vitorino.

Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2013.

O cenário atual da cidade de Riachos das Almas é bem diferente da sua fundação, hoje não temos uma economia voltada para a área da agricultura, mas sim para a indústria de confecções já que a mesma se situa no pólo de confecções do agreste, ficando sendo a 3ª cidade que mais produz ficando atrás apenas de Toritama e Caruaru. A agropecuária ainda move uma parte da economia riachense e outros serviços também, como construção civil por exemplo.

O município atualmente atende todas as modalidades de ensino desde o maternal à educação de jovens e adultos. Temos no município 5 escolas municipais que atendem às



vilas e povoados 1 municipal que atende o público na cidade e uma estadual. Há também grupos escolares que atendem as pequenas comunidades do campo.

Turma de Camocim- Pacas

Apresentação e caracterização da turma:

A turma foi criada através de mobilização na comunidade, o perfil sócio econômico é bem diversificado, mas a maior parte dos educandos vive da aposentadoria e outros dependem do Bolsa Família. A escola apresenta uma estrutura física adequada, em boas condições, assim com os níveis bem conservado.

Perfil da turma:

A turma é composta por 25 educandos dispostos a melhorar suas aprendizagens. Há 15 mulheres e 10 homens, 20 pardos e 5 brancos, tendo a maioria mais de trinta anos. As religiões predominantes são católica e evangélica.

As aulas ocorrem das 18:00 às 22:00 horas, de segunda a quinta-feira.

A comunidade contempla as seguintes dimensões

A comunidade é formada por 56 famílias, sendo a maioria mulheres.

Na economia: a renda sustentável dos moradores provém do trabalho na agricultura, durante 06 meses, e os outros 6 meses, alguns vivem a base do Bolsa Família e outros da aposentadoria.

Cultural: a festa do padroeiro São Paulo da comunidade, festa das datas comemorativas realizada pelo senhor Fenandito do Sindicato.

Política: os moradores demonstram inexperiência na articulação comunitária para reivindicarem seus direitos.

Turmas de Camocim- Multirão

Apresentação e caracterização da turma.

A turma foi criada através de mobilização na comunidade. O perfil sócio econômico é bem diferenciado, mais a maior parte vivem do bolsa família, outros da aposentadoria e outros do comércio. O lugar onde dou aula não tem estrutura física adequada, mas foi tudo que consegui. É composta por 25 educandos que continua freqüentando todos, mesmo



tendo falha eles estão bem interessados para aprender e aprimorar seus conhecimentos. Ela é composta por 10 homens e 15 mulheres, 20 pardos e 5 brancos tendo também religiões diversificadas católicas e evangélicas.

Estrutura Física do Núcleo.

Horário das aulas. Das 18:00 às 22:00 horas de segunda à quinta-feira. A quantidade de família na comunidade do Bairro do Mutirão é 586 famílias e 1876 pessoas. Esses dados foram colhidos com os agentes comunitários de saúde.

A comunidade contempla as seguintes dimensões:

Econômicas: A renda sustentável do moradores da comunidade provém do trabalho na agricultura: colheita de tomate, durante 06 meses. Nos outros seis meses, alguns vivem do Bolsa Família e outros, da aposentadoria.

Cultural: A festa da padroeira Nossa Senhora do Carmo que é realizada com o apoio da igreja católica.

Política: Os moradores demonstram experiências na articulação comunitária para reivindicarem seus direitos.

Turmas: Encruzilhada 1 2 3 e 4

No povoado de Encruzilhada de São João, que fica localizada as margens da BR 232, próximo a Caruaru-PE, estão funcionando as 3 turmas do Projeto Mova-Brasil, com 71 educandos, sendo 39 homens e 32 mulheres; 24 educandos de cor branca e 47 de cor parda. A faixa de idade:

De 15 à 19 anos:02

De 20 à 29 anos:07

De 30 à 44 anos:27

De 45 à 59 anos:19

Acima de 60 anos:16

As atividades exercidas pelos educandos são de pedreiro, servente, agricultura, garçom e auxiliar de serviços gerais. Encruzilhada de São João é conhecida pela gastronomia por grande parte da região. Predomina também o artesanato, o trabalho com vime que é bastante procurado por muitos turistas,



Turmas: Gravatá 1 2 e 3

APRESENTAÇÃO

A turma é formada por adultos e idosos da comunidade formada por 80% de mulheres e 20% de homens. Localizada na zona rural em Uruçu-Mirin , no Bairro da Boa vista e no Suissa Brasileira do município de Gravatá- PE. O perfil sócioeconômico da turma: agricultores , comerciantes, hoteleiros e aposentados. As duas salas de aula funcionam na Escolas da rede Municipal.

Gravatá tem hoje aproximadamente 77.845 mil habitantes distribuídos em uma área de 506,785 km². É uma cidade muito conhecida por alguns fatores: o turismo, por ter vários hotéis muito procurados pela a população da região, como os turistas do Recife, que vêm para descansar nos hotéis fazenda. Pelo artesanato, destacando o ARTGRAVATÁ, que confecciona jogos educativos de madeira e a produção das famosas bonequinhas da sorte. Gravatá também conhecida como A Cidade das Flores devido ao grande cultivo delas para a comercialização. A agricultura e pecuária também são umas das principais atividades econômicas do município.

DIMENSÃO CULTURAL

Na cidade existem vários eventos badalados, uns dos principais são realizados durante a semana santa no parque Haras da serra com atrações conhecidas mundialmente onde atrai grandes multidões para participar do evento. A cultura também é representada pelos artesãos que fazem obras de arte em madeiras como também móveis rústicos.

DIMENSÃO SOCIAL

Existem diversas práticas religiosas como o catolicismo, o protestantismo, o espiritismo e o Candomblé dentre outras, mas a predominante é o catolicismo. O Programa Bolsa Família favorece muita gente. Existem vários grupos de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, o MST , a Fetape e a Fetraf. Várias associações e sindicatos porém há uma dificuldade pois a comunidade não tem acesso e muitas vezes quando precisa vai para cidade.

SOCIOAMBIENTAL

A Maioria da comunidade vivem da agricultura familiar e cultivam alimentos para sua sobrevivência como feijão , mandioca, milho, batata doce, inhame, flores dentre outros. Existem famílias que vivem da reciclagem e garrafas plásticas, latas de alumínio e papelão.



A comunidade tem vários plantios que são para sua sobrevivência. O lixo é coletado regularmente e destinado a um lixão.

SÓCIOECONÔMICA

A comunidade situa-se na zona rural que se tornou uma pequena comunidade. Suas etnias são formadas por pardos e brancos e alguns negros. A renda sustentável dos educandos é da agricultura e outros são aposentados, existem muitos casos de gravidez na adolescência e muitos jovens envolvidos com drogas.

POLÍTICA

O poder Público municipal está presente, mantendo alguns serviços como escola, postos de saúde, agentes comunitários de saúde e de endemias, posto policial, mas não em policiamento no mesmo, pó conselho tutelar tem sede em Gravatá e atua no distrito. Alguns trabalhadores se organizam em entidades representativas e lutam pelos seus direitos. Não há sindicatos, nem associações para reivindicar pelos direitos dos nossos educandos.

Turmas: Encruzilhada 1 2 3 e 4

RELATORIO DO PERFIL E ESTUDO DA REALIDADE.

No povoado de Encruzilhada de São João que fica localizada as margens da BR 232 próximo a caruaru-PE, estão funcionando as 3 turmas do Projeto MOVA-Brasil, com 71 educandos, sendo 39 homens e 32 mulheres, 24 educandos de cor branca e 47 de cor parda, faixa etária de idade:

De 15 à 19 anos:02

De 20 à 29 anos:07

De 30 à 44 anos:27

De 45 à 59 anos:19

Acima de 60 anos:16

As atividades exercidas pelos educandos são de pedreiro, servente, agricultura, garçom e auxiliar de serviços gerais. Encruzilhada de São João é conhecida pela gastronomia por grande parte da região, predomina também o artesanato, o trabalho com vime que é muito procurado por muitos turistas, Bezerros é conhecido por sua tradição



carnavalesca (terra do Papangu), seu ponto turístico fica localizado na SERRA NEGRA e possui um grande centro de artesanato.

O município possui 5 Centros de Referência de Assistência social-CRAS, onde Encruzilhada é contemplado com 01 atividade: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 à 15 anos e de 15 à 18 anos, também CASA DAS JUVENTUDES, que atende demanda de jovens e adultos de 15 à 29 anos. Possui ESTRATEGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) 02 escolas municipais, sendo 01 creche, 07 igrejas evangélicas e 01 católica. A academia das cidades do município é localizada em Encruzilhada, temos no povoado também a atuação do CONSELHO TUTELAR. Foi realizado parcerias com a delegacia para disponibilizar viaturas para fazer rodas na comunidade, este serviço já está sendo feito. Dimensão socioambiental é realizada a coleta de lixo, reciclagem e turismo ecológico.

Núcleo de Bezerras II

O núcleo de Bezerras II possui 16 turmas que estão divididas entre:

Gravatá- Atende as comunidades da Suíssa Brasileira, Boa Vista, Bairro Novo e Sítio Lagoa do Fernando.

Bezerras- Atende as comunidade do Santo Amaro 2, Cruzeiro e duas turmas no distrito de Encruzilhada de São João.

Sairé- Atende a comunidade da COHAB.

Camocim de São Félix- Atende a comunidade do Sítio Rajada, duas turmas no Cruzeiro, duas turmas no Centro e duas turmas no Mutirão.

COMUNIDADE DO SÍTIO LAGOA DO FERNANDO

Monitora: Valéria Maria Rodriguês

Perfil da turma

A turma possui 19 educandos, entre eles 15 do sexo masculino e 04 do sexo feminino, a faixa etária de idade é de 20 a 70 anos. Todos possuem documentação completa.

Perfil da comunidade

A comunidade do Sítio Lagoa do Fernando fica localizada a 06 km de distância da cidade de Gravatá, a grande maioria das famílias vivem da agricultura familiar e seus



principais cultivos são a macaxeira, abacaxi, milho e feijão. A maior dificuldade existente é o transporte por que ainda não foram implantado ônibus na linha.

Dimensão Econômica- A comunidade tem como atividade econômica a agricultura.

Dimensão Social- Existe na localidade um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental.

Dimensão Política- A existência da associação dos moradores.

Dimensão Ambiental- Existem algumas áreas de preservação ambiental.

COMUNIDADE SUÍSSA BRASILEIRA

Monitora: Luana Maria da Silva Lorena

Perfil da Turma

A turma é composta por 20 educandos entre eles 12 mulheres e 8 homens, são eles 15 pardos e 5 brancos tendo a maioria mais de trinta anos. Temos também religiões diversificadas como católicos e evangélicos.

Perfil da Comunidade

A comunidade fica localizada a margem da BR 232, a quantidade de família na comunidade é de 1.500, sendo a grande maioria mulheres.

Dimensão Economia- A renda sustentável dos moradores é aposentadoria, bolsa família, funcionários de empresas particulares e outros.

Dimensão Social- A comunidade possui um posto de saúde, igreja, associação maçônica e academia da cidade.

Dimensão Cultural- Todos os anos são comemorados a festa do Padroeiro São Paulo Apóstolo no bairro.

COMUNIDADE DO BAIRRO NOVO

Monitora: Maria Aline Gomes da Silva

Perfil da Turma

A turma de educando é composta por 19 educandos entre eles 4 homens e 15 mulheres, sendo 12 na cor preta, 03 pardo, 04 amarela e 1 indígena. A faixa etária de idade dos educandos é de 28 a 68 anos. Estão empregados sem registro 11 educandos e 08



estão desempregados. O número de educandos com documentação completa são 14 e 05 sem documentação.

Perfil da comunidade

A comunidade do Bairro Novo é um dos maiores bairros do município com grande parte da população carente, as casas são de alvenaria, porém possui aquelas que são construídas a parti de plásticos e madeira. Este bairro enfrenta uma das maiores dificuldades relacionado ao alto índice de violência, tráfico de drogas e qualidade de vida precária.

Dimensão Econômica - A economia da cidade é voltada para o turismo, a principal rede hoteleira, construção civil e o comércio.

Dimensão Política- A política da cidade ainda é muito restrita a questões pessoais.

Dimensão Ambiental- Existe a preocupação com ar puro da cidade, a cidade geralmente não aceita fábricas poluentes para preservar seu clima agradável a mesma é considerada uma cidade arborizada e possui algumas reservas ambientais.

Dimensão Cultural- São comemoradas as festas religiosos na cidade, na semana santa é vivenciada com o teatro da Paixão de Cristo no mês de Julho é comemorado com as festas juninas.

COMUNIDADE DA BOA VISTA

Monitora: Rosineide Maria de Lima

Perfil da Turma

A turma de educando é composta por 20 educandos entre eles 7 homens e 13 mulheres.

Perfil da comunidade

A comunidade da Boa Vista é um bairro onde há muitos comerciantes, porém este bairro enfrenta grandes dificuldades relacionadas ao alto índice de violência e tráfico de drogas.

Dimensão Econômica - A economia da cidade é voltada para o turismo, a principal rede hoteleira, construção civil e o comércio.

Dimensão Política- A política da cidade ainda é muito restrita a questões pessoais.

Dimensão Ambiental- Existe a preocupação com ar puro da cidade, a cidade



geralmente não aceita fábricas poluentes para preservar seu clima agradável a mesma é considerada uma cidade arborizada e possui algumas reservas ambientais.

Dimensão Cultural- São comemoradas as festas religiosas na cidade, na semana santa é vivenciado o teatro da Paixão de Cristo, no mês de Julho é comemorado com as festas juninas e o Natal Luz.

COMUNIDADE DO SANTO AMARO 2

Monitora: Marinês Maria da Silva

Perfil dos educandos

A turma possui 20 educandos os quais são 17 mulheres e 3 homens, entre eles 3 educandos tem cor preta, 6 parda, e 11 brancos. Estão desempregados 16 e 4 trabalham. A maioria dos educandos tem mais de 30 anos, entre as religiões presentes estão espíritas, católicos, evangélicos e benzedeiros.

Estrutura Física

A turma de Santo Amaro2 funciona em uma escola pertencente ao Município, seu horário de funcionamento é das 18:00 às 22:00 hrs, sendo de segunda à quinta-feira. A sala de aula possui boa ventilação, iluminação e ótimo espaço.

Perfil da comunidade

A comunidade do Santo Amaro 2 vem enfrentado vários problemas como: A falta de saneamento, calçamento e o lixão que é despejado bem próximo a comunidade. Houve algumas pessoas que já sofreram problemas muito sério devido ao lixão.

Dimensão Econômica- A economia do município consiste na agricultura, sendo um dos maiores produtores de tomate do Estado; na indústria destacam-se suas fábricas de bolos e doces. Bezerros é uma das cidades Pernambucana que mais se destaca na produção de granito. Na gastronomia se destaca o distrito de Encruzilhada de São João onde o principal atrativo é a carne de sol.

Dimensão Cultural- O carnaval de Bezerros é o terceiro mais procurado e visitado de todo Estado de Pernambuco, também é conhecida como a terra do Papangu. Existem também as movimentações culturais, cantadores, crenças e religião diversificadas.

Dimensão Política- A turma de educando vem recebendo o apoio do Vereador Gabeira.



Dimensão Social- A comunidade recebe atendimento pelo CRAS, escola técnica e Posto de saúde.

Dimensão Ambiental- A vegetação do município é composta por caatinga e mata Atlântica.

COMUNIDADE DO CRUZEIRO

Monitora: Márcia Maria Ferreira

Perfil dos educandos:

A turma de educandos é formada por 22 educandos entre eles possui 13 mulheres e 9 homens, 13 de cor branca e 9 de cor parda, estão empregados 6 e 17 estão desempregados, a faixa etária de idade é acima dos 30 aos 65 anos.

Perfil da Comunidade

Dimensão Econômica- A principal economia é a agricultura onde os trabalhadores tiram o seu sustento, além de pequenos comércios existentes, de fabricos de biscoito, doces e bolos.

Dimensão Social- Existe uma escola próxima para atender a comunidade.

Dimensão Política- Existe uma associação na comunidade.

Dimensão Ambiental- No bairro o lixo é recolhido de dois a três dias.

Dimensão Cultural- Uma das principais manifestações existente na comunidade é a festa de nossa Senhora da Conceição e o carnaval.

COMUNIDADE DA ENCRUZILHADA DE SÃO JOÃO

Monitora: Gilmara Ferreira da Silva

Perfil dos Educandos

A turma é composta por 25 educandos.

Perfil da Comunidade

Dimensão Econômica- Encruzilhada de São João se destaca com seus restaurantes e a venda da carne de sol.

Dimensão Cultural- O carnaval de Bezerros é o 3º mais procurado e visitado de todo o estado de Pernambuco, também conhecida como a terra do Papangú (Papangus referentes às pessoas que saem mascaradas durante o carnaval da cidade). Há



movimentações culturais como os cantadores, temos também religiões diversificadas como: os espíritas católicos e protestantes.

Dimensão Ambiental- A vegetação do município é composta por caatinga e mata atlântica.

COMUNIDADE DA ENCRUZILHADA DE SÃO JOÃO

Monitora: Gisêlda Maíra Ferreira da Silva

Perfil da Turma

A turma é composta por 24 educandos.

Perfil da comunidade

Uma das dificuldades vivenciadas pelos educando é a falta da Educação para Jovens e Adultos EJA no distrito de Encruzilhada, posto policial, falta saneamento e água.

Dimensão Econômica- O distrito possui uma grande variedade de restaurantes, além da venda de carne de sol.

Dimensão Social- O distrito contempla a Casa das Juventudes que atende a jovens e adultos de 15 a 29 anos, possui 02 escolas municipais, 01 creche, 07 igrejas evangélicas e 01 católica.

Dimensão Ambiental- É realizada a coleta de lixo, reciclagem e turismo ecológico na comunidade.

Dimensão Cultural- O carnaval de Bezerros é uma das maiores festas realizada pelo município.

COMUNIDADE DA COHAB - Sairé

Monitor: José Almir Sipriano da Silva

Perfil dos educandos

A turma funciona em uma associação, das 18:00 às 22:00 hrs sendo de segunda a quinta-feira, com 21 educandos, sendo 14 mulheres e 7 homens, a grande maioria com idade superior a 30 anos, na cor branca tem 5, na cor negra são 3 e 13 na cor parda. A grande maioria dos educandos são agricultores empregados sem registro.

Dimensão Econômica- Tem como principal fonte de renda a atividade agrícola.

Dimensão Cultural- A cidade é tradicionalmente conhecida como a terra da laranja



onde no mês de novembro é comemorado a “ Festa da Laranja” que comemora a colheita da fruta, porém hoje diminui as plantações de laranja.

Dimensão Social- A cidade conta com um hospital, dois postos de saúde na área urbana e três na zona rural, dois postos policiais sendo eles um militar e um civil, uma biblioteca pública, duas agencias bancarias, três praças públicas, um estádio de futebol, quatro escolas e uma creche.

Dimensão Política- A cidade de Sairé é composta em seu poder executivo o atual Prefeito Fernando Pergentino de Barros e seu vice Prefeito Natanael Ferreira, além de ser formado por 9 vereadores no poder legislativo. Na zona urbana possui 2 sindicatos dos trabalhadores rurais

Dimensão Ambiental- Encontramos em nosso território alguns resquícios de mata atlântica, porém a principal vegetação na atualidade é a caatinga que é predominante em toda região nordestina.

COMUNIDADE DO MULTIRÃO – Camocin de São Felix

Monitor: Miriam Viana Pontes

Perfil dos educandos

A turma esta localizada na Rua Joaquim Nabuco s/n, no bairro do mutirão. O horário de funcionamento é das 13h às 17h, no salão da igreja, de segunda à quinta-feira, com 23 educandos, sendo todos de sexo feminino, e a grande maioria é de cor branca. A de idade dos educandos é de 26 a 60 anos. Todos possuem documentação, mas a grande maioria dos educandos não tem emprego fixo e 13 deles nunca frequentaram a escola.

Perfil da comunidade

O bairro do mutirão tem aproximadamente dois mil habitantes, sendo considerado um bairro de baixa renda. Entre os problemas encontrados podemos destacar um dos maiores que é o alto índice de violência existente, além da falta de policiamento, o bairro necessita de uma escola, posto de saúde e creche. Destacamos como os pontos positivos existentes o saneamento e calçamento realizado em todas as ruas.

COMUNIDADE DO SÍTIO RAJADA

Monitora: Waldirene Albuquerque do Nascimento



Perfil dos educandos

As aulas acontecem de terça à sexta-feira, das 18:00h às 22:00h, no sítio Cruz de Rajada , na Escola José Manoel de Melo. A turma é composta por 14 homens e 08 mulheres, a grande maioria é de cor parda, tendo uma faixa etária de idade entre 25 a 74 anos. A grande maioria dos educandos possuem documentação completa, apenas 02 dos educandos não possuem, em relação a escolaridade dos mesmos 15 dos educandos já frequentaram a escola, porém não deram continuidade, enquanto 7 nunca frequentaram. Hoje se encontram 14 educandos trabalhando sem registro e 08 educandos desempregados.

Perfil da comunidade

A comunidade é composta por agricultores familiares, onde alguns trabalham em suas terras e a maioria em terras dos patrões, já as mulheres contribuem para a renda familiar.

Um dos problemas existentes na comunidade é a falta de aterro sanitário na cidade, o lixão é situado na comunidade a céu aberto.

COMUNIDADE DO CRUZEIRO

Monitora: Luanny R. O. Santos

Perfil da Turma

As aulas acontecem em um abrigo, de segunda a quinta-feira, das 13h às 17 horas.

A turma é composta por 20 educandos, onde 15 é de cor branca e 5 é de cor preta, tendo uma faixa etária de 21 a 92 anos. Já frequentaram a escola 13 educandos, porém 7 deles nunca frequentaram. A grande parte dos educandos faz parte do abrigo, porém alguns deles moram na comunidade.

Perfil Comunidade

A turma é composta por pessoas idosas, que em sua maioria não tem contatos com a família. A grande maioria dos educandos vive em um espaço que é cedido pelos padres da cidade (Congregação Carmelita), uma das pessoas responsável pelo abrigo é a Vereadora Marlene, que vem realizando um bom trabalho.

COMUNIDADE DO CRUZEIRO



Monitora: Terezinha Teixeira da Silva

Perfil da Turma

As aulas ocorrem em um salão pertencente à Capela do Cruzeiro, de segunda à quinta-feira, das 13:00 as 17:00 horas. A turma é composta por 22 educandos sendo eles 05 homens e 17 mulheres, a maioria dos educandos possuem mais de 30 anos, tendo eles religiões diversificadas (espíritas, católicos e evangélicos), entre eles estão 03 de cor preta, 02 na cor parda e 13 na cor branca.

Perfil da comunidade

A renda sustentável dos moradores é a agricultura, durante o ano a grande maioria passa 6 meses trabalhando e 6 meses vivem a base da bolsa família e de aposentadoria.

COMUNIDADE DO MUTIRÃO

Monitora: José Erivonaldo de Souza

Perfil da Turma

As aulas funcionam de segunda à quinta-feira das 18h às 22 horas, em uma garagem, pois o bairro não proporciona um espaço melhor para atender os educandos.

A turma é composta por 22 educandos, sendo 13 homens e 9 mulheres, são 9 educandos na cor branca, 5 na cor preta e 8 na cor parda. A faixa etária de idade é de 20 a 60 anos. Encontram-se desempregado 3, 1 educando é empregado com registro e 18 estão desempregado sem registro.

Perfil da comunidade

A comunidade possui aproximadamente 20% da população da cidade, ou seja, quase 2 mil pessoas e por isso há um alto índice de desemprego no bairro, as únicas fontes de renda existentes é a agricultura, aposentadoria e empregos públicos municipais.

COMUNIDADE DO CENTRO

Monitora: Daniel Bezerra da Silva

Perfil da Turma

O horário de funcionamento das aulas é das 18:00 às 22:00 horas, de terça à sexta-feira. O local de funcionamento pertence ao PETI.

A turma é composta por 20 educandos, sendo 8 do sexo do feminino e 12 do sexo



masculino, entre eles 8 são de cor parda, 10 brancos e 2 na cor preta. A faixa etária de idade é de 19 a 64 anos, a grande maioria encontra-se empregada sem registro, 3 desempregado e 3 aposentados.

Perfil da comunidade

A grande parte dos educandos trabalha na agricultura, outros dependem da bolsa família e da aposentadoria. Uma das dificuldades vivenciada pelas comunidades é falta de emprego e a falta de segurança na cidade.

COMUNIDADE DO CENTRO

Monitora: Bernadete Maria da Silva

Perfil da Turma

A turma é composta por 20 educandos, sendo 3 homens e 17 mulheres, a cor que predomina é a branca com 14 e 6 pardos, há também religiões diversificadas como católicos e evangélicos. O espaço é bem iluminado, bem ventilado e espaçoso.

Estrutura Física

A turma funciona no prédio do PETI, o dia de funcionamento das aulas é de terça à sexta, das 18:00 as 22:00 horas. O prédio possui uma boa estrutura física com boa iluminação, ventilação e espaço.

Perfil da comunidade

A grande parte dos educandos trabalha na agricultura, outros dependem da bolsa família e da aposentadoria. Uma das dificuldades vivenciada pelas comunidades é falta de emprego e a falta de segurança na cidade.

DIMENSÕES DA CIDADE DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX

Dimensão Econômica

A principal atividade econômica é a produção de hortifrutigranjeiros. O município encontra-se nos domínios da Bacia Hidrográficas do Rio Sirinhaém e tem como principais tributários os riachos.

Dimensão Cultural

A cidade de Camocim de São Félix possui características marcantes das cidades do interior, entre elas, a igreja e a praça no centro da cidade. Um dos pontos turísticos de



Camocim de São Félix é o Museu Carmelita de História natural, situada na cooperativa de ensino Monte Camelo, fundado pelo frei Telésfero Machado do Carmo, em 17 de julho de 1963. Neste museu encontram-se milhares de peças das mais variadas possíveis, todas adquiridas por doação. Sendo assim, estas peças são catalogadas por setores para melhor facilitar sua organização.

Dimensão Política

A cidade tem um passado marcado por sangrentas disputas pelo poder, destas disputas se davam violentos tiroteios na cidade que ficou conhecida na região como “faroeste”. Isso ocorria em virtude do poder político na cidade por ter sido controlada por uma mesma família durante quase 50 anos (prática comum em pequenas cidades do interior). A família Bezerra (conhecida como “Os Bodoques”), revezavam entre si o poder na cidade e defendiam a todo custo. Em um dos conflitos mais conhecidos, o então prefeito Pedro Bezerra da Silva (Pedro Bodoque) foi baleado em frente à prefeitura e faleceu alguns dias depois. Atualmente, a cidade não é mais governada por tal família.

Dimensão Ambiental

Na dimensão ambiental a cidade apresenta uma boa arborização tanto no espaço urbano como no espaço rural além de apresentar clima de montanha. O sistema de abastecimento é feito pela COMPESA, existe saneamento básico em todas as ruas e a coleta de lixo é realizada diariamente.

Dimensão Étnicorraciais

Na cidade temos a presença marcante da comunidade Kilombola no sítio denominado Monte dos negros.

Núcleo de Goiana

O município de Goiana esta localizado na Zona da Mata Norte do Estado tem uma população de 75.644 habitantes segundo o último Censo do IBGE realizado no ano de 2010 sua densidade demográfica é 150,72 hab/km² com taxa de urbanização de 76,71% é banhada pelos rios Capibaribe e Sirigi tem uma extensão de 24 km de orla marítima.

Terra Adorada

Coordenador Local: Manuel Cosme



Total de turmas do núcleo: 16

O Núcleo Goiana Terra Adorada possui 16 turmas no município, distribuídas nas três zonas: rural, urbana e litorânea. As turmas estão localizadas em espaços públicos e associações.

LITORÂNEA - 05 turmas

02 - Praia de Atapuz

03 - Praia de Carne de Vaca RURAL - 02 Turmas

01 - Sítio Gambá

01 - Sítio Alecrim

URBANA/ PERIFÉRICA - 09 Turmas

01 - Impoeira

02 - Bom Tempo

02 - Vila Mutirão

01 - Nova Goiana

02 - Flexeiras

01 - Bom Jesus

80% dos monitores moram nas comunidades e 20% moram em comunidades próximas. Conforme o diagnóstico inicial das aprendizagens dos educandos: 60% (sessenta por cento) estão no nível Pré-silábico, e 40% (Quarenta por cento), no nível Silábico.

DIMENSÃO ECONÔMICA

O Município é um dos dez maiores centros econômicos do estado, além de ter um comércio muito movimentado e com feira todos os dias. Por muitos anos a indústria canavieira predominou como principal atividade econômica. A estrutura industrial da cidade é dividida entre a fábrica de cimento Nassau, a de papelão ondulado do Nordeste, Grupo Klabin, fábrica de ração Guabi e agora com a nova expansão econômica na mata norte, a implantação do polo automotivo Fábrica da FIAT automóvel, que irá gerar cerca de 12000 empregos diretos, com a perspectiva de colocar o município entre as cinco cidades com o maior PIB no estado.

Nos setores de serviços e turismo o município sente a falta de infraestrutura devida



para um município que passe abrangência regional a agricultura possui quatro áreas de assentamento totalizando 3.625 Há, contemplando 320 Ubu, Mussumbu, Diamante e Massaranduba as principais culturas plantadas são inhame, feijão, macaxeira, abacaxi e coco.

A pesca artesanal passou de 10 mil pescadores que sobrevivem diretamente e 4 mil indiretamente. Possui um IDH Médio de 0,651, distribuído em 0,779 de longevidade, 0,614 de Renda e 0,576 de educação segundo a divulgação da ONU (Organização das Nações Unidas). As principais atividades econômicas do município são geradas através dos serviços, indústrias e agropecuária, como mostra o gráfico abaixo do Produto Interno Bruto elaborado pelo IBGE durante o último censo no ano 2010.

DIMENSÃO CULTURAL

Goiana possui uma diversidade cultural que pode ser vistas pelos os ritmos de coco de roda, ciranda, maracatu e frevo, grupos teatrais, associações de artesanato a artistas. Considerada nos séculos XVIII e XIX a Milão brasileira, possui duas bandas musicais sesquicentenárias CURICA e SABOEIRA, que dispõe de duas escolinhas de iniciação musical, tem cerca de 30 terreiros de religião afro-brasileira.

Atualmente considerada a Terra dos Caboclinhos folgado tradicional do carnaval que mistura-se as escolas de samba, blocos de frevo, alaursas e cambides a exemplo das Pretinhas de Congo do Baldo do Rio (Sede) e Carne de Vaca que tem influencia do Quilombo de cacutá na Povoação de São Lourenço possui a tradicional procissão da lenha que segundo fontes locais possui 300 anos de tradição. Outro destaque é a encenação da Batalha das Heroínas de Pernambuco episódio das lutas das mulheres guerreiras no século XVII, que culminou com a expulsão dos Holandeses de Pernambuco. Com seu acervo de imagens de arte sacra do Brasil. A civilização do açúcar deixou fortes características da cultura e arquitetura. O Casario da Vila Operária que no início da era industrial do município que teve a fiação de tecidos de Goiana (FITEG) como estrutura social. As igrejas seculares de estilo barroco e rococó, traduzem a força religiosa e arquitetônica da época.

Caboclinhos

Associação dos Caboclinhos Tapuya Canydé

Caboclinho Cahetés de Goiana

Caboclinho Canindé

Caboclinho Tupynambá

Caboclinho Potiguares

Caboclinho União Sete Flechas

Caboclinhos Tupynsé

Caboclinho Iraquara

Caboclinho União Sete Flechas

Associação dos caboclinhos Flecha Negra da Tribo de Truka

Caboclinho os Carijós de Goiana



DIMENSÃO SOCIAL

Em Goiana existem vários projetos:

- Projovem adolescente que atende jovens de 15 a 17 anos de idade tem como estratégia integrar serviços e benefícios, através das ações socioeducativas e da
- Bolsa variável jovem (BVJ). 2/3 das vagas são destinadas aos jovens pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 1/3 das vagas são destinadas para encaminhamentos da Proteção Social Especial (PETI), sentinela e medidas sócio educativas, com 1.357 usuários.
- Cras I e Cras II, CCI (Centro de convivência ao idoso),
- Vaca mecânica,
- Bolsa Família, Creche,
- Casa de Passagem.

A taxa de analfabetismo em Goiana caiu de 34,6%, em 1990, para 18,3%, em 2010, semelhante à encontrada no estado de Pernambuco que é de 18,6% (IBGE, 2010). Esses números mostram um quadro preocupante para um município que tende a crescer economicamente nos próximos anos, mas ainda não resolveu problemas sociais básicos, como a educação e qualificação da população para a cidadania e o mundo do trabalho.

Núcleo Região Metropolitana I- RMR I, II e III

O Núcleo RMR I é coordenado por Ana Cláudia Emiliana Pinheiro Líbano. E possui como área de atuação Recife, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Olinda. O número de educandos cadastrados é de 350, com um total de 14 turmas funcionando em 14 espaços cedidos pelas comunidades.

As turmas se encontram nas comunidades populares e os educandos, na sua maioria, vivem em situação precária: diaristas, empregadas domésticas, vendedores de rua (sinal de trânsito), autônomos, vigilantes, manicures e serviços gerais. Poucos têm registro em carteira e, na sua maioria, vivem em média com um salário mínimo. As principais



manifestações culturais dessas comunidades são: capoeira, coco de roda, bumba meu boi, artesanato, ciranda, culinária, religiões, frevo e maracatu.

A situação social das comunidades – com relação a saúde, saneamento básico, creches, escola pública, área de lazer, segurança, transporte e acessibilidade – deixa muito a desejar e percebemos que a falta do poder público, com políticas públicas para estas áreas, acarreta a falta de qualidade no atendimento ao cidadão. Tudo isso leva ao alto índice de analfabetismo nas cidades envolvidas com o projeto.

As turmas funcionam em espaço adequado de acordo com o que o projeto MOVA-Brasil solicita, onde cada turma tem 25 educandos e a faixa etária é de 17 a 75 anos e na sua maioria são de cor parda. Observamos nas turmas que vários educandos não possuem nenhum tipo de documentação.

Na questão ambiental, uma das áreas no Ibura possui uma APA (área de preservação ambiental – Mata do Engenho Uchôa), preserva uma área de manguezal e reserva de Mata Atlântica na cidade do Recife.

O núcleo da Região Metropolitana é composto de 13 turmas. A coordenadora Marta Barbosa Coelho dos Santos.

A monitora Maria do Carmo de Lima tem 53 anos, nasceu no Recife (PE), mora no Jardim Paulista, de cor branca. Sua turma fica localizada no Jardim Paulista baixo [?], na escola professora Maria do Carmo Pinto Ribeiro, s/n, e a turma é composta por 25 educandos (24 mulheres e apenas um homem). A idade varia de 35 a 69 anos. As aulas são dadas das 13h30 às 17h30.

Necy José do Carmo, de 29 anos, nasceu e reside na comunidade do coque Joana Bezerra. Tem 25 educandos. Sua turma fica localizada na Igreja Batista da Rua Imperial e é composta por quinze mulheres e quatro homens. Suas aulas são realizadas no horário das 18h às 22h.

Euclides Euquilino da Silva tem 28 anos. Nasceu em Recife. Mora na comunidade da beira da linha Imbiribeira. Sua turma tem 25 educandos entre 30 e 65 anos, 22 mulheres e três homens; dezenove na cor parda, cinco brancos e um preto. Essa comunidade tem 470 moradores que vivem do Bolsa Família, da aposentadoria e de bicos e outros são do lar. Suas aulas acontecem na Escola O Trenzinho, no horário das 18h às 22h, na mesma comunidade.



Hines Simone da Silva tem 30 anos. Nasceu no Recife. Mora em Dois Unidos. Tem 22 alunos: sete homens e quinze mulheres. É uma comunidade grande com aproximadamente 32.905 habitantes. Seus alunos têm entre 17 e 70 anos. As aulas acontecem na Associação dos Moradores de Palmeiras no horário das 18h às 22h. Alguns são aposentados ou vivem de bicos e outros são do lar.

Zilma Clara Dantas, nascida no Recife, tem 59 anos. Mora na comunidade da Borborema, onde fica sua turma que é composta de 25 educandos, sendo um homem e 24 mulheres que têm entre 22 e 74 anos. A estrutura do seu espaço para a prática pedagógica, que fica na Associação Católica Mãos à Obra, é muito boa. O horário das aulas é das 18h às 22h. Essa comunidade tem em torno de seis mil habitantes que vivem do seu trabalho; na maioria, são empregadas domésticas, babás, faxineiras e vendedores autônomos.

Elisandra Correia de Moura tem 36 anos. Nasceu no Recife e reside na Tabatinga, em Camaragibe. Sua turma fica localizada no Centro Social de Moradores de Tabatinga. Tem 22 alunos: treze são mulheres e nove são homens, que tem entre 20 e 65 anos. A maioria é de cor parda, que trabalha de empregada doméstica, porteiro e autônomo. A população da comunidade é em torno de quatorze a dezesseis mil habitantes.

Ângela Bezerra dos Santos Pereira tem 46 anos. Nasceu em Caruaru (PE) e reside no Janga Paulista. Sua turma fica localizada na Igreja de São Pedro Pescador, com 23 alunos (16 mulheres e 9 homens), de cor parda, entre 29 e 80 anos que vivem da aposentadoria, da bolsa família e da pesca. O horário das aulas é das 18h às 22h.

Maria de Fátima da Silva tem 54 anos. Nasceu em Recife e mora na Rua Siqueira Campos, n.º 768, Cavaleiro, Jaboatão (PE). Sua turma tem 17 educandos: quatorze mulheres e três homens, de cor parda. A maioria tem entre 31 e 80 anos. A maioria está desempregada, poucos são aposentados e outros fazem bicos. Sua turma fica localizada na Escola Luiz Requeira na Rua Bartolomeu de Gusmão, n.º 46. O horário das aulas é das 18h às 22h. A população é de aproximadamente quatro mil habitantes; é uma pequena comunidade que fica junto de outra comunidade.

Nadilene Oliveira tem 56 anos, mora na rua José Francisco de Santana n/177 apt 202 Janga Paulista. Sua turma funciona no clube de mães beneficente da praia do Janga rua moreno s/n tem 26 alunos com 05 homens e 20 mulheres na cor parda a população fica



entre 2 mil pessoas dados informado pelo posto de saúde que vivem da pesca diarista empregada doméstica marisqueira.

Maria De Fátima Neves de Barros nasceu em Recife sua turma fica localizada na Comunidade via manque III é composta de 25 alunos na faixa etária de 290ª 70 anos na maioria são brancos que são aposentados e trabalha como porteiro diarista faxineira etc

Carmem Aparecida Santos tem 54 anos nasceu em São Paulo mora em Recife na rua coronel Joaquim Cavalcante n/113 Varadouro Olinda sua turma fica na igreja Batista central do Janga horário de funcionamento é das 18:00h às 22:00h a turma tem 18 alunos na maioria mulheres de cor parda uns trabalha na pesca outros são ajudante de pedreiro doméstica

Antônio Ferreira de Lima Filho tem 45 anos mora em Camaragibe, sua turma fica na comunidade de Cosme e Damião tem 25 alunos entre 45 a 70anos de cor branca com 23 mulheres e 02 homens que Na maioria são aposentados autônomos e do lar o espaço é muito bom para a prática pedagógica que fica na associação de moradores da comunidade de Cosme e Damião o horário das aulas é das 18:00h as 22:00h. Essa comunidades tem uma população de entorno de 5 mil habitantes e vem crescendo devido a construção da arena e da integração para a copa de 2014 .

Maria Edileuza Farias Dantas reside na Rua Presidente Nilo Peçanha, 387 apt 302 bloco a17. Imbiribeira - Recife- PE Tem 56 anos naceu. no recife . a turma fica localizada na comunidade Coronel Fabriciano no bairro da imbiribeira composta de 25 educando, homens e mulheres com a faixa etária entre 17 a 69 anos , 21 mulheres e 4 homens.

Necy José - Coque Dimensões Culturais

- Maracatu , Caboclinho, Biblioteca, Quadra esportiva , Cine coque , Festas juninas com Quadrilhas, Grupo de teatro , clubes Esportivos.

Dimensões Sociais - 03 Postos de saúde da Família , 04 Escolas , Transporte Público , 01 Complexo de transporte em fase de Acabamento , 01 Integração , Segurança , Policiamento por bairro e sempre presente, as moradias que deixam a desejar pois tem muitas palafitas, 03 Escolas Privadas , O analfabetismo é grande principalmente entre os jovens de 10 à 20 anos devido ao uso de drogas e o tráfico que é grande na comunidade.

Dimensão Política - O Coque tem uma população de 40 (Quarenta)mil habitantes, temos várias associações de moradores, lideranças comunitárias e religiosas, lideranças



políticas partidárias, temos a câmara de vereadores que fica bem próxima e participamos de decisões coletivas como no orçamento participativo com representantes da prefeitura, temos também grupos políticos que se reúnem e discutem as melhorias que precisamos e também participam de audiência .

Os parceiros da turma do projeto Mova Brasil são Igreja Batista Imperial, Visão Mundial , Luis Vicente,. Dimensão Ambiental - Temos ainda alguns canais a céu aberto e que ainda estão passando por licitação da construção , com relação as ruas 80 % já estão calçadas e com esgoto feito e os demais aguardam na lista das prioridades.

A coleta seletiva é feita dia sim dia não . Existem áreas de mangues ameaçadas pelas grandes construções de prédios empresariais que de alguma forma tentam acabar com a comunidade de forma indireta através de indenização para construção de empresariais . Dimensão econômica - Os vendedores ambulantes é muitos desempregos . O índice de desenvolvimento é pior que os países da África. O comércio é muito forte com vendas e produtos do tipo roupas, sopa, acarajé, cosméticos , e mercadinhos.

O Núcleo da Região Metropolitana III possui como coordenadora Laura Saburido. Possui 13 monitoras com um total de 264 educandos. O núcleo atua em Recife, Olinda, Camaragibe e Aldeia. E dentre as suas turmas, existem assentamentos. No núcleo RMR3 a inscrição sucedeu por porta a porta na comunidade feita pelas monitoras e algumas lideranças locais e muito educando está procurando o projeto por indicação de alguém que esta participando.

O nosso núcleo esta com uma infraestrutura muito boa as turmas que faltava quadro, cadeira, mesas ou carteiras fomos conseguindo uma turma ajudando a outra foi muito importante para o núcleo.

Muitos educandos se evadiram, porém foi realizada uma busca para trazê-los a sala de aula. O núcleo esta trabalhando com associações comunitárias onde temos as turmas e não tem representação social. Estamos trabalhando nas associações para trabalhar junto ao Mova Brasil parcerias com o governo Federal e empresas privadas.

O núcleo RMR III vem tentando conseguir junto ao Governo Federal, carteiras de estudantes para o educando do Mova.

Devido à leitura do mundo realizada nas comunidades, o núcleo vem trabalhando com os temas saúde, cidadania, violência, comunidade, etnicidade, saneamento básico,



violência doméstica, drogas, preconceitos, violência contra a mulher, coleta seletiva, falta de capacitação, trabalho formal e informal, lei Maria da penha. 70% das monitoras não conheciam a proposta educacional de Paulo Freire, sendo a participação no Projeto MOVA-Brasil a oportunidade que tiveram para vivenciar uma parte das ideias do educador pernambucano.

Núcleo Morada do Sol – Patos- PB

O núcleo Morada do Sol funciona no município de Patos, no estado da Paraíba, cujo coordenador é José Leonardo Rodrigues Laurindo, tem 14 turmas com 357 educandos.

As 14 turmas do Núcleo Morada do Sol funcionam todas na Zona urbana, em diversos bairros da cidade como: Liberdade, Bivar Olinto, Conjunto Geralda Medeiros, Comunidade Dom Bosco, Noé Trajano, Vila Mariana, Maternidade, São Sebastião, Santo Antônio e Vitória.

Em espaços e com equipamentos (objetos) cedidos por diversos parceiros dentre eles: Secretária Municipal de Educação , 6º Gerência de Ensino, Associação de Moradores, Escolas Privadas, Movimento dos Sem Teto e outros. Tem como público alvo os próprios moradores dos bairros onde funcionam as turmas. A maioria de nossas turmas funcionam no período noturno (das 18:30 às 21:30; outras das 19:00 às 22:00) com exceção de 2 turmas: a da Monitora Maria de Fátima (das 14:00 às 18:00) e da Monitora Maria Cordeiro (das 13:00 às 17:00). As Formações semanais do Núcleo acontecem sempre às Sextas das 18h às 22h.

As turmas têm características muito semelhantes, pois todas são urbanas e por ser uma cidade de pequeno porte não apresenta diferenças extremas entre seus bairros. Os problemas e desafios encontrados pelos monitores e educandos dizem respeito ao consumo de drogas, em sua maioria crack, tendo bocas de fumo na maioria dos bairros, a falta de segurança, no sentido de falta de policiamento e incidência de roubos e furtos do centro até a periferia.

O acesso mais difícil é das turmas que ficam no conj. Geraldo Medeiros e no bairro da Vitória devido a falta de iluminação pública e de acesso seguro e por distância a Vila Mariana, que é o bairro mais distante do centro da cidade.

Situado na cidade de Patos, município brasileiro do estado da Paraíba, localizado no



Sertão Paraibano com clima quente e seco.

Distante 307 km da capital João Pessoa, sua sede localiza-se no centro do estado com vetores viários interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010 sua população era estimada em 100.674 habitantes, tendo com isso a 5ª maior população urbana do Estado. Patos é a 3ª cidade-pólo do estado da Paraíba, considerando sua importância socioeconômica e dias atuais, é um dos maiores municípios da Paraíba, não apenas no aspecto da extensão e estrutura física, mas principalmente, pela pujança de sua gente, disposição de trabalho da iniciativa privada, com ênfase ao comércio e a indústria, responsáveis pela geração de emprego, renda e tributos, que mantêm as ações de governo. Por seu aspecto de desenvolvimento no interior do Estado passou a ser conhecida como "Capital do Sertão da Paraíba", ao ponto em que o seu clima acabou lhe dando a titularidade de "Morada do Sol".

EDUCAÇÃO

A cidade de Patos encontra-se num lugar de destaque pelas suas escolas. Contando as escolas da rede de ensino Estadual, Municipal, Particular, rede de Ensino Superior (FIP, UFCG, UEPB, IFPB, UVA e Pólos de educação a distância (UNOPAR, Unhaguera-Uniderp e outros). Além de possuir várias escolas profissionalizantes localizadas em lugares estratégicos da cidade, Patos sedia ainda, a 6ª Região de Ensino da Paraíba.

SAÚDE

A atenção básica de saúde sob a atenção dos municípios é um caminho para a implantação da Municipalização do setor. A Saúde, através da implantação do PSF – Programa Saúde da Família vem passando por uma reformulação na tentativa de evitar filas nos postos de atendimento ambulatorial e a superlotação dos hospitais. A intenção é fazer um trabalho preventivo de acompanhamento das famílias, através de visitas de profissionais aos domicílios, que tentam fazer um trabalho de conscientização sobre procedimentos básicos para evitar as doenças. Segundo o IBGE em 2007 Patos continha 74 estabelecimentos de saúde sendo a 4ª cidade por número de estabelecimentos da Paraíba.



Hospitais: Hospital Regional de Patos; Hospital Infantil de Patos; Maternidade Peregrino Filho; Hospital São Francisco ; Complexo de Saúde Maria Marques; Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em vários bairros da cidades.

TURISMO : O turismo em Patos ainda é uma atividade subdesenvolvida e resume-se ao turismo religioso, em uma escala pequena e, o turismo de eventos, no período junino. Os principais pontos turísticos são: Parque Cruz da Menina; Fundação Ernani Sátiro; Matriz de Nossa Senhora da Guia e Terreiro do Forró, no período das festas juninas.

SOCIAL E CULTURAL

Em Patos no mês de Junho comemora-se o São João de Patos, que já é considerado o 4º maior São João do Brasil, esse ano foram dias de festa que movimentam cerca de 700 mil pessoas por ano no Terreiro do Forró que têm capacidade para cerca de 80.000 pessoas por noite.

Na festa há espaço para atrações regionais e de porte nacional. Já no horário vespertino as pessoas têm 2 opções o Terreirinho do Forró que ajuda a espalhar a cultura nordestina com várias casas de barro e apresentações artísticas. A outra opção é o Coreto 2 que fica localizado ao lado do Terreiro do Forró e conta com várias apresentações artísticas é um lugar bastante agradável que é destinado principalmente ao público jovem. O Gênero Musical mais tocado nas comunidades é o forró.

No período de 14 a 24 de setembro comemora-se a Festa D'água reúne vários cristãos ou devotos de Nossa Senhora D'água no centro da cidade, onde existe vários parques e no pavilhão central é realizado um bingo todas as noites e onde há varias barracas de comidas típicas, essa é a tradicional festa de setembro (festa da padroeira da cidade), e varias outras onde temos turmas situada na cidade como: Nossa senhora de Fátima, da Neves, Perpétuo Socorro, São Judas Tadeu, São Sebastião, Santo Antônio e outras. Ainda na dimensão cultural existe rádio comunitária, centros de macumba. Existe na cidade Blocos de carnaval (Zé da Trompa, Baicora, Da melhor idade, Dos Sapateiros, Jatôbeleza, do Amor, das Virgens). Há também apresentações de quadrilhas em todos os bairros da cidade, passeio de carroça de burro, trios de forró pé de serra, brincadeiras tradicionais como pau de sebo, casamento matuto...),

Filarmônica 26 de julho, Fundação Ernani Satyro (museu), Desfile cívico no dia 07



de setembro, Biblioteca pública. Existe na cidade vários programas como Peti, creches, ONG's (Operação resgate, Cúria diocesana, Ação social, Banco de alimentos, Rádios comunitárias, APAE, Programa mais-educação, Pro-jovem (Urbano e trabalhador), 4 CRAS, 3 CAPS, Supletivo (EJA), Associação de pescadores, associação dos sapateiros e varias associações de bairro. Muitas famílias não beneficviárias no bolsa familia. Um fato que merece ser destacado é que a cidade vem passando por um grande problemas sociais como: Prostituição, envolvimento de muitos jovens e adultos com as Drogras, violência e assassinatos que está prejudicando a ameaçando a vida de muitos, além de tornar a cidade bastante perigosa, gravidez precoce, .

AMBIENTAL

Lixão, Estação de tratamento de água, Projetos de pesquisa e extensão (UFCG) na área ambiental. Existe coleta regular de lixo na cidade, inclusive com trabalhadores que sobrevive da coleta de lixo reciclável. Existe correços abertos de esgotos em alguns bairros, construções com entulho nas calçadas, Há poços artesianos, iluminação de qualidade.

DIVERSIDADES EXISTENTES NO NÚCLEO MORADA DO SOL

Quanto à crença (religião):

Encontram-se nas turmas do Núcleo Morada do sol diversas religiões que os educandos(as) frequentam como Xangô, Candoblé, Católica, Protestante, sendo que o número de católicos é bem mais expressivo que as demais, encontra-se também educandos (as) que tem sua crença no espiritismo, outros sem crença nenhuma (ateu). Existe ainda próximo a turma da monitora Severina um grupo de ciganos

Deficiências:

Física: 2 educandos (as)

Visual: 4 educando (a)

*dificuldade de enxergar: 76 educandos (as)

Intelectual: 2 educandos (as)

Auditiva: 8 educando (a)



LGBTT:

Não existem dados em relação.



REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e Aids entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, D.; SANTOS, N. L. (Org.). *Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/Aids*. São Paulo: FDE, 1996. (Ideias, 29).
- ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. *Metodologia Mova*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 2).
- _____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira; STANGHERLIM, Roberta. *Economia Solidária*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 4).
- ASSUMPTÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). (1929/1992) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo, Hucitec.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Líber, 2008.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A Educação como Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____; FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutiléa. *Princípios Curriculares Orientadores para a EJA*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Receja, Caderno 2).
- BRASIL. *Estatuto do idoso: Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BRASIL. MEC/ACÇÃO EDUCATIVA. *Educação de Jovens e Adultos - Proposta Curricular para 1º Segmento do Ensino Fundamental*. São Paulo/Brasília. 2001.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.



- CEMBALISTA, Sílvia; FEITOSA, Sônia Couto Souza. *Conviver, respeitar e valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- CAMPOS, A. (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.
- CANAU, V. M. et al. *Direitos Humanos e educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Novamérica, 1994.
- _____. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.
- Fundação Perseu Abramo. Pesquisa de opinião pública “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”. São Paulo: FPA/Sesc, 2011. Disponível em: <<http://www.fundacaoperseuabramo.org>>. Acesso em: 2 jun. 2011.
- FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire, a reinvenção de um legado*. Brasília: Liber livros, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo*. Revista de Cultura da Universidade do Recife. No 4; Abril-Junho, 1963.
- _____. *Ação Cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Leitura).
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____; TORRES, Carlos Alberto. *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.
- GALVÃO, Mariana; PADILHA, Paulo Roberto; LEITE, Rosângela. *Diversidade e Direitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 5).
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz Rojas. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São



Paulo: Cortez, 1999.

HENRIQUES, F. *Igualdade e diferença*. Porto: Porto, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Igualdade racial*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/11_> Acesso em: 2 jun. 2011a.

_____. Pesquisa Retrato das Desigualdades. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011b.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*. Relatório do Desenvolvimento Humano – racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Edições 34, 1998.

ROCHA, C. L. A. Ação Afirmativa – o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica, 1996. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. *Educação Popular*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 3).

MARX, Karl. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a. v. 2. p. 203-234.

_____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b. v. 3. p. 208-210.

_____; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MUNCK, Alexandre; MONTEZANO, Daniel; SILVA, Sandra Pereira da. *Gestão Compartilhada*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 6).

MUSSALIN, F. & BENTES, A. C.(Orgs). *Introdução à lingüística – fundamentos epistemológicos*. São Paulo, Cortez, p 355.



- NASCIMENTO, Luiz Marine José do; DA SILVA, Rodrigo Costa (Org.). *Alfabetização inicial de jovens, adultos e idosos: a ousadia de fazer e o dever de mostrar*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda Barreto (Org.). *Pesquisa em Educação: Métodos, temas e Linguagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OSASCO. Secretaria Municipal de Educação. *Diversidade, Inclusão e Avaliação: Perspectivas para a educação de jovens e adultos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.
- PADILHA, Paulo; FAVARÃO, Maria; MORRIS, Erick; MARINE, Luiz (Org.). *Educação para a cidadania planetária: Currículo Intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 19 PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre a educação de adultos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Alessandra Rodrigues de; NASCIMENTO, Luiz Marine do. *Educação de Adultos*. Instituto Paulo Freire, 2011. (Caderno MOVA-Brasil, v. 1).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, G. G.; SILVA, M. P. da (Org.). *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SANTOS, M. J. P. *Adolescentes negros: o significado da escolha do parceiro afetivo e sexual*. In: OZELLA, S. (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 65-89.
- SANTOS, G. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, Summus, 2009.
- SPOSATI, A. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- TELLES, Silvia. Paulo Freire e o Projeto Mova-SP. Disponível em: <[http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire\(a\)rtigos/Silvia_Telles.htm](http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire(a)rtigos/Silvia_Telles.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Declaração mundial sobre educação para todos. *Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de*



Aprendizagem. Jomtien, 1990.

VYGOTSKY, L. S. (1934/1991) *A Formação Social da Mente*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar*. Educação Popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Site da internet:

<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>

www.pe.gov.br/conheca/historia

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Agência de Desenvolvimento de Goiana

Relatório Socioambiental da Hemobrás Gadotti Moacir

MOVA por um Brasil Alfabetizado Editora: Instituto Paulo Freire São Paulo, 2008.

IDEB -<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=8280>

MEC <http://portal.mec.gov.br/index.php>